

ALAVOULRA

ANNO XLIII

JUNHO-JULHO DE 1939



REVISTA DA
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA
CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

ARTHUR VIANNA & CIA. L^TDA.

ESTABELECIDOS DESDE 1900

ENDEREÇO TELEGRAPHICO: "STEARICA"

AGENTES DO SALITRE DO CHILE

TODOS OS ADUBOS E MATERIAES AGRICOLAS

FILIAL:

Telephone 2-7101

Caixa Postal 3520

RUA SÃO BENTO, 100 - Sob.

SÃO PAULO

FILIAL:

Telephone 43-3468

Caixa Postal 3572

RUA DA ALFANDEGA N. 59

RIO DE JANEIRO

MATRIZ:

Telephone 3723 - Caixa Postal 291

AV. SANTOS DUMONT N. 227

BELLO HORIZONTE

ADUBOS "VIANNA"

Completo para todas as culturas

SALITRE DO CHILE

Adubo organico "88" - Adubos postassicos -
Superphosphato - Farinha de ossos - Agrono-
mos a disposição - Analyse de acidez de terras.

FORMICIDAS

Arsenico - Enxofres - Agapeama - Fortuna -
Ideal - Bisulfureto de carbono - Cyanogaz -
Cyanureto - Ingrediente "VIANNA"

INSECTICIDAS

Arseniato de Chumbo - Bekolit - Cruz Azul -
Cal - Fungol Pó Borda - luz - PÓ ADHE-
SIVO para insecticidas - Oleos fungicidas -
Sulfato de cobre e de ferro Solbar -
Uspulum - Verde Paris.

MACHINAS E UTENSILIOS AGRICOLAS

Abanador p^o cereaes - Arrancador p^o Algo-
doeiro - Arados todos os typos Bicos arap-
arados - Cultivadores "PLANETS" - Debu-
lhadores - Grades Motores - Oleo cru e a
gazolina - Machina p^o formigas - Pulverisa-
dores - Semeadeiras etc.

INSTALLAÇÕES

Para fecula de mandioca - Beneficio de
Arroz - Algodão - Café -
Classificadores de Café

SECCADORES

A ar quente - Patente n.º 23.631
Algodão - Mandioca - Café - Mamona etc. -
SECCADOR TUBULAR - Massas de Man-
dioca - Garapa Kaolim - Ossos -
Sangue - Leite etc.

SEMENTES

Adubos verdes - Alfafa - Batalss - Cereaes -
Cannas - Capins - Forragens - Mamona -
Soja - Tungue - Videiras.

SACCARIA

Aniagem nova para transportes -
Colheita de café - Encerados -
Barbanses

PRODUCTOS DIVERSOS

Correias de sola - Créogado - Carrapatici-
das - Iodo - Iodureto potassio Jacasinhos -
Pixe etc.

COMPRADORES DE

Ossos - Chifres - Unhas

Proposta para Socio

O abaixo assignado propõe para socio effectivo da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA:

Nome por extenso.....

Nacionalidade..... Profissão.....

Endereço para carga.....

Endereço para correspondencia.....

Nome ou os nomes de fazendas que possui, o Municipio ou Municipios em que estiverem

.....

.....

.....

Genero de culturas a que se dedica.....

.....

.....

Variedade de gados que cria.....

.....

.....

E' a propriedade registrada no Ministerio da Agricultura?.....

Em caso negativo, a Sociedade encarrega-se de promovê-lo, a pedido do interessado.

OBSERVAÇÕES.....

.....

.....

.....

.....

....., de..... de.....

Juntar 40\$000 em registrado com valor declarado, em vale postal.

Assignatura do proponente

Assignatura do proposto

.....

CAPITULO II DOS ESTATUTOS

DOS SOCIOS

Art. 9 — A Sociedade admitte as seguintes categorias de socios:

Effectivos, correspondentes, honorarios, benemeritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão socios effectivos as pessoas naturaes ou juridicas, inclusive corporações ou organizações de character official que, domiciliadas no paiz, forem propostas, de conformidade com os Estatutos e contribuirem, sendo individuaes, com a joia de 50\$000 e a annuidade de 40\$000, e, sendo collectivas, com a joia de 150\$000 e a annuidade de 100\$000.

§ 2.º — Serão socios correspondentes as pessoas ou associações, com residencia ou séde no estrangeiro, que forem escolhidas pela Directoria em reconhecimento dos seus meritos e dos serviços que puderem ou quizerem prestar á Sociedade.

§ 3.º Serão socios honorarios as pessoas que prestarem á Sociedade e á producção serviços tão relevantes que a Directoria os julgue merecedores desse titulo.

§ 4.º — Serão socios benemeritos as pessoas que por sua dedicação e serviços excepçionaes á Sociedade e á producção, forem, por proposta da Directoria e a juízo da Assembléa Geral, dignas dessa investitura.

§ 5.º — Serão socios filiados as associações agricolas ou de classes directamente ligadas á producção do Districto Federal, que contribuirem com a joia de 50\$000 e annuidade de 100\$000.

§ 6.º — Serão socios remidos os que estando em condições de ser aceitos como effectivos ou filiados, pagarem, de uma só vez, a joia e 10 unidades.

Art. 10. — Os filiados e as corporações officiaes deverão declarar o seu desejo de compartilhar das vantagens de socios da Sociedade, ficando a acceitação dependente de resolução da Directoria.

§ Unico. — Os demais socios effectivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais socios, á Directoria, que deliberará a respeito.

Art. 11. — Os socios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para esse fim, qualidade de Director e cujo mandato, que terminará sempre com o da Directoria, poderá ser renovado, a juízo da instituição respectiva entendendo-se que a reconducção tenha sido feita, se aviso em contrario não for recebido pela Sociedade.

Art. 12. — Os socios honorarios e correspondentes não poderão ter ingerencia alguma na direcção da Sociedade, mas gosarão de todas as demais vantagens de socios, inclusive do direito de propor á Directoria qualquer medida que julgarem util á instituição e ás classes que esta representa.

§ Unico. — Aos socios honorarios e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 13. — Poderão remir-se, em qualquer tempo os socios effectivos e filiados, sendo para esse fim, contado um terço das annuidades pagas até o maximo de um conto de réis.

Em virtude de resolução de Directoria foi suspensa, até posterior deliberação, a joia de 50\$000 cobrada aos socios individuaes e de 100\$000 aos socios collectivos.

SUMMARIO

Um factor decisivo da nossa economia.	1
Legislação Brasileira sobre a Pecuaria e derivados. . . .	4
O Capitão Silvestre e Frei Veloso ou A plantação do café no Rio de Janeiro.	15
A cultura da videira em Goiás.	25
A politica do café e suas novas directrizes.	28
Prophylaxia da pullorose pelo Instituto Biologico de São Paulo	38
O cooperativismo	41
Riquezas naturais	43
Semanaes da Sociedade Nacional de Agricultura.	44
Contribuição ao estudo das plantas forrageiras no Estado do Paraná.	54

Sociedade Nacional de Agricultura

Publicações em distribuição aos socios:

- Annaes do I Congresso de Leite e Derivados (1 vol.)
Annaes da II Semana do Leite (folheto)
Annaes da II Conferencia Nacional de Pecuaria (1 vol.)
Annaes da I Conferencia Nacional Algodoeira (3 vols.)
O Ceará Economico — *Dr. Souza Pinto* (folheto)
A conquista do pão — *R. Fernandes e Silva* (folheto)
A cultura do fumo e o seu preparo — *J. Silverio Guimarães* (folheto)
Factos Economicos — *Miguel Calmon* (brochura)
O algodão e a solidariedade Internacional — *Miguel Calmon* (folheto)
Politica Commercial Pan-Americana — *Arthur Torres Filho* (folheto)
Aspectos economicos brasileiros — *Otto Frensel* (folheto)
O Problema do leiteiro de S. Paulo e a Pecuaria de leite — *Landulpho*
(folheto)
Aspecto actual da Industria de Lacticinios no Brasil — *L. Gonçalves Vieira* (folheto)
O cultivo da batata e a importação de suas sementes no Brasil —
Arsène Puttemans (folheto)
Expansão Economica do Brasil — *Arthur Torres Filho* (1 vol.)
O Apicultor brasileiro — *Emilio Schenck* (1 vol.)
As Municipalidades e o momento economico brasileiro — (1934) *Arthur Torres Filho*.
Escola de Horticultura Wenceslau Bello — Publicação n. 2

A Secretaria da S. N. A., mediante pedido do socio quite, enviará immediatamente as publicações pedidas. Para o interior, deverá o interessado juntar ao pedido \$400 de sello, em se tratando de folheto, e \$800, para maior numero de publicações ou por volume.

**REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA**

Director

Dr. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Redactor-Secretario L. MARQUES POLIANO

Assinatura anual 20\$000 — Numero avulso 2\$000 — Numero atrasado 3\$000

Assinatura anual 200000

Toda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção, Largo de S. Francisco, 8-2.º, Salas 202-6

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO

Junho-Julho de 1939

“As vózes mais autorizadas proclamam que a escassez de algodão no mundo poderá ser obviada de prompto e persistirá por muitos annos, especialmente ao producto de fibra longa. Todos confessam que só o Brasil está em condições de supprir as necessidades crescentes de materia prima da industria mundial. Essas necessidades á expectativa com o mesmo afan com que o século XIX. e durante a guerra de secção nos Estados Unidos correspondemos á guerra de Manchester Cotton Supply Association. A medalha de ouro tempo, maior augmento conseguido a medalha de ouro, extrahido do discurso do Sr. Miguel de Azcárate, mundo que, em menos tempo, maior augmento conseguido Sr. Miguel de Azcárate, Esse trecho, extrahido do discurso do Sr. Miguel de Azcárate, em 1922, é illustrado com a International do Algodão, de 1861 a 1868, d ra, no Rio de Janeiro, em 1922, é illustrado com a International do Algodão, de 1861 a 1868, d pressão da lavoura e a alta comprehensão e o das nossas terras e a alta comprehensão e o a elle se acena com uma retribuição razoav

Annos

1861	_____	1862
1862	_____	1863
1863	_____	1864
1864	_____	1865
1865	_____	1866
1866	_____	1867
1867	_____	1868

1865 — 1866 — 1867 — 1868 — 1869 — 1902

A Conferência de Brasil, con-
sultados depois da Campanha in-
meira Conferência Nacional Algo.
gistrativa e administrativa em fav-
tura, que passou em ramo
meira vez, então por ve-

Então, o algodão e a
transformação, por-
tos, crescimento e
gamos e venha a
cia na economia
para contrabalançar

2 acceitam o algo-
mente o paulista,

em todos os mercados mundiaes, até com uma preferencia accentuada por parte do Japão, bastando-se dizer, que, de uma exportação em 1934 para aquelle paiz, de 1.696 toneladas, passamos, em 1938, a 60.159 e este anno a exportação será ainda maior. O mesmo se dá com o mercado allemão, no qual a exportação passou de 21.442 para 82.803 toneladas.

O algodão paulista é um algodão que, pela sua fibra, tem uma grande procura: tem de 28 a 30 mm., e este é um comprimento ideal para quasi todas as industrias. Em relação ao algodão do norte, de fibra mais longa, é também muito preferido, mas tem contra si, até certo ponto, a falta de um beneficiamento mais cuidado. Como está sendo produzido, actualmente, não offerece as necessarias garantias á industria mas tudo indica que, não só na parte cultural, como na do beneficiamento, se lhe dará uma assistencia mais efficiente, pois, como vimos em S. Paulo, um contróle bem feito, desde a semente á embalagem, pôde operar milagres. Ha, aliás, um grande movimento naquella região com esse objectivo e é de se acreditar que, com o concurso dos technicos — que já se faz sentir — o algodão de fibra longa do norte passe a constituir um elemento de forte equilibrio no computo geral da exportação brasileira. Nesta ligeira exposição, da qual resalta a importancia economica do algodão no scenario da vida brasileira, desejamos deixar bem patente a acção desenvolvida pela Sociedade Nacional de Agricultura em mais de 20 annos em favor da cultura do algodão e, também, o interesse que a instituição tem em que esse desenvolvimento — fructo de tanto trabalho e de tanto dispendio — não venha a soffrer qualquer embaraço e, muito pelo contrario, possa o Brasil encontrar na sua produção algodoeira, como é licito se espere, um dos elementos decisivos do seu engrandecimento economico e financeiro. Vão estas notas a titulo de registro da acção incansavel da Sociedade para o objectivo algodoeiro, afinal em grande parte attingido. Um registro e um voto, no qual a Sociedade Nacional de Agricultura interpreta — temos a certeza — o pensamento da classe rural do paiz, voto que é dos mais legitimos, porque parte justamente daquelles que trabalharam e ainda trabalham, dedicando a sua vida a um mister que deve constituir para a Patria o mais digno labor, o mais decisivo concurso para o seu engrandecimento.

APHTOSAL

Sal medicamentoso que combate a febre aphtosa extermina os parasitas e revigora o gado, evitando as molestias que em geral dizimam os rebanhos.

Approvedo e autorizado o seu uso pelo Ministerio da Guerra.

A Escola Agrícola de Lavras do Governo do Estado de Minas Geraes, scientifica que o «APHTOSAL» é o melhor producto veterinario.

Do Dr. Antonio Botelho Junqueira, Engenheiro Industrial e Criador.

DIRETOR GERENTE DA CIA. BRASIL INDUSTRIAL

Paracambi, 13 de Setembro de 1933.

Illmos. Srs.

Caixa Postal 1127 — RIO.

É com prazer que vos comunico que, por indicação de um amigo, empreguei o vosso preparado «APHTOSAL» em casos de aftosa no gado, obtendo ótimo resultado: os animais doentes restabeleceram prontamente sem queda dos cascos e perda dos pellos e outros resultados desastrosos, e os são ou não tiveram aftosa ou a tiveram muito branda. Notei também que «APHTOSAL» é altamente estimulante, podendo ser dado com proveito mesmo aos animaes são, porém debilitados, muito sujeitos a ataques de parasitas. Podendo fazer desta o que vos aprouver, assino-me vosso Am. Obr.

a) Antonio Botelho Junqueira
Firma reconhecida.

O Dr. Carlos Guinle attesta que vem usando o «APHTOSAL» na criação das suas granjas com óptimos resultados.

Do Dr. Gabriel Ribeiro Ferraz, advogado, fazendeiro, criador e invernista.

Christina, 22 de Abril de 1934. — Illmos Srs.

Tendo usado o «APHTOSAL», antes, durante e depois da febre aphtosa, quer no gado das invernadas, quer no gado leiteiro, meu e de meus cunhados, posso afirmar-lhes que os efeitos são satisfatorios e em certos casos até surpreendentes. Pelo valor preventivo, curativo e reconstituente, o seu preparado merece ser largamente usado por todos os criadores e invernistas, porquanto, com o seu uso constante, o gado quasi nada sofre com a aphtosa e adquire um pelo brilhante, bem assentado: as vacas augmentam o leite e o gado de invernada engorda mais rapidamente.

Pelos resultados que obtive, sou hoje, na minha zona, um grande propagandista do seu preparado. Certo, que não lhes faço favor nenhum em assim me expressar a respeito do seu preparado, porque ele vale o quanto peza, autorizo-lhes a fazer desta o uso que lhes convier. Sem mais, sou o Amo. Admor.

Firma reconhecida. a) Gabriel Ribeiro Ferraz.

A aphtosa sendo uma febre interna que ataca o organismo do animal não adianta applicar-se remedios externos nas feridas, taes como creolinas e liquidos semelhantes, só um remedio interno e energico como o APHTOSAL, rico em sulphur phosphatado de calcio e outras substancias mineiras pôde aplacar os efeitos damnosos da febre aphtosa.

O APHTOSAL é de facil applicação misturado no coxo com qualquer alimento e substitue o sal commum com maior vantagem economica.

Preço do APHTOSAL, sacco de 40 kilos por 52\$000.

APHTOSAL SOCIEDADE ANONYMA — Caixa Postal, 1127 — Rio de Janeiro.

Legislação Brasileira sobre a Pecuaria e derivados

Encerra um interesse especial para a classe rural do paiz o meticoloso trabalho elaborado pelo Sr. Gustavo Adolpho Bailly para a II Conferencia Nacional de Pecuaria, promovida e realizada pelo Confederação Rural Brasileira, no Rio de Janeiro.

"A LAVOURA", que assumiu o compromisso de dar divulgação aos mais interessantes trabalhos do memoravel congresso, deseja cercar de um destaque especial o "Indice Geral Alfabético da Legislação Brasileira sobre Pecuaria e Derivados, desde 15 de Novembro de 1889 a 30 de Junho de 1936".

O Sr. Gustavo Adolpho Bailly, de resto, é já bem conhecido pelos seus trabalhos publicados sobre assumptos identicos, tão uteis pela exactidão das indicações e pela boa disposição dado aos seus indices, accessiveis a quantos se interessam pelos varios sectores da nossa legislação.

O que agora damos ao conhecimento do publico leitor de "A LAVOURA" mereceu da II Conferencia de Pecuaria os mais justos louvores.

Eis o indice em apreço:

ANIMAL (DEP. NAC. DA PRODUÇÃO

Regulamento no "Diario Official de 26 de julho de 1934.

4.98 de 5 de Maio de 1902 — Abre cr. de 10:000-000 para transporte.

4811 de 1 de Abril de 1903 — Abre credito de 100:000\$000 para transporte.

5158 de 8 de Março de 1904 — Abre cr. de 100:000\$000 para transporte.

6454 de 18 de Abril de 1907 — Regulamento para a importação.

7737 de 10 de Dezembro de 1909 — Altera o Regulamento do Decreto 6454.

8464 de 28 de Dezembro de 1910 — Abre credito de 447:259\$000 ouro e 53:194.. papel para despesas com a introdução.

8537 de 25 de Janeiro de 1911 — Altera o Regulamento do Decreto 7737.

8704 de 25 de Janeiro de 1911 — Abre credito de 800:000\$000 para despesas com a introdução.

9137 de 25 de Novembro de 1911 — Abre credito de 99:997\$000 papel e 1:171\$000 ouro, para despesas com a introdução.

11579 de 12 de Maio de 1915 — Regula a importação, com auxilio do Governo,

11802 de 1 de Dezembro de 1915 — Abre cr. de 134:000\$000 para compra de 12890 de 27 de Fevereiro de 1918 — Autorisa a conceder transporte.

3941 de 17 de Dezembro de 1919 — Autorisa a abrir cr. para auxiliar a importação.

13927 de 17 de Dezembro de 1919 — Abre cr. para auxiliar o transporte.

24607 de 6 de Julho de 1934 — Abre credito de 1500 contos para aquisição de reproductores.

24645 de 10 de Julho de 1934 — Estabelece medidas de protecção aos animaes.

24646 de 10 de Julho de 1934 — Dispõe sobre o fomento da produção do puro sangue de carreira no paiz.

Contracto com a Ass. Herd. Book Caracú, de 22 de Agosto de 1934 — Para registro genealogico.

Contracto com a Ass. dos Criadores de Cavallos Creoulos, de 5 de Dezembro de 1934 — Para registro geanologico.

Contracto com a Ass. de Criadores de Cavallo de Raça Mangalarga, de 14 de Dezembro de 1934 — Para registro genealogico.

Contracto com a Ass. Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Hollandeza, de 8 de Dezembro de 1934 — Para registro genealogico.

Portaria de 17 de Setembro de 1909 — Instruções para importação de animaes reproductores.

Portaria de 10 de Março de 1927 — Instruções sobre pedidos de auxilios para importação de animaes reproductores.

Circular do Ministerio da Fazenda, numero 100, de 8 de Setembro de 1933 — Relativa a embarque de animaes.

Portaria do Ministerio da Guerra, de 27 de Abril de 1936 — Instruções para experimentação de animaes oriundos de estabelecimentos de remonta.

BANHA

8535 de 25 de Janeiro de 1911 — Regul. imposto de consumo de banha de produção nacional.

4631 de 4 de Janeiro de 1923 — Estabelece porcomv..B

belece penalidades para fraudes da banha de porco e do vinho.

4639 de 13 de Janeiro de 1923 — Corrige enganos com que foi qualificada a lei de 1923 — Corrige enganos com que foi qualificada a lei 4631 de 4 do corrente.

16054 de 26 de Maio de 1923 — Regula penalidades para fraudes da banha e do 17141 de 16 de Dezembro de 1925 — Proroga prazo do decr. 16054 de 1923.

17358 de 16 de Junho de 1926 — Proroga para 31 de Dezembro de 1926 o prazo estabelecido no Decr. 16054 de 1923.

18661 de 26 de Março de 1929 — Confia ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a execução do decreto 16.054 sobre fraudes na banha.

Decreto n. 23.511, de 28 de Novembro de 1933 — Revoga o dec. 18.661 de 1928, que confia ao Governo do E. do Rio Grande do Sul, a execução do regulamento aprovado pelo dec. 16.054 de 1923 (fraude na banha).

METODOS DE ANALISE A QUE SE REFERE O ART. 79 DO REGUL. 16054

BANHEIROS CARRAPATICIDAS —
Vide também Veterinaria.

10146 de 29 de Março de 1913 — Abre credito para auxiliar a construcção.

ESPECIFICAÇÕES — para construcção de banheiro carrapaticida, publicadas no D. O. de 10 de Outubro de 1924.

CAPRINOS — Vide OVINOS.

CARNES

693 de 28 de Agosto de 1890 — Concede subvenção a empresas de conservação e transporte de carnes.

689 de 5 de Dezembro de 1891 — Providencia sobre redução e isenção de impostos relativos ao corte de gado no matadouro e venda de carne nos açougues.

19976 de 12 de Maio de 1931 — Autorisa o pagamento das despesas ocasionadas pela descarga, transporte, armazenagem e re-embarques das carnes congeladas adquiridas pelo Governo passado, em Outubro, com o producto da venda das ditas carnes.

21585 de 29 de Junho de 1932 — Concede a redução de 30% sobre os direitos de importação devidos ao material destinado á industria de carne.

21601 de 5 de Julho de 1932 (Diario Official de 8 de Julho). Abre credito especial de réis 20:000\$000 para despesas com a recepção e hospedagem do tecnico inglês Cel. Dunlop Young na sua visita official ao Brasil.

21849 de 20 de Setembro de 1932 — Torna extensivo á recepção de outros technicos estrangeiros as disposições do decreto n. 21.601, de julho ultimo.

24550 de 3 de Julho de 1934 — Regulamento da Inspeção Federal de Carnes e Derivados.

Portaria de 16 de Janeiro de 1920 — Estabelece os casos de rejeição de carnes e visceras.

Portaria de 30 de Abril de 1921 — Resolve sobre a installação das inspecções de fabricas e entrepostos de carnes e derivados.

Portaria de 30 de Novembro de 1921 — Inspeção sanitaria de fabricas e entrepostos de carnes.

Portaria de 31 de Maio de 1927 — Regula o transporte interestadual de carnes e derivados.

Portaria de 20 de Junho de 1927 — Instruções para o pagamento de gratificações dos trabalhos de inspeção de fabricas e entrepostos de carnes e derivados.

Portaria de 27 de Setembro de 1927 — Instruções para o transporte internacional de carnes frigorificadas.

Portaria de 28 de Setembro de 1927 — Instruções para a inspeção na importação de carnes.

Portaria de 3 de Setembro de 1928 — Approvando o modelo de etiqueta das carnes frigorificadas exportadas para o Reino Unido da Grão Bretanha.

Portaria de 26 de Outubro de 1928 — Instruções para inspeção de frigorificos, fabricas e entrepostos de carnes e derivados.

Portaria do Ministerio da Agricultura, de 8 de Agosto de 1932 — Alterando o artigo 62 das instruções que regem a Inspeção Sanitaria Federal de Frigorificos, Fabricas e Entrepostos de Carnes e Derivados, de 26 de Outubro de 1928.

Portaria do Ministerio da Agricultura de 10 de Novembro de 1932 — Alterando o artigo 180 das Instruções mencionadas na Portaria acima.

CARRAPATICIDA PEARSON

Circ. do Ministerio da Fazenda, n. 1 de 9 de Janeiro de 1935 — Estende a qualquer importador desse producto, os favores da circular 13 de 1 de Fevereiro de 1934.

CERTIFICADOS

Portaria de 20 de Março de 1930 — Institue e aprova o modelo de certificado para exportação dos productos de carnes e derivados.

Portaria de 7 de Julho de 1927 — Torna obrigatoria a expedição de certificados de inspeção.

Portaria de 11 de Junho de 1929 — Aprova o modelo de certificado para as carnes exportadas para a França.

COCHEIRAS — Vide estabulos.

CONVENÇÃO DO FRIO — Vide FRIGORIFICO — MATADOUROS.

CONVENÇÃO POLICIA — Vide POLICIA SANITÁRIA ANIMAL.

CORRIDA DE CAVALLS — Vide também Stud. Book.

Portaria do Ministerio da Agricultura de 25 de Outubro de 1935 — Instruções para a concessão de autorização a entidades esportivas para a realização de corridas de cavallos.

Compromisso do ockey Club de São Paulo, na forma das instruções, para realizar corridas de cavallos.

Compromisso do ockey Club Paranaense, para realizar corridas de cavallos.

COUDELARIAS

599 de 24 de Julho de 1890 — Concede favores a Ernesto Campos Lima e outro, para estabelecer uma coudelaria no Paraná.

978 de 8 de Novembro de 1890 — Declara caduca a concessão do Decreto 599.

1144 de 6 de Dezembro de 1890 — Declara sem effeito o Decr. 978, passando os favores a Fernando Schneider.

43 de 14 de Março de 1891 — Transfere á Comp. de Melhoramentos de S. Paulo-Paraná os favores concedidos a F. Schneider.

15796 de 10 de Novembro de 1922 — Regulamento das Coudelarias Nacionais.

17257 de 24 de Março de 1926 — Regulamento das Coudelarias Nacionais e Serviço de Remonta.

COUROS — PELLAS

10109 de 5 de Março de 1913 — Convenção entre a Bahia e Pernambuco, para exportação de seus couros e pelles.

13026 de 15 de Maio de 1918 — Estabelece condições para concessão de attestados de salubridade para os couros.

18960 de 25 de Outubro de 1929 — Aprova projecto e orçamento para um armazem de Couros no porto de Santos.

20652 de 13 de Novembro de 1931 — Approva as despesas com a construção de um armazem para couros á margem da linha ferrea da Allamôa.

Portaria de 23 de Junho de 1927 — Isenta do certificado de inspecção os couros e pelles.

CRIADORES

3454 de 6 de Janeiro de 1918 — Comissão Central de Criadores.

4525 de 26 de Janeiro de 1922 — Concede premios aos criadores do Nordeste.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Decreto n. 23.554, de 5 de Dezembro de 1933 — Prohibe a duplicidade de fiscalização sanitaria nos estabelecimentos que preparam, manipulam, elaboram ou industrializam productos de origem animal para commercio internacional e interestadual.

24548 de 3 de Julho de 1934 — Regulamento do serviço de Defesa Sanitaria Animal.

Accordo com o E. do R. G. do Norte, de 22 de Fevereiro de 1934 — Para execução dos serviços no Estado.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

Regulamento no Diario Official de 26 de Julho de 1934.

EPIZOOTIAS — Vide CONVENÇÕES. — Vide REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DE EPIZOOTIAS — Vide também VETERINARIA.

24047 de 27 de Março de 1934 — Ratificação pela Argentina do acordo internacional para criação em Paris de uma Repartição Internacional de Epizootias.

ESTABULOS

20953 de 18 de Janeiro de 1932 — Regula o funcionamento de estabulos e cocheiras no Districto Federal.

Decreto n. 22.415, de 30 de Janeiro de 1933 — Prorroga por quatro anos a execução do decr. 20.953 de 18 de Janeiro de 1932 que regula o funcionamento de estabulos e cocheiras.

Portaria de 22 de Setembro de 1924 — Especificações para a construção de um estabulo para 16 touros.

ESPOSIÇÕES

701 de 20 de Março de 1936 — Approva o Regulamento para a 5ª Exposição Nacional de Animais e Productos Derivados.

Contracto com o Governo do E. de São Paulo para execução de um plano de exposições de animais e productos derivados (D. O. 13 e 19 de Dezembro de 1935).

Accordo com o Governo do E. de São Paulo, para execução de um plano de exposição de animais e productos derivados (D. O. 28 de Março de 1936).

Accordo com o Governo do E. de Minas Geraes para execução de um plano de exposição de animais e productos derivados (D. O. 30 de Março de 1936).

FABRICAS e ENTREPOSTOS — Vide também CARNES.

Portaria do Ministerio da Agricultura, de 16 de Agosto de 1933 — Mandando proceder revisão do registro de fabricas de carnes, leite e derivados.

FAZENDA MODELO

9333 de 17 de Janeiro 1912 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação em Valença (E. do Rio).

9368 de 14 de Fevereiro 1912 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação, em Ponta Grossa (Paraná).

9704 de 7 de Agosto 1912 — Regu. das Fazendas Modelos de Criação.

9868 de 13 de Novembro 1912 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação em Uberaba (Minas Geraes).

10075 de 19 de Fevereiro 1913 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação em Caxias (Maranhão).

11875 de 12 de Janeiro de 1916 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação na Ilha Marajó (Pará).

11876 de 12 de Janeiro de 1916 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação em Ponta Grossa (Paraná).

11882 de 12 de Janeiro de 1916 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação em Pernambuco.

12636 de 4 de Setembro de 1917 — Extingue a Fazenda Modelo de Criação de Uberaba (Minas Geraes).

13127 de 7 de Agosto de 1918 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação em Catú (Bahia).

13197 de 25 de Setembro de 1918 — Crea uma Fazenda Modelo de Criação em Urutahy (Goyaz).

20186 de 7 de Julho de 1931 — Autorisa a custear a despesa resultante do aproveitamento, como zelador, do guarda do material da Fazenda Modelo de Campo Grande.

FORRAGENS

4923 de 11 de Agosto de 1903 — Isenta da tarifa na E. F. R. G. a Bagé, a alfafa e demais forragens cultivadas no E. do Rio Grande do Sul.

Instruções do Min. da Guerra de 9 de Fevereiro de 1934 — Sobre cutivo, colheita e conservação nas invernações.

FRIO — Vide MATADOUROS — FRIGORIFICO — FRIO.

GADO Vide também PASTORIL.

58 C de 14 de Novembro de 1889 — Reforma o serviço de arrecadação do imposto.

641-A de 4 de Novembro de 1891 — Isenta de direitos de consumo o gado vacum e lanigero.

121 de 11 de Novembro de 1892 — Est. penalidades e processo para o crime de furto de gado.

10829 de 25 de Março de 1914 — Abr. cr. de 331:666\$000 para transporte de gado.

14196 de 31 de Maio de 1920 — Approva o projecto de um embarcadouro de gado na estação Rodinho (E. de F. Sorocabana).

4324 de 6 de Setembro de 1921 — Isenta dos direitos de importação, o gado vacum, procedente da Bolivia, introduzido na região Matto Grosso e Amazonas.

4398 de 17 de Dezembro de 1921 — Suspende a importação de gado Zebú.

15601 de 12 de Agosto de 1922 — Reduz a 50% a taxa sanitaria sobre importação de gado em pé.

15758 de 27 de Outubro de 1922 — Crea um campo de engorda de suínos e bovinos.

15960 de 15 de Fevereiro de 1923 — Approva o projecto de um embarcadouro de gado no porto do R. G. do Sul.

4828 de 13 de Fevereiro de 1924 — Abre credito de 30:000\$000 para auxiliar o aparelho destinado á contenção de animais, inv. do Tenente Gastão Goulart.

4855 de 15 de Setembro de 1924 — Isenta por tres annos, de direitos de importação, nas regiões do Amazonas e Matto Grosso, o gado vacum procedente da Bolivia.

19666 de 4 de Fevereiro de 1931 — Isenta de qualquer imposto federal o gado vacum importado para consumo das populações do Baixo Amazonas.

19757 de 18 de Março de 1931 — Isenta de qualquer imposto federal o gado vacum importado para o consumo das populações banhadas pelos rios Madeira e Mamoré e revoga o decreto n. 19666 de 4 de fevereiro ultimo.

305 4 de 26 de Outubro de 1931 — Isenta de imposto de importação o gado de procedência da Republica do Uruguay.

21387 de 11 de Maio de 1932 — Modifica o artigo 31 do regulamento n. 12.328 de 1916 — (Repressão ao contrabando).

IMPORTAÇÃO. — Vide ANIMAES DE RAÇA.

IMPORTAÇÃO INTERESTADUAL

Portaria de 7 de Abril de 1921 — Prohibe a importação interestadual de animaes.

ÚDE hpor m m m m m m m m m

INDUSTRIA ANIMAL — Vide tambem DEPARTAMENTO — POSTOS ZOOTECHNICOS.

7622 de 21 de Outubro de 1909 — Crea a Directoria da Industria Animal.

7648 de 11 de Novembro de 1909 — Abr. cr. para exec. do decr. 7622.

INDUSTRIA PASTORIL — Vide PASTORIL.

INSPECÇÃO SANITARIA

Circula do Ministerio da Fazenda, 16 de Setembro de 1927 — Mandando inspecionar o gado ou productos animaes embarcados ou desembarcados no territorio nacional.

LACTICINIOS

9083 de 3 de Novembro de 1911 — Crea uma Escola Permanente de Lacticinios em Barbacena (M. Geraes).

9265 de 28 de Dezembro de 1911 — Crea uma Escola Permanente de Lacticinios em S. J. d'El Rey (Minas Geraes).

9515 de 10 de Abril de 1912 — Regul. Escolas Permanentes de Lacticinios.

24549 de 3 de Julho de 1934 — Regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados.

Portaria do Ministro da Agricultura, de 20 de Dezembro de 1935 — Instruções para embarque de leite e productos lacticinios destinados ao commercio interestadual.

Termo de contracto com a Companhia Rosario, para construção do edificio destinado a laboratorios do Dep. Nac. da Produção Animal.

LEITE e DERIVADOS — Vide LACTICINIOS.

MANTEIGA

3070 de 31 de Dezembro de 1915 — Estatue sobre fabricação da manteiga.

12025 de 19 de Abril de 1916 — Regul. para exec. do decr. 3070.

8535 de 25 de Janeiro de 1911 — Regul. para cobrança do imposto de consumo da manteiga de produção nacional.

17387 de 21 de Julho de 1926 — Modifica o Regulamento n. 12914 de Chimica.

20954 de 18 de Janeiro de 1932 — Regula a fabricação, importação e venda de manteiga.

21304 de 18 de Abril de 1932 — Suspensão até ulterior deliberação do Governo a execução do decreto n. 20.954 com excepção do artigo 1.º

24697 de 12 de Julho de 1934 — Regula a fabricação, importação e venda da manteiga.

MARCAS PARA ANIMAES

14 de 21 de Fevereiro de 1891 — Mand. a marcar os cavallos importados.

390 de 13 de Junho de 1891 — Regulamento para execução do Decr. 1414.

460 de 13 de Junho de 1891 — Altera prazos do decr. 390.

7917 de 24 de Março de 1910 — Crea o Registro e Archivo Geral de Marcas para animaes.

8082 de 23 de Junho de 1910 — Abre cr. de 90:000\$000 para execução do decreto 7917.

9452 de 20 de Março de 1912 — Novo Regulamento para o Registro Geral de Marcas para animaes.

MATADOUROS — FRIO e FRIGORIFICOS — Vide tambem CARNES.

7945 de 7 de Abril de 1910 — Bases para a concorrência para instalação de matadouros modelo e entrepostos frigorificos.

8063 de 9 de Junho de 1910 — Proroga parazo para concorrência.

11910 de 19 de Janeiro de 1916 — Aut. a Comp. Docas de Santos a fazer em chatas, camaras frigorificas para deposito provisório de carnes verdes.

12445 de 18 de Abril de 1917 — Abre credito para restituir a Companhia Frigorifica e P. de São Paulo, os direitos que pagou pela importação de machinas a appar. para montagem do Matadouro Frigorifico de Barreiros.

3347 de 3 de Outubro de 1917 — Isenta de direitos o material destinado aos frigorificos

12707 de 8 de Novembro de 1917 — Cede a Pedro Victor de Carvalho terreno para estabelecimento matadouro frigorifico do R. G. do Sul.

12752 de 12 de Dezembro de 1917 — Declara sem effeito o decr. 12.707.

13018 de 4 de Maio de 1918 — Cede a Pedro Victor de Carvalho Filho, terrenos para estabelecer matadouro frigorifico no R. G. do Sul.

5611 de 26 de Dezembro de 1928 — Approva a adhesão a Convenção Internacional do Instituto do Frio.

19103 de 11 de Fevereiro de 1930 — Ratificação e adhesões de varios paizes á Convenção Internacional do Frio.

19912 de 24 de Abril de 1931 — Annulla a cessão por aforamento a Pedro Victor de Carvalho, de um terreno para estabelecimento de um matadouro frigorifico no porto do Rio Grande do Sul.

20533 de 19 de Outubro de 1931 — Autorisa o funcionamento de matadouros de aves e pequenos animaes.

21727 de 15 de Agosto de 1932 — Credito para representação do Brasil no VI Congresso Int. do Frio.

MATANÇA — Vide VACCAS — NOVILHOS.

MODELOS DE ESTATUTOS DE COOPERATIVA DE LACTI- CINIOS

NOVILHOS — Vide VACCAS.

OVINOS

12889 de 27 de Fevereiro de 1918 — Estabelece favores para fomentar a criação de ovinos e caprinos.

PASTORIL (INDUSTRIA)

832 de 11 de Outubro de 1890 — Concede favores a Antonio da Rocha F. Leão e outro, para explorar a industria pastoril nos Estado do Rio, S. Paulo e Minas Geraes.

963 de 7 de Novembro de 1890 — Concede favores a Domingos Theodoro de Azevedo unior e outro, para explorar a industria pastoril no Estado do Rio.

335 de 22 de Maio de 1891 — Transfere a C. Frig. e Pastoril a concessão do decreto n. 963.

14771 de 5 de Março de 1921 — Regulamento do serviço da Industria Pastoril.

4683 de 24 de Janeiro de 1923 — Autorisa a abrir cr. para despesas do Serviço da Industria Pastoril.

15938 de 28 de Janeiro de 1923 — Abre cr. para despesas do Serviço.

21177 de 21 de Março de 1932 — Extingue na Directoria Geral do Serviço de Industria Pastoril o cargo de Chefe de Secção da Comp. de gado, transferindo o respectivo serventuario para o ministerio da Educação e Saúde Publica.

22229 de 16 de Dezembro de 1932 — Dispõe sobre a prestação de contas do adiantamento de 20:000\$000 ao Director Geral do Serviço de Industria Pastoril, para despesas com a recepção, hospedagem e transporte de technicos estrangeiros em visita ao Brasil.

22324 de 6 de Janeiro de 1933 — Approva o projecto e orçamento para installação de balança de pesar gado na estação de Córumbá.

22619 de 5 de Abril de 1933 — Isenta de impostos e taxas federaes o gado vacum importado pela fronteira destinado ao consumo das populações do Acre e Manaus.

22985 de 25 de Julho de 1933 — Modifica a organização do D. G. de Industria Animal do Ministerio da Agricultura.

23049 de 8 de Agosto de 1933 — Autoriza a applicação do auxilio de 100 contos de réis, concedido ao E. da Bahia, em despesas attinentes ao fomento da produção animal. (Bahia).

POLICIA SANITARIA ANIMAL — Vide tambem: VETERINARIA.

23082 de 15 de Agosto de 1933 — Providencia sobre a concessão de recursos para attender a despesas com installações necessarias á Inspectoria Regional da Directoria de Fomento da Produção Animal em Catú.

9405 de 28 de Fevereiro de 1912 — Abre cr. de 30:000\$000 para participação na Convenção Internacional de Policia Sanitaria Animal, em Montevideo.

4337 de 28 de Setembro de 1921 — Approva a Convenção Internacional de Policia Veterinaria (Policia Veterinaria).

15178 de 14 de Dezembro de 1921 — Promulga a Conv. Intern. de Policia Veterinaria de Montevideo.

POSTOS ZOOTECHNICOS

8037 de 26 de Maio de 1910 — Dá a denominação de Posto Zootechnico Federal. á Dir. de Indu. Animal.

8366 de 10 de Novembro de 1910 — Regulamento dos Postos Zootechnicos.

8734 de 17 de Maio de 1911 — Cre um Posto Zootechnico em Ribeirão Preto.

8810 de 5 de Julho de 1911 — Annexa um Posto Zootechnico á Escola Media ou Theorico Pratico do Rio Grande Sul.

9513 de 3 de Abril de 1912 — Crea um Posto Zootechnico em Lages (Santa Catharina).

10714 de 31 de Janeiro de 1914 — Reduz pessoal o Posto Zootechnico Federal.

10854 de 15 de Abril de 1914 — Reorganisa o Posto Zootechnico Federal.

11461 de 27 de Janeiro de 1915 — Regulamento dos Postos Zootechnicos Federaes.

11599 de 2 de Junho de 1915 — Abre credito para despesas dos Postos.

12388 de 31 de Janeiro de 1917 — Supprime o cargo de Veterinario do Posto Zootechnico Federal.

15890 de 15 de Dezembro de 1922 — Abre cr. 50:000\$000, para obras no Posto Zootechnico de Ribeirão Preto.

PRESUNTO

8036 de 26 de Maio de 1910 — Institue premios de animação á industria do presunto.

PRODUCCÃO ANIMAL (D. N. DA)

Regulamento publicado no D. O. 26 de Julho 1934.

PRODUCTOS ANIMAES — Vide tambem CARNES.

11462 de 27 de Janeiro de 1915 — Regulamento para inspecção das fabricas de productos animaes.

REGISTRO GENEALOGICO DE ANIMAES

7778 de 30 de Dezembro de 1909 — Regulamento para o Serviço.

8194 de 1 de Setembro de 1910 — Abre credito de 50:000\$000 para execução do decreto 7778.

11425 de 13 de Janeiro de 1915 — Regulamento para o Serviço.

Portaria de 11 de Janeiro de 1925 — Regulamento do registro genealogico Herd Book e Stud Book do Estado do Rio.

Accordo com a Sociedade Fluminense de Agricultura e Industria Ruraes para installação e manutenção dos Registros Genealogicos de Animaes.

Portaria de 21 de Outubro de 1931 — Rescinde o contracto com a União Rural Paranaense, relativo a registro genealogico de animaes.

Portaria de 21 de Outubro de 1931 — Rescinde o contracto com a União Rural Paranaense, relativo a registro genealogico de animaes.

Termo de accordo com a Associação e Registro Genealogico Sul Rio Grandense para a manutenção dos registros (D. O. 16 e 19 de Setembro de 1935).

Termo de accordo com a mesma Associação para a manutenção dos registros (D. O. 14 e 19 de Maio de 1936).

REGISTRO DE CRIADORES

Portaria do Ministerio da Agricultura de 17 de Outubro de 1935 — Transfere para o Dir. de Estatistica e Produccão o registro de lavradores e criadores a cargo de D. N. da P. Veg. e da Produccão Animal.

Portaria do Ministro da Agricultura de 30 de Janeiro de 1936 — Instrucções para o Registro de Criadores.

REMONTA

13011 de 4 de Março de 1918 — Autorisa a instal. de estações de remonta.

15811 de 11 de Novembro de 1922 — Regulamento do Serviço.

17257 de 24 de Março de 1926 — Regulamento do Serviço de Remonta e das Coude-larias Nacionais.

20064 de 2 de Junho de 1931 — Transfere a Estação de Monta de São Marcos, para o Município de Manáus, Amazonas, sob a denominação de E. Monta do Carreiro.

20187 de 7 de Julho de 1931 — Altera a denominação da Estação de Monta de Imbuzeiro, que passa a chamar-se "João Pessoa".

Portaria de 28 de Agosto de 1920 — Cria uma Estação de Monta em Cachoeiro (Pará).

Portaria de 10 de Novembro de 1920 — Cria uma Estação de Monta em Arêas (Bahia).

Portaria de 7 de Dezembro de 1920 — Cria uma Estação de Monte em Soure — (Pará).

Portaria de 18 de Maio de 1921 — Cria uma Estação de Monta Imbuzeiro (Parahyba).

Portaria de 25 de Outubro de 1923 — Instrucções para o serviço de monta nos postos zootechnicos.

REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DE EPIZOOTIAS

5511 de 7 de Agosto de 1928 — Approva o accordo sobre a Repartição Internacional de Epizootias.

18642 de 12 de Março de 1929 — Promulga o accordo para a criação da Repartição.

18662 de 26 de Março de 1929 — Confia ao Governo do E. do R. G. do Sul, dentro do seu territorio, a execução de medidas de combate as epizootias.

18757 de 21 de Maio de 1929 — Ratificação de varios paizes ao accordo internacional.

18775 de 31 de Maio de 1929 — Ratificação da Hungria ao accordo internacional.

18955 de 22 de Novembro de 1929 — Ratificação da Hungria ao accordo internacional.

18955 de 22 de Novembro de 1929 — Ratificação da Grecia ao accordo internacional.

20840 de 22 de Dezembro de 1931 — Adesão da Lituania ao accordo internacional para a criação da Repartição Internacional de Epizootias.

SELLO DA INDUSTRIA PASTORIL

Portaria de 5 de Maio de 1921 — Taxas para a cobrança do sello da Industria Pastoral.

Portaria de 12 de Maio de 1921 — Resolve sobre o sello que devem pagar os attestados expedidos pelo Serviço de Industria Pastoral.

SERVIÇOS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA

199 de 23 de Janeiro de 1936 — Autorisa o Poder Executivo a realizar accordos com os Estados para coordenar e desenvolver serviços pertinente á acção do Ministerio de Agricultura.

SORO

Circular do Ministerio da Fazenda n. 43 de 15 de Março de 1933 — Classificação do soro para combater a tuberculose "Ravetlat Pla".

STUD BOOK NACIONAL

13038 de 29 de Maio de 1918 — Regulamento.

Circular do Min. da Fazenda n. 43 de 17 de Abril de 1934 — Importação de animais destinados a provas hipicas.

SUINOS

787 de 27 de Setembro de 1890 — Aprova a postura do Conselho Municipal do Districto Federal sobre criação de suinos.

15758 de 27 de Outubro de 1922 — Crea um campo de engorda de suinos e bovinos na Parahyba.

Portaria de 10 de Julho de 1926 — Regulamento de Registro genealogico de suinos.

Circular do Ministerio da Fazenda numero 128 de 23 de Outubro de 1933 — Isenção de taxa de viação para o gado suino transportado para os matadouros.

TRIPAS

Portaria de 28 de Julho de 1927 — Torna obrigatorio o certificado sanitario para as tripas destinadas á exportação.

VACCAS E VITELLAS

13026 de 15 de Maio de 1918 — Prohibe a matança de vitellas e vaccas aptas á reprodução.

13054 de 5 de Junho de 1919 — Reproduz o decr. n. 13026 com alterações.

16740-A de 31 de Dezembro de 1924 — Restringe a matança de novilhos e vaccas.

19489 de 16 de Dezembro de 1930 — Derroga disposições sobre a matança de vaccas e novilhos.

Portaria de 27 de Março de 1925 — Instruções para matança de novilhos e vaccas.

Portaria de 27 de Agosto de 1926 — Prorogação do prazo de prohibição de matança de novilhos e vaccas.

Portaria de 28 de Dezembro de 1926 — Nova prorogação de prazo de prohibição de matança de vaccas e novilhos.

Portaria de 20 de Janeiro de 1930 — Proroga o prazo de prohibição de matança de vaccas e novilhos.

VACCINAS E SORO

11643 de 21 de Julho de 1915 — Abre credito de 90:000\$000 para aquisição.

13594 de 9 de Maio de 1919 — Abre credito de 70:000\$000 para aquisição.

VACCINA I. A. B. — Vide tambem VETERINARIA.

Despacho do Min. da Agric. de 30 de Junho de 1934 — Relativo á morte de animais de raça de propriedade de Arnaldo Guinle.

VETERINARIA — Vide tambem BANHEIRO CARRPATICA — Epizootia — VACCINA.

8084 de 7 de Julho de 1910 — Autorisa a contractar veterinarios.

8172 de 25 de Agosto de 1910 — Abre cre. de 50 contos para exec. do decr. 8084.

8331 de 31 de Outubro de 1910 — Crea o Serviço de Veterinaria.

8974 de 14 de Setembro de 1911 — Crea uma enfermaria de veterinaria na Fazenda do Leitão (E. de Minas)..

9194 de 9 de Dezembro de 1911 — Novo Regulamento do Serviço de Veterinaria.

10056 de 14 de Fevereiro de 1913 — Crea a Inspectoria de Veterinaria no Paraná.

10300 de 25 de Junho de 1913 — Crea a Inspectoria de Veterinaria no E. do Rio.

2916 de 30 de Dezembro de 1914 — Aut. abrir cr. de 77:922\$000 para construção do Posto e Enfermaria Veterinaria.

11406 de 30 de Dezembro de 1914 — Abr. o cr. de 77:922\$000 acima.

11460 de 27 de Janeiro de 1915 — Reorganisa o Serviço de Veterinaria.

11599 de 2 de Junho de 1915 — Abre credito de 430:040\$000 para despesas do Serviço.

12388 de 31 de Janeiro de 1917 — Supprime o cargo de veterinario do Posto Zootechnico Federal.

12408 de 28 de Fevereiro de 1917 — Altera o Regulamento do decreto 11460.

13219 de 9 de Outubro de 1918 — Confia ao Governo do E. de São Paulo, dentro do seu territorio, a execução das medidas do decreto 11460.

15656 de 1 de Setembro de 1922 — Crea um posto de Veterinaria em Bagé (Rio Grande do Sul).

4586 de 27 de Setembro de 1922 — Declara de utilidade publica a Faculdade de Medicina Veterinaria de Pousa Alegre (Minas Geraes).

15752 de 26 de Outubro de 1922 — Abre credito de 200 contos para despesas do Posto Experimental de Veterinaria em Bagé (Rio Grande do Sul).

5614 de 27 de Dezembro de 1928 — Fixa o numero de postos de que trata o Regulamento da Industria Pastoril.

5642 de 4 de Janeiro de 1929 — Modifica designação de cadeiras na Escola de Medicina Veterinaria.

18642 de 12 de Março de 1929 — Accordo internacional para a Repartição de Epizootias.

18662 de 26 de Março de 1929 — Confia ao Governo do Rio Grande do Sul a execução do decreto 14.711.

18757 de 21 de Maio de 1929 — Adhesões de varios paizes ao accordo acima.

18775 de 31 de Maio de 1929 — Ratificação da Hungria ao Accordo.

189555 de 22 de Outubro de 1929 — Ratificação da Grecia ao Accordo.

19155 de 3 de Abril de 1930 — Regulamento da Escola de Applicação do Serviço de Veterinaria do Exercito.

20931 de 11 de Janeiro de 1932 (Diario Oficial de 15 e 20 de Janeiro) — Regula e fiscalisa o exercicio da medicina veterinaria.

21218 de 29 de Março de 1932 — Destaca das sub-consignações 1, 2, 3 da verba 8.ª Industria Pastoril, a importancia de réis 200:000\$000 para attender ao combate á epizootia.

21239 de 3 de Maio de 1932 — Suspende a execução do disposto no paragrapho 1.º do artigo 7 do decreto 14.120 de 1920.

21.651 de 19 de Julho de 1932. Providencia sobre o pagamento de despesas effectuadas de Janeiro a Março de 1932 com o combate a epizootia da raiva no Estado de Matto Grosso.

21818 de 13 de Setembro de 1932 — Torna extensiva ao curso de medicos veterinarios da E. S. A. M. V., a exigencia dos exames vestibulares de que trata o artigo 2 do decreto n. 21.218.

22107 de 18 de Novembro de 1932 — Abre credito especial de 80:000\$000 para reforçar a importancia de que trata o decreto n. 21.218.

Decreto n. 22.316 de 5 de Janeiro de 1933 — Dispensa a idade para matricula de ferradores veterinario snos respectivos cursos.

Decreto n. 23.133, de 9 de Setembro de 1933 — Regula o exercicio da profissão de veterinario no Brasil.

Decreto 23265 de 24 de Outubro de 1933 — Inclue no orçamento do Ministerio da Agricultura, dotação para pagamento de vantagens devidas ao pessoal do Hospital Veterinario da E. S. A. e M. V.

Decreto n. 23.525 de 30 de Novembro de 1933 — Autoriza o destaque da importancia de 20:000\$000 da verba Eventuaes do Ministerio da Agricultura para attender a despesas da E. S. A. e M. V.

23858 de 8 de Fevereiro de 1934 — Cria a Escola Nacional de Veterinaria e approva o resp. regulamento.

24045 de 27 de Março de 1934 — Providencia sobre o pagamento do pessoal da extincta Esc. Sup. de Agric. e Med. Veterinaria de 15 de Fevereiro a 31 de Março de 1934.

24165 de 24 de Abril de 1934 — Dispõe sobre disponibilidade dos professores da extincta Escola Sup. de Agric. e Med. Veterinaria.

24307 de 29 de Maio de 1934 — Suspende transitoriamente a exigência do artigo 398 do Regulamento da Esc. N. de Veterinaria.

24608 de 6 de Julho de 1934 — Abre credito especial de 100:000\$000 para proseguimento de estudos sobre a febre aphtosa e preparo de vaccinas.

112 de 4 de Abril de 1935 — Reconhece como official a Escola Superior de Agricultura e Veterinaria do E. de Minas Geraes.

122 de 15 de Abril de 1935 — Regulamento para o Serviço de Veterinaria em tempo de guerra.

88 de 10 de Agosto de 1935 — Autorisa abrir o credito especia Ide 300:000\$000 para accorrer ás despesas com o combate á raiva em varias zonas do paiz.

416 de 7 de Novembro de 1935 — Abre o credito especial de 300:000\$000 para accorrer as despesas com o combate á raiva em varias zonas do paiz.

592 de 16 de Janeiro de 1936 — Regulamento para a Escola de Veterinaria do Exercito.

Portaria de 11 de Maio de 1921 — Localisação dos postos de assistencia veterinaria. Portaria de 25 de Julho de 1921 — Suspende as medidas de caracter especial adoptadas para o combate da epizootia da peste bovina.

Portaria de 10 de de Janeiro de 1922 — Inspecção veterinaria dos animaes e das materias primas nas fabricas.

Portaria de 3 de Outubro de 1927 — Instrucções par applicação de medidas profilaticas contra febre aphtosa.

Portaria do Ministerio da Agricultura, de 9 de Maio de 1930 — Alterando o Regimento da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

Instrucções de 25 de Maio de 1930 — Para matricula no Curso de Applicação do Serviço de Veterinaria do Exercito.

Portaria do Ministerio da Agricultura, de 16 de Dezembro de 1930 — Sobre diplomas.

Portaria do Ministerio da Agricultura, de 16 de Dezembro de 1930 — Instrucções para a matricula na Escola de Applicação do Serviço de Veterinaria.

Portaria de 12 de Novembro de 1931 — Instrucções para reger o Hospital e Policlínica Veterinarios, da Escola Sup. de Agricultura e Medicina Veterinaria.

Circular do Ministerio da Fazenda n. 33 de 17 de Março de 1932 — Previa autorisação dos inspectores veterinarios para embarque e desembarque de animaes.

Portaria do Ministerio da Guerra de 22 de Novembro de 1933 — Instrucções para os

exames finais do curso de medicina veterinaria da Esc. de Apl. do Serv. de Vet. do Exercito.

Instrucções para a matricula dos alumnos do curso de veterinaria (D. O. 26 Fevereiro 1934).

Portaria do Ministro da Guerra, de 18 de Janeiro de 1935 — Instrucções provisórias para o Deposito Regional de Material Veterinario da 3.^a Região Militar.

Contracto com o Dr. Ricardo Luiz Ferreira da Costa na qualidade de histologista da Escola Nacional de Veterinaria do D. N. P. Animal (D. O. 22 de Maio de 1935).

Contracto com o Dr. Alvaro Eduardo de Bastos na qualidade de Zootechnico da Escola Nacional de Veterinaria do D. N. P. Animal (D. O. 1 e 3 de Agosto de 1935).

Contracto com o Dr. Ricardo Luiz Ferreira da Costa (renovação) na qualidade de histologista da E. N. de Veterinaria (D. O. 23 de Abril de 1936).

Contracto com o Dr. Antonio Barbosa Coutinho, na qualidade de assistente na Escola Nacional de Veterinaria do D. N. P. Animal (D. O. 1 de Julho de 1936).

Contracto com o Dr. Antonio Benjamin Barreira Terra, na qualidade de assistente, na Escola Nacional de Veterinaria do D. N. P. Animal.

Plano geral de combate á epizootia da raiva no Brasil (D. O. 14 de Janeiro de 1936).

XARQUE

840 de 11 de Outubro de 1890 — Fav. a Frederico Augusto de Souza, para expl. de 4 saladeiros no E. do Maranhão.

881 de 18 de Outubro de 1890 — Transfere á Emp. Ind. de Melhor. a conc. de 4 saladeiros no E. de Matto Grosso.

915 de 24 de Outubro de 1890 — Fav. a Augusto Guedes de Carvalho, para expl. de saladeiros em S. Paulo, Santa Catharina, Paraná e R. G. do Sul.

1068 de 22 de Novembro de 1890 — Fav. á José Hypolito Salgado de Menezes, para expl. de 5 saladeiros no E. do Piahy.

1110 de 29 de Novembro de 1890 — Supprime a conc. de saladeiros no R. G. do Sul, de Augusto Guedes de Carvalho.

584 de 3 de Outubro de 1891 — Proroga prazo da conc. do decr. 840.

768 de 19 de Março de 1892 — Appr. pl. dos saladeiros da Cia. Geral de Melhoramentos do Maranhão.

1427 de 2 de Julho de 1893 — Proroga prazo da Cia. Geral de Melhoramentos do Maranhão.

858 de 12 de Agosto de 1902 — Decl. em vigor a isenção do imposto de consumo para o xarque.

5652 de 9 de Janeiro de 1929 — Aut. abr. cr. 200 contos para pagar a Irigoyen & Duarte o premio pela exportação do xarque.

5653 de 9 de Janeiro de 1929 — Aut. abr. cr. 50 contos para pagar a Boaventura Ferreira da Silva, como compensação de direitos alfand. para exportação do xarque.

18671 de 27 de Março de 1929 — Abre credito para compensação de direitos alfandegarios pela exportação do xarque.

21913 de 6 de Janeiro de 1932 — Abre o credito especial de 200:599\$470 para pagamento a Irigoyen & Duarte e outros, como premios pela exportação de xarque.

Portaria de 7 de Julho de 1927 — Torna obrigatoria a declaração do numero de mantas nos certificados de inspecção do xarque.

No Instituto Agronomico de Campinas



Campo de Cooperação de «Arroz» em Pindamonhangaba

ATELIER DE GRAVURAS SILVA & BARRETO GRAVADORES



43, Avenida Gomes Freire, 43

Telephone 22-6894

RIO DE JANEIRO

O Capitão Silvestre e Frei Veloso

ou

A plantação do café no Rio de Janeiro

A publicação, que hoje iniciamos pelas columnas da "A Lavoura" foi suggerida pelo saudoso Presidente Perpetuo da Sociedade Nacional de Agricultura, Dr. Miguel Calmon, em 1929.

Com effeito, possuindo um exemplar rarissimo livrinho de Luiz da Silva Alves d'Azambuja Suzano, fel-o copiar com esse intuito, convencido de que a sua divulgação despertaria entre os nossos leitores interesse e curiosidade. O livrinho de Suzano é, realmente, uma leitura agradável: a historia da introdução da plantação do café na antiga Provincia Fluminense, e o papel que nella tiveram o Marquez de Lavradio e o Botanico Frei Conceição Velloso, apresentada com um sabor de romance que a torna sobremodo agradável e interessante.

Esse trabalho de Luiz da Silva Alves d'Azambuja Suzano foi publicado no Rio de Janeiro em 1847, em 58 paginas in-16º e, no anno seguinte, reproduzido na Folhinha Laemmert.

Ao apresental-o novamente, decorrido quasi um centenario, queremos prestar ao seu autor — um dos primeiros que trataram da historia do café entre nós — uma homenagem, transcrevendo o que, a seu respeito, escreveu Sacramento Blake no Diccionario Bibliographico Brasileiro:

"Nascido a 20 de Agosto de 1791 no Rio de Janeiro, onde cursou as aulas do Seminario de São Joaquim, com o intuito de ser padre, falleceu a 16 de Agosto de 1873 na Provincia do Espirito Santo, onde foi membro e Secretario da Junta Provisoria, antes de serem as provincias administradas por presidentes nomeados pelo Governo Geral. Foi professor de latim, inspector da Thesouraria, deputado provincial e occupou ainda cargos, quer de eleição popular, quer de confiança do Governo, desde 1811. Prestou importantes serviços á causa da Independencia, já correspondendo-se já com os mais decididos patriotas do Rio de Janeiro, já se esforçando para que, com toda a calma se prestasse o juramento á mesma Constituição, quando os animos se achavam na Provincia exaltados e a tropa insubordinada. Obteve provisão para exercer a advocacia, em que representou brilhante papel, applicando-se ao estudo da jurisprudencia patria, assim como á linguistica e litteratura amenas, e escreveu varias obras, tanto originaes como traduzidas do latim, do francez, do hespanhol, do italiano, umas já publicadas e outras ineditas, mas conservadas por sua familia. Era official da Ordem da Rosa e Official da de Christo".

Na publicação do "Romance do Café", conservaremos a graphia original com o fito de não lhe alterar o sabor historico que realmente tem.

Inscрева-se como socio da
Sociedade Nacional de Agricultura

O Capitão Silvestre e Frei Veloso

ou

A plantação do café no Rio de Janeiro

Romance brasileiro

Por Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano

Utile dulci.

Horat., art. Post.

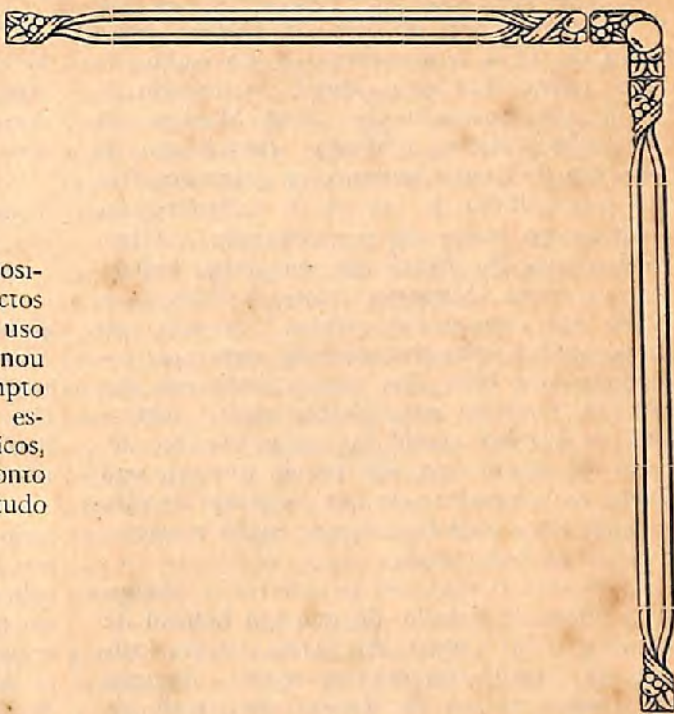
RIO DE JANEIRO

Publicado e á venda em casa de

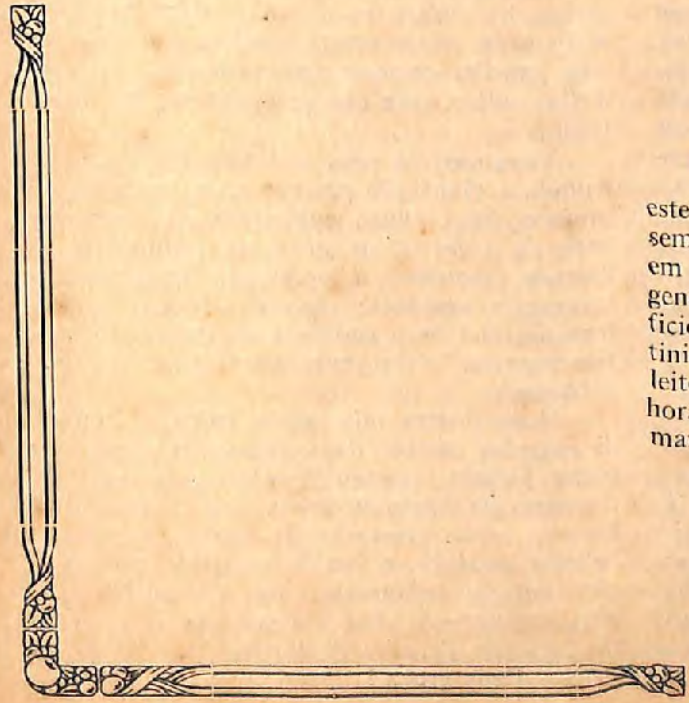
Eduardo e Henrique Lammert

RUA DA QUITANDA, 77

PROLOGO



Para entreter huns dias de plena ociosidade, escrevi este romance fundado em factos verdadeiros da historia da descoberta e uso do café, que tão incessantemente se tornou para a nossa patria. Parece-me o assumpto util e agradavel, ainda que desviado da estrada ordinaria dos romncistas economicos, para quem são as intrigas de amor o ponto de suas locubrações: respeitando contudo



este gosto e opinião commum, desenvolvida sempre n'esta especie de composições, fingi em Desclieux este incentivo, nobre porém e generoso, que lhe valeu os trabalhos e sacrificios com que transportou da França a Martinica a planta do cafezeiro. Não dará pois o leitor por mal empregado hum quarto de hora que despender com a leitura d'este romance.

O Capitão Silvestre e Frei Veloso

Vice-reinando no Rio de Janeiro pelos annos de 1774 o marquez de Lavradio, a quem tanto deve esta capital do imperio do Brasil, apresentou-lhe Fr. José Mariano da Conceição Velloso, religioso franciscano do convento de Santo Antonio, os primeiros fructos que colheira de um pé de cafezeiro, que plantara no horto do seu convento. Mimoso prezioso que lhe fizera um seu amigo hollandez por nome Hopoman, queria Velloso fazer d'elle um dom à sua patria: homem de grande saber, perscrutador da natureza, conhecedor dos bens, dos mimos dadivosos que esta mãe modesta nos offerece, quasi sempre com um sorriso acanhado, que os encobre de baixo de algum véo, elle previa que era esta planta mais preziosa do que as minas de ouro de Villa Rica e de Goyaz, que então se exploravão com toda ancia.

Não era o marquez de Lavradio menos um homem de Estado, do que um homem de gosto: pai das Letras, das Artes, da Agricultura no Brasil, congregava, como Augusto nos tempos aureos de Roma, um círculo de sabios em seu palácio, onde ouvia e era ouvido em palestras geniaes, já sobre os attractivos das Bellas Letras, já sobre a civilisação, e a politica do Estado, que lhe fôra confiada. Nem era só luxo e polidez, de que Luiz XV na França fôra o mestre, e D. João V em Portugal o discipulo: era tudo a um tempo nobres edificios, construções navaes commercio com a metropoli, com as Indias, com a China: tudo se punha em obra, nada esquecia, nada se desprezava do que logo ou algum dia podesse dar proveito, podesse erguer ao auge do seu destino a bella Brasilia.

Já o doce assucar, o azulado anil, a rubra cochenilha vegetavão prosperando por toda a parte, e levavão do Janeiro ao Tejo em carracas enormes, boiantes armazens, os tributos magnificos da sua agricultura, e seu commercio. Recebia-se da India algum café, ainda de muito poucos conhecido e pouco usado.

Apresenta Velloso ao vice-rei as suas premicias: discute-se o seu merito, suas vantagens, sua cultura. Que fome de riquezas! já toda a Europa a procura: já desde as Antilhas até Caiena correm pela America as cerejas da Arabia. Deve ser divulgada no Brasil: deve ser recommendada a sua cultura, mesmo á custa de castigos: vence-se a força os desleixos da ignorancia, as zombarias da indo-

lencia. Não erão mais uteis as minas da Siberia: e comtudo cultivadas com muito mais rigor: nem mais preziosas na Hespanha as Amoreiras, que no principio forão plantadas com mais ardil e menos lucro.

Toda arte no principio he difficilissima
No meio facil: no fimdeitosa.

Assim todo o bem desconhecido no principio, he tardio de aceitar-se, e rebelde de agradecer-se. Não recue porém o homem bemfazejo; que quanta mais fôra sua constancia, mais acrisolado, mais nobre, mais brilhante será seu galardão, sua satisfação intima de ter feito bem à sua patria.

Manda Lavradio convidar á sala do palacio alguns dos mais enriquecidos lavradores de diversos districtos (bem certo de que pelo seu exemplo vigiã os seus visinhos) e em poucas e simples frases, que elles melhor comprehendessem, observa-lhes, que a cultura do café era um ramo de lavoura de que devião tirar grandes lucros para si e para o Estado: que a Europa tinha aberto os seus armazens á espera d'este grão delicioso: que quanto mais elles o cultivassem, mais divulgado se tornaria para os povos, e mais lucrativo aos plantadores, e negociantes que n'elle traficassem. E dando a cada um d'lles algumas fructinhas, os abraça affavelmente e os despede, recommendando-lhes que plantassem aquellas sementes para depois tirarem d'ellas outras, com que augmentasse a plantação.

Vagaroso era isso: e ainda depois de estendida a plantação precisava do trabalho do preparo, hum pouco cuidadoso da semente antes de a darem ao uso e ao commercio. A demora desanima, a preguiça desalenta, a ignorancia despreza; plantar hoje e colher logo amanhã he a egoistica aspiração do rustico imperio. Forão portanto as sementes desprezadas.

Hum d'estes miseraveis rusticos, senhor de engenho, capitão das ordenanças, amigo do padre Velloso, apresentou-se na sua cella no convento de Santo Antonio. Sua estatura ordinaria, carão avermelhado, nariz grosso, cabelleira enrizada, e fardão escarlata com calção azul-claro abotoado com espiguiha de ouro, era por por diante e por detraz o capitão Silvestre Ferreira de Barros.

— Deus graça!

— Pôde entrar. Oh! gosto que esteja bom e bizarro.

— Vamos vivendo: graças a Deus.

— Já sei que brilhou muito com a sua festa do Espirito Sancto; que deu muita esmola, e um grande banquete.

— Fiz o que pude, e não tirei esmolas: nem hum real. Mas comecei com muito gosto, e acabei... que nem quia ir a festa para não aturar os desaforos do meu padre vigário, que he muito mal criado.

— O' homem! porque, pois elle me pareceu sempre hum bom padre, e bom vigário.

— Engana-se Vossa Caridade: he hum catana e dizem que já tem dous filhos. Eu não gosto d'elle desde que fui fazer hum baptisado, e na mesma occasião foi hum molequinho; que por mais que eu lhe pedi, elle não quíz baptisar juntamente com o meu afilhado, que era hum menino branco, filho da comadre Thereza Rosa, do sitio do Sungú. Ficámos desde então entre dentes, como lá dizem. Agora eu não pedi esmolas para a festa, nem adjutorio de pessoa nenhuma: a minha dona Joanna cansou-se, buscando ovos, fazendo doces, refinando assucar, ajuntando gallinhas, leitões, perús, apromptando roupas, toalhas... enfim huma lida que ninguem pensa. E ainda os desavergonhados dizião que fiz huma festinha.

— Oh! não: antes dizem que Vossa Mercê brilhou.

— O vigário conluu-se com os musicos que levei cá da cidade, e ajuntou povo na igreja, dizendo que ia cantar vespera. A minha dona, ainda que estava muito occupada, sempre quíz ir ver: que antes lá não fosse. Quando o vigário apanhou a igreja cheia, e ella assentada lá em cima na capella-mór, e eu do lado da porta da sacristia com mais alguns amigos, todos de joelhos: começa, como quem cantava, dizendo — *Dei adjutorio para a festa, bem se entende*. — E os musicos responderão também em cantiga — *Dona Joanna fez uma festinha* — Ficou a minha dona pelos ares, impando de vergonha! e eu que não botava sentido na coisa, quando a vi tão afflicta, e hum musico de voz grossa gritando bem, e dando com a cebeça — *festinha, festinha*: — então cahi na maroteira do vigário, tirei a dona da igreja, e levei-a para casa com mocambas e tudo, e muita gente que também sahio e deixou a igreja vazia. No outro dia, não fui, nem quíz que ninguem da minha casa fosse á festa.

Quasi estalando de riso, diz o padre Velloso — Não disserão isso, senhor capitão; antes foi muito pelo contrario o que cantava o vigário e os musicos. Bem sabe que na igreja tudo o que os padres rezão he em latim

Isso que cantarão he uma oração que se reza a Nossa Senhor, quando se começam as vespas. Olhe, aqui está no breviário (e apresenta-lhe hum rico breviário com letras pretas e vermelhas), pôde ler — *Deus in adjutorium meum indende*. Isto foi o que disse o que disse o vigário: e quer dizer — *Deus vem em meu adjutorio*. Os musicos responderão — *Domine, ad juvandum me festina* — Senhor, apressa-te em meu soccorro. Vossas mercês entenderão mal, e suppuzerão no vigário huma coisa que certamente elle não he capaz de fazer.

— Pois, padre, todos perceberão muí claramente e, que como elle he que tinha inventado aquella vespera, e accendido a sua cêra (porque ainda não se tinha botado a que eu levei d'aquí da cidade) por isso dizia que tinha dado adjutorio para a festa: e os musicos esses então rasgadamente gritavão por caçoadas — *Dona Joanna fez huma festinha, festinha*. Agora se he outra coisa, se he ahi do breviário e do latim, não sei. Não fui eu só: meu irmão Pedro, meu compadre Domingos, que he entendido, todos tomarão a coisa bem em grosso.

— Não senhor, diga-lhes que estão enganados; he como eu lhe digo, e que lhe mostro ahi no breviário, ou no missal mesmo, ou em qualquer livro de Horas Mariannas. Mas veio Vossa Mercê agora á cidade fóra de tempo: veio vêr como está bonito o nosso Passeio Publico, a bella cascata dos jacarés, o benino botando agua com o cágado, a linda rua de flores e arvoredos...

— Ainda lá não fui. Vim, porque o vice-rei nos mandou chamar a huns poucos de Irajá, de Saquarema, de Surubhy, do Campo Grande, de toda a parte. Fômos á sala, cuidando que era alguma coisa e sai-se de lá o homem com hum açafatinho de fructas vermelhas pequenas, e entra a dar huma meia duzia a cada hum para que fossemos plantar, que era coisa muito boa, muita riqueza para mandarmos para o reino. Ora vamos agora plantar fructinhas, e doidices da cabeça do vice-rei! Eu logo lá em baixo do palacio mesmo botei as minhas fóra: tomara eu plantar canna, que me importa cá de café!

— Fez mal, senhor capitão, de botar fóra essas fructas...

— E todos fizeram o mesmo. Se algum não botou logo ahi, foi botar lá mais longe. Todos se agoniarão de serem chamados lá de suas casas, incommodarem-se para virem buscar huma asneira para plantarem: huma coisa que não presta para nada. Se o vice-rei gosta de café, elle que o plante. Não diz que plantou tanta coisa no Passeio Publico? Pois plante lá o café, e quando fôr para Lis-

bôa carregue: não se precisa cá delle: o que nos faz conta he assucar. No meu engenho, então, que dá cannas, que nem eu tenho tempo de moer. Não quero outra coisa; nem mandiocas: com assucar se compra farinha.

— café ha de dar mais lucro do que a canna: depois de plantado dura muito mais tempo do que o pé de canna: dispensa moendas, carros, bois, e caldeiras, dispensa muitas despezas, que se fazem com o cozimento do assucar, e dá muito mais dinheiro huma arroba de café, do que huma arroba de assucar. O vice-rei manda plantar, porque se conhece bem, que o café ha de ser mais a riqueza dos fazendeiros do Brasil, do que as outras coisas que se cultivão; além de que bem he ter ter de tudo: quando huma coisa não dá, dá outra. Todos não têm posses para terem engenhos: mas para café, para anil, para mandiocas, para muitas outras coisas, que bem trabalhadas e governadas, dão em proporção hum lucro, que bem calculado he igual, senão maior, de humas coisas do que de outras. Só plantar a mamona e fazer o azeite, cuida Vossa Mtrcê que fará pouca conveniência? Veja o Michella, sózinho com sua mulher, e tão pobre, como já tem hoje sua meia duzia de escravos, só com a mamona. Fez mal (permitta-me que lhe diga) em botar fóra as sementes, que o vice-rei lhe deu: não lhe custa a plantar, não lhe toma tempo, nem terra, que tem muita: logo veria o proveito que lhe dava, e pelo menos o regalo de tomar huma chicara de café de manhã, ou depois de jantar...

— E d'onde veio agora esse café? quem inventou isso no mundo?

— Olhe, aqui tem este livro: vá lendo d'aqui para diante, emquanto eu venho; que vou para o côro, que está tocando. Verá que merecimento tem o café por todo o mundo, e por toda a gente fina e delicada.

Entrega Velloso hum livro ao capitão. deixa-o lendo, e retira-se, dizendo consigo pelo corredor — He bem silvestre este capitão Silvestre, por mais que me amolei á sua capacidade, não sei se pude persuadi-lo; he difficil tirar do seu *ra-meram*, he muito difficil estes homens, e faze-lhos comprehender o seu mesmo interesse e melhoramento.

“Reinando no throno da França o grande Luiz XV, cujo nome retumbava em redomoinhos de gloria desde Cadix até os confins da Polonia, desde a Hollanda até Constantinopla, mandou o imperador da Turquia, Mahomet IV, a cumprimenta-lo hum seu gran visir Solimão Agah —

“Pariz, que por sua mesma situação he o coração da Europa, de quem a França he o peito, era então mais que nunca a mais

brilhante côrte de todo o mundo: jamais, theatros, praças, templos, obeliscos, tudo ostentava o brilho, a polidez da civilisação; que lindas moças, essas flores sempre amáveis da arvore maravilhosa do genero humano, adornavão entrelaçadas por entre grupos de sabios e de guerreiros, entre pendões e ramalhetes de artistas, lavradores, fabricantes, negociantes! —

“Trazia Solimão consigo algumas das suas sultanas. Mas não como disse Ovidio — *Spectatum veniunt, veniunt spectentur ut ipsae*. Pelo contrario ao mesmo tempo que as Parisienses se mostravão alegres e risonhas, estrellando as janellas e fulgurando nos salões e nos theatros com sua agradável presença, aqui lançando garbosas hum passear elegante, ali movendo prasenteiras o riso e jocundidades, acolá com voz suave acompanhando os concertos do cravo, do pesallero, da guitarra; caminhavão as pobres Musulmanas como tristes passaros encerrados em gaiolas cobertas e encobertas de todos os lados, sem huma vista, huma voz, hum movimento, que não fosse pelo aceno de seu barbaro senhor. Manequins sensitivos, sem vontade, sem alma! —

“Pasmava Solimão vendo os costumes humanos, a delicadeza, suavidade, e vida de Pariz. Muito de propósito, e para fazer ostentar a sua grandeza, a civilisação, a generosidade, a nobreza enfim de hum povo christão em contrastes com a rudeza, acanhamento, e caprixos barbaros dos Mahometanos, mandou Luiz XIV, que o hospedassem com bizzaria em hum palacio magnifico da rua de Notre Dame, perto d'esta cathedral. —

“Ahi era o Turco frequentemente visitado por distinctas personagens, que já pela curiosidade de o verem, já pela de verem as belas Mussulmanas, se correspondião ao que se diz na formusura das moças da Georgia; já para o enlearem com o fausto e opulencia da França, e amáveis costumes da sua côrte, tão differentes d'esses grosseiros caprixos e ciumes dos Mahometanos levavão consigo as mais lindas e joviaes Parisienses para convidarem as turcas para os bailes, jogos e passatempos que cada dia se celebravão em humas ou outras familias e sociedades. Mas em vão, que as infelizes Musulmanas não apparecião, não recebião visitas: encerradas em suas alcovas erão estranhas a toda a sociabilidade; não respirão, não vivem estas tristes, senão com o ar que lhes concede a presença de enormissimos ennuços, guardas infernaes que nada ahi fazem, e embaração a quem podia fazer!

“Aceitava contudo Solimão pela sua parte os convites lisonjeiros das amáveis Francezinhas, a quem corsepondia com

lhanneza, e não indiscreto galanteio. Que gente! que costumes! (dizia elle muitas vezes atônito consigo) como he possível que mulheres tão agradáveis, bellezas tão carinhosas passem illesas braço em braço com estes mancebos não menos meigos do que ellas? Danção, cantão, brincão juntos, e separão-se com huma especie de desdem, como se não se avistarão. Se assim as Musulmanas se portassem era impossível a sua virtude, impossível fazerem a felicidade de seus maridos!

"Tantas e tão frequentes vezes honrado o embaixador ottomano, tão generosamente recebido no seio das principaes casas de Pariz, não podião deixar de o estimularem a fazer iguaes convites para a sua casa, mostrar-se igualmente nobre, generoso e polido. E em abono da verdade não encobriremos, que nem foi preciso, que os seus atilados interpretes e advertissem; seu amor proprio mesmo, o gosto, a satisfação de ter em seus salões hum escolhido círculo de Eurizes (assim appellidava elle ás Francezas) o fazião corresponder aos convites com outros convites, aos saraus com outros em sua casa.

"Erão nestes festins servidas as Francezas com café á moda de Constantinopla e de Alexandria: e tantas vezes servidas, e com tanto aceio e elegancia de aparato que por fim tomávão-lhe o gosto, e já não se falava nos círculos e adjuntos, senão nas delicadezas do Turco, na suavidade aromática, e gostosa do seu café.

"Na primeira vez, que se apresentou esta estranha bebida em substituição do cha da China, e do chocolate do Mexico, não poderão as delicadas eurizes deixar de estranha-la. Vinha em chicaras da mais rica porcellana da Índia, matizada de oiro e azul; criados egypcios vestidos em grande gala e ornados de brincos e colares de perolas e corralinas, as apresentavão de joelhos ás senhoras em lindos guardanapos de seda cõr de enxofre, franjados de oiro: rescendião nos salões aromas da Persia, e titilava em todos os semblantes huma doce docundidade.

"Repugnavam porem os mimosos beicinhos o tocarem a bebida negra e amarga, e cada qual se encolhia, olhando, hum tanto acanhadas, humas ás outras com enjoado fastio. Percebe madama Dacier a estranheza das suas patricias, e para as desculpar, desvia logo d'ellas para si a attenção do embaixador, dirigindo-lhe em lingua arabica este discurso:

"O café he uma excellente bebida: foi um presente, com que Haly brindou a seus filhos. Tres dias orou elle em extasis elevado ao terceiro céu para obter de Alah hum signal perduravel de recompensa, que se es-

tendesse por toda a terra, como os verdadeiros crentes. Já tinha o grande propheta obtido o anfino com que vos regalasse nos vossos tehibuks: concedeu então Alah o café, que de repente começou a pullular nas colinas de Moka, e nos montes do Yemen em Bander-Abwv. Comtudo sómente as suas flores candidas e radiantes como estrellas, que bilhãrão com Haly no terceiro circulo do céu, he que forão recolhidas pelos Mahometanos, que fazião do seu aroma hum balsamo suave, com que os sanctos peregrinos da Syria, do Egypto e da Ethiopia ungião suas mãos offerecerem na Meka suas oblações ao sublime tumulto do propheta. Mas certo dervik tendo hum sonho em que voo no banquete do propheta os anjos prepararem a semente do café para lhe darem a beber, revelou a hum principe da Abyssinia este mysterio, como hum dom que o propheta lhe outorgava em signal da sua estima e bom grado, com que lhe tinha aceitado e depositado perante Alah as suas oblações e offerendas.

"Da Abyssinia foi o mysterio divulgado por toda a Arabia, e toda Persia, onde Usbek o fez servir no seu harem de Ispahan, para que exaltasse a belleza, e renovasse os encantos da sua bella Roxana e suas companheiras. He mui frequente o uso do café em Constantinopla, a quem o Immatato de Sannaa paga annualmente hum tributo de dous mil quintaes; porém nós os occidentaes muito pouco o conhecemos, excepto em Londres para onde os Inglezes já começarão a leva-lo do commercio da Syria. Tem hum aroma excellentes.

"E durante este breve improviso da erudita madama Dacier para distrahir e li-sionjeiar o Turco, estava este attento sem desviar d'ella os olhos, admirado de a ouvir fallar com tanta sabedoria, e na lingua do alcorão. Ah! parecia-lhe ouvir hum anjo, revelando-lhe a mysteriosa origem do uso do café, que elle mesmo ignorava, acontecida entre os seus compatriotas possuidores dos paizes, que o produzem. Elle que até hoje, por não saber o francez, não pudera dar todo o desenvolvimento ás efusões do seu coração, sómente enunciadas por meio de interpretes, que as explicavam; sente agora hum duplicado prazer pelo discurso que ouviu, e por poder fallar em sua lingua com huma senhora franceza. — Madama, nasceste em hum berço de Alexandria, ou entre as flores de Aleppo? Alah vos revelou sua sabedoria e seus mysterios, e sem duvida vos predestina a sua primazia entre as Eurizes. Como, candida princeza do paraíso, vierão captivar-vos em França?

"— Não Nasci em Aleppo, nem sobre o elevado pinaculo das pyramides do Egypto.

em França tive o meu berço: meus pais cuidarão da minha educação, e as letras me franquearão o conhecimento dos países, das nações, de seus usos, seus costumes. Aqui não ha escravos: tão livres, tão senhoras como os homens, as mulheres sabem as artes e as sciencias: contemplando os céos, ellas conhecem as estrellas e os planetas que illuminão a residencia de hum Deus omnipotente, creador do universo: olhando a terra contemplão as nações, e como se sustentão na mutua dependencia humas das outras, mutuamente ligadas pelo interesse dos gozos, que hum paiz ministra a outro paiz: no que verdadeiramente consiste a vida humana; e vendo os mares se convencem da liberdade e immortalidade da nossa alma: as artes, que esta inventa, as medidas, os calculos com que atrahê, approxima ao seu microscopio a vastidão immensa do orbe: nos convence do seu imperio sobre as obras da natureza, e de que, superior a materia d'esta, não pode acabar, com o oleiro que o formou, com o espirito que o desenvolveo.

— He a primeira vez, madama, que oiço tanta sabedoria, tão sublime capacidade em huma mulher. Nunca pensei que a gente do vosso sexo fosse capaz de comprehender as sublimes lições, que só o nosso grande propheta entrevia no seio de Alah.

— As mulheres, senhor, tem tanta alma, tanta capacidade e comprehensão como os homens. O que verdade parece he que elles, mais materiaes do que ellas, as achanhão e subjugão pelo peso da sua força e dahi nasce, que as infelizes de toda a sciencia, de toda a cogitação, que não seja só e unica dedicacão a seus maridos, são pelos homens barbaramente consideradas como incapazes de idéas sublimes; mas em todos os tempos e por toda a parte do mundo civilizado, as mulheres se tem sempre mostrado tão engenhosas, tão nobres, como os homens. Na vossa Asia, vio-se antigamente Panthesilea com huma espada na mão, levando de roxo e de tropel adiante de si, os terriveis guerreiros de Míomidona; assim tambem em Zenobia, Semiramis e outras. Arthemizia regeo sabiamente o sceptro da Persia; o espirito de Sappho ainda arrebatada com os cantos da sua poesia os Gregos modernos, como os antigos, entre os quaes foi celebrada a destreza de Atalanta, a habilidade de Aracné, como a constancia de Penelope.

Nos tempos modernos a civilização e as letras, adoçando os costumes, tem chamado o homem a melhor uso do seu predomínio, usurpando sobre a mulher, que he metade d'elle mesmo na França, e por toda a Europa occidental tem as mulheres igual direito como os homens, igual educação como elles.

A civilização estabeleceu entre os dous sexos relações, que a gravidade limita de huma maneira, unica verdadeiramente digna: em bandos misturados homens e mulheres, recrea-se o nosso espirito, communicão-se os doctes da nossa alma, sentimos vida, e mutuamente nos respeitamos com sincero decôr. Se fôrdes por essa cidade, por esses campos, vereis a mulher, e a filha do artista com agra-davel diligencia cuidando nos negocios internos da sua casa, e tão habeis como o pai da familia, ajudando-o nos trabalhos da sua arte a mulher, a filha, a criada do lavrador, vigorosas, e coradas de honestidade, aliviando, sem femer o ardor do estio, com varonil desembaraço as fadigas do laborioso consorte; não se esquecendo de arejar os cereaes guardados no celeiro, e de educar seus filhos no amor do trabalho, e nas maximas da virtude; vereis com o negociante a mulher, huma vez sulcando intrepida mares impolados, demandar novos paizes, onde encontre novos bens, novos recreios, novos gostos e vida outra vez tenteando com zelosa prudencia as economias da casa, ao mesmo tempo que a filha registra adestrada no escriptorio os negocios de seu pai. A musica, o desenho, as danças, o passeio entretam suas horas vagas; os livros nos instruem do passado e do presente, e nos advertem do futuro. Emfim, vereis em nossas escolas os lentes rodeados da mocidade de ambos os sexos, explicar a todos igualmente os principios da religião, das artes, das sciencias, das verdadeiras virtudes. De tudo a mulher he capaz, como os homens; tudo lhe he devido, como a elles; e he assim que pode palpar no coração com sinceridade, amor e virtude; sem gozo não ha vida; sem liberdade não ha amor; a magoa dos grilhões não inspira senão ancias de respiro.

"Neste interim tinham as Francezas com disfarce largado o café, havendo humas sómente provado, outras sorvido até metade da sua pequena chicara; mui poucas desfructurão todo o liquido; percebendo a animado conversação de madame Dacier, rodearão-na em simicirculo para ouvirem da sua boca a pronuncia harmoniosa da linguagem arabica. O embaixador vendo-as approximarem-se, regalava o olho, extasiado; a elegancia e belleza d'aquellas moças o encantavão. Dacier, explica em poucas palavras ás suas patricias o seu discurso; ellas o applaudem, a senhora de Nemours pede que digão as embaixador, que ella, se a casassem até com hum rei, que seu coração não escolhesse, amaria o throno, mas não o enthronizado. Gostosa hilaridade excitou em suas camaradas este seu dicto, que o acaso não tardou a confirmar; casou o duque de Nemours esta sua filha com Dom Affonso VI, rei de Portugal, homem pouco generoso e polido para apertar mão tão mi-

mosa; annullou ella o casamento, e casou com Dom Pedro, irmão do rei, a quem se affeiçoou logo mesmo adiante das tochas do hymeneio do primeiro marido. Não gostou o Turco do seu pensamento: mas a bella indiscreta primava em graças e beldades, e o seu dicto o fez abaixar munchos os olhos.

"Reinava ao mesmo tempo nos salões a mais jovial alegria. O mesmo Luiz XIV ahi estava; curioso, como os seus corteãos, queria tambem ver se lubrigava as bellas Georgianas, mas tão disfarçado, que muito poucos o conhecião. Aqui contradançavão elegantes pares o engraçado je saís; alli prepassavão garbosas atitudes o menuete hespanhol, e o agitado fandango; monsieur e madama cantavão angelico dueto italiano, que sonoros instrumentos accordemente acompanhavão. Por toda a parte servião diligentes os criados os cafés, os doces, os sorvetes; a tudo illuminado de cera branca e rosada; parecia que o proprio sol, estava assistindo com seu dia áquellas horas de recreio e de festança. Huma só camara na casa estava fechada, e guardarão a porta com alfanges desembainhados dois negros eunucos de sanguineos olhos arregalados, e quasi sem palpebras, mais feios e mais terriveis, do que huma noite tenebrosa entrecortada de coriscos. Era a triste mansão das pobres Musulmanas, a quem o mahometismo fanatisado pelo egoismo, nem lhes permittia ver a jovialidade das outras do mesmo sexo. Infelizes moças! todo o seu bem, seu viver n'este mundo consiste em consumir algumas gallinhas, e gastar algumas sedas! Permitta Deus, que lhes aproveite a lição, que Dacier acaba de dar ao enviado do seu gran senhor, escravo do seu caviloso alcorão, e da ignorancia do *en muphti*.

"Retirada emfim a companhia, era nos circulos das familias, que assistião áquelles festins em casa do Turco, o objecto frequente das conversações o sabor, o aroma do café, o ar de elegancia e de aceio, que acompanhava o serviço, que se tornava mais picante pelo aspecto estranho dos moveis, do vestuario dos criados, e a singularidade de se estar assentado em almofadas, e fallar-se por interpretes. Causava isso ao espirito das Francezas hum gosto, huma nova emoção de regosijo; por toda a parte apregoavão o café, que tinham tomado. Querião já todos prova-lo; era já fasto e delicadeza saborear em Pariz o caheu dos orientaes; era porem difficil alcançar a fava preciosa com que se fazia esse licôr, por ser artigo desconhecido no commercio; só se achava em Marselha, e em mui pequena quantidade, da qual custava cada libra quarenta escudos.

"Lançarão-se diligentes especuladores em sua demenda aos paizes da Arabia, e não tardou que Estevão de Aleppo abriu em

Pariz um botequim alegremente decorado, em que se servia esta hebida a nacionaes e estrangeiros, que o frequentavão, attrahidos do bello e da novidade.

"Estendendo-se logo a Londres e a toda a Europa o uso do café; do Norte igualmente que do Sul acostumarão-se a elle os povos; mas sempre na necessidade de o irem buscar lá na Arabia.

"As longitudes do Oriente, o custo da compra, direitos, fretes e despesas ministrarão aos calculistas shollandezes o immenso proveito que tirarião, se podesse mmo Occidente produzir tão procurada fava, e buscarão introduzir nas suas colonias a sua cultura. Lanção-se á terra as mais belas, mais pesadas, e escolhidas sementes; repete-se em varias estações esta experiencia; regão-s, estrutmão-se mas debalde; desgraçadamente não brotou nenhuma das sementes, que se plantarão; porque a do cafezeiro he d'aquellas que para germinarem, querem ser lançadas na terra no instante, em que são colhidas; o que elles ignoravão; e então crêem que antes de venderem os Arabes a torrão em lornos para lhe extinguirem o germen. Com esta idéa tudo não desanimão. Impossiveis facilitão a industria. Do seu viveiro natural, da propria terra de Moka tenrinhos cafezeiros tem de transportar-se para a terra da America. D'alli o trazem eles cautellosamente para Batavia, e d'aqui para Surinam, e para Berbice na costa da Goyanna.

"Solimão Agah, tendo no fim de alguns mezes concluido em Pariz a sua missão, voltando para Constantinopla, fez com que se remetsem de Sauaa pelo Egypto para a França a madama Dacier duas plantasinhas do caheu. Embarcadas em Alexandria em hum nvio hollandez por não haver então outras a Amsterdam, onde por falta de consignatarios fôrão depositadas na praça. Era o famoso caheu, com tantas fadigas procurado por todo o mundo occidental! era o jasmim delicioso, a fava balsamica, regalo dos orientaes! quem todos ve-lo, conhece-lo, cultiva-lo. Ah! não ter elle ainda flores e sementes!

"O burgomestre, regente da cidade, encantado da estima, e raridade d'estas plantas, interpretando aduladôramente que a remessa fazia ás princezas de França, presente que se ciosa direcção a Luiz XIV, d'ella faz offi-

"Eis o caheu! o famoso caheu dos Arabes! Não foi menos affagado em Pariz, de Tournesal a receber por ordem do Rei, que a das plantas. Mas os cafezeiros tremem do rigor do frio no clima da França; ah! elles de-

finhão; elles vão perecer: não podem dar-lhe o natural movimento do seu viço nenhum dos calculos do thermometro; a mais bem graduada estufa de pouco lhe presta: só hum sol animador dos climas dos tropicos o póde medrar.

“Estava a partir para a Martinica em qualidade de governador Mr. Desclieux. Amava este official a bella filha de hum seu amigo, estabelecido nesta ilha, e que era hum dos seus maiores fazendeiros. Amor he sollicito, e Desclieux querendo levar á familia do seu amigo algumas sementes de flores de Pariz, vai escolhe-las no jardim, e la encontra o cafezeiro que definha, e Tournesol desespera de poder acclimatar — Eis hum raro, hum riquissimo presente (diz elle consigo que eu quizera bem levar á bella Gelin.

— Dai-me, Mr. Tournesol, dai-me, por vossa vida, hum desses cafezeiros para levar á Martinica: lá o clima he favoravel a toda a vegetação, e não differe do da Arabia. Talvez de lá eu possa resarcir-vos com milhares de pes, ou pelo menos faremos a experiencia, que

aqui tendes quasi baldada. — Prudente pareceu a Tournesol esta ardente proposição: communicou-a ao ministro Turgot, obtiverão a permissão real, e foi o cafezeiro entregue aos cuidados de Desclieux.

“Lá sai arfando por entre as vagas de Nantes huma fragata onde o levão meigos ventos propícios ao seu rumo. Nem saudades sintas, mimoso cafezeiro! Vais ter huma terra, onde vigores, hum clima onde vivas: lá te esperão prasenteiras as Naydes, e as Napeas americanas para enfeitarem com tuas flores os seus cabellos: embalsama-lhes as tranças, e pende-lhes de hum lado sobre a orelha hum teu galhinho com seus bagos de purpura!

“Não muito ainda a fragata se afastára do porto, quando escassea aviração, e impata o seu seguimento. Preguiça fosse ou saudades, o navio não andava; antes pudera dizer-se como Ovidio, saindo para o Euxino:

....—*Ter limen tetigi, ter sum revocatur.*

(Continua no proximo numero)

No Instituto Agronomico de Campinas



Campo de Cooperação de «Arroz» em Pindamonhangaba

Annunciae em
A LAVOURA

A cultura da videira em Goiás

Os parreirais produzem ali duas vezes ao ano

Por Camara Filho

O Estado de Goiás, ora em acelerada fase de progresso, tem creado, no setor de sua produção agricola, novos e promissores elementos de riqueza coletiva, os quais vem contribuindo poderosamente para a sua construção economica.

Falemos desta vez do município de Goiás, de onde foi transferida recentemente para Goiânia, a Capital do Estado.

O Município de Goiás, cortado por varios e grandes rios, e possuindo terras férteis, é um dos mais ricos do Estado. A agricultura ali sobretudo nesses ultimos anos, vem se desenvolvendo auspiciosamente. Agora com a mudança da Capital a população do Município de Goiás voltou a sua atividade, com mais interesse para o setor da agricultura que lhe promete, não ha duvida, dias de segura vitalidade.

E é assim que com esse nobre objetivo, foram fundadas na velha e tradicional cidade de Goiás, de população culta e profundamente ordeira, varias cooperativas o que vale á dizer que dentro em breve aquele município goiano terá sua produção agricola bantamente desenvolvida.

Uma dessas cooperativas, a cuja frente se encontram, entre outros, os industriais Henrique Vieira e Valdemar Pereira da Silva, elementos ali residentes e reconhecidamente progressistas, tm por fim, intensificar em larga proporção e por processos racionais, a cultura da videira. Tivemos ocasião de, em companhia dos senhores Henrique Vieira e Valdemar Pereira da Silva, visitar alguns parreirais da cidade de Goiás, colhendo dos seus proprietarios, dados e impressões. Ficamos, é judicioso assinalar, deslumbrados com as propriedades vantajosas quer por parte do solo quer por parte do clima que a videira ali encontra em todo o seu ciclo de vegetação. O primeiro parreiral visitado foi o do Sr. José Pereira Nunes, de nacionalidade portuguesa, homem operoso e possuido de espirito de iniciativa. O seu parreiral, tratado zelosamente, embora pequeno, é um dos melhores da cidade. O Sr. José Pereira Nunes nos afirmou que o seu parreiral produz seguramente duas vezes ao ano, isso nos meses de Fevereiro e Junho. A acrescentou, "quando a poda é fei-

ta logo após a segunda colheita, ele produz tres vezes ao ano e esse fato é muito conhecido das pessoas que se dedicam a cultura da Videira, entre nós".

O Sr. José Pereira Nunes, planta a variedade "America", e nos assegurou que a sua produção é extraordinaria. Ele que se dedica por muito tempo á cultura da Videira tendo se iniciado nesse serviço em Portugal e depois passado para o Brasil, nos varios Estados onde morou, não conhece lugar tão propicio á cultura dessa preciosa planta, como o município de Goiás.

A sua produção, segundo nos falou o Sr. José Pereira Nunes, é vendida a razão de 3\$000 o quilo. Esse agricultor fabrica também, vinho, que dá apenas para o seu consumo. Ao vêr do Sr. José Pereira Nunes, que tem a sua opinião reforçada por longa experiencia, não pode haver trabalho mais rendoso no Estado de Goiás, economicamente falando, do que a cultura da Videira, no município onde reside. A nossa população, disse-nos ele, com a sua simplicidade de homem do campo honesto e operoso, ficaria rica em poucos anos e sem dispendir grandes esforços se passasse a se dedicar, com afinco, á cultura da Videira, que apresenta aly, como está praticamente provado, proventos consideraveis. Com pequeno parreiral que o Sr. José Pereira Nunes possui, conseguiu fazer a sua independencia economica e vivendo assim folgadoamente.

O Sr. José Pereira Nunes ofereceu aos visitantes belos e normes cachos de uvas que saboreamos gostosamente em uma animada palestra na qual destacamos o quanto o Brasil deve ao esforço fertilizante e ao espirito desbravador do colono portuguez.

Depois da visita desse parreiral nos dirigimos ao convento dos Dominicanos onde a Videira vem sendo cultivado, ha quasi meio seculo. Ali fomos recebidos cordialmente por Frei Gonçalo Carneiro Leão, conhecido pregador da Ordem. Ao declararmos a finalidade da nossa visita, esse ilustre intelectual nos conduziu ao parreiral que fica aos fundos do tradicional e velho Convento dos Dominicanos, em Goiás. Ali fomos apresentados ao Frei Alvaro Criado, a cargo de quem se en-

contra o parreiral do Convento. Frei Alvaro conhece o assunto a fundo, do qual é técnico, passou a nos falar, enaltecendo com visível entusiasmo, as vantagens que o terreno oferece à cultura da Videira, dizendo mais que ela ali produz invariavelmente duas vezes ao ano, apresentando safras admiráveis pelo volume e pela ótima qualidade do produto.

Ha mais de cem anos que se cultiva em Goiás, com sucessos de exito, a Videira. O parreiral do Convento tem apenas 45 anos. Está viçoso e apresenta, como tivemos ocasião de presenciar em pessoa, uma capacidade de produção desmedida a que atribuímos,

Sr. Henrique Vieira, industrial muito conhecido no Estado onde desfruta, pelos seus dotes naturais de coração e inteligencia, de ótima reputação. Disse-nos ele o nosso município vae ter na cultura da Videira, incontestavelmente, um dos mais elevados elementos propulcionadores de sua riqueza privada e consequentemente de sua riqueza coletiva.

A experiencia evidencia que as nossas terras são excelentes para a cultura da Videira e temos como prova desse fato, o coeficiente de produtividade que apresenta os nossos parreirais, anualmente.

Resolvemos por isso organizar uma



Um aspecto do parreiral do Snr. José Pereira Nunes em Goiás

especialmente, aos fatores físicos e quimicos, que o sólo ali apresenta ao desenvolvimento da preciosa ampelidêa.

O Convento Dominicano fabrica vinho para o seu uso, vinho esse que pela sua especialidade, tornou-se famoso dentro e mesmo fóra do Estado, de onde vem frequentes pedidos de aquisição. Os Dominicanos porém, não vendem o seu vinho que dá apenas para o consumo dos Conventos existentes no Estado.

Por ultimo, interrogamos sobre as possibilidades que Goiás oferece à cultura da Videira, o nosso companheiro de excursão,

cooperativa que tem por objeto intensificar a cultura da Videira, neste município. Essa cooperativa, tem pela frente entre outras pessoas, o Sr. Valdemar Pereira da Silva, homem pratico e grandemente organizado.

A cooperativa já deu início aos seus trabalhos, plantando uma grande área, de modo que, dentro de poucos meses, como todos nós leva a acreditar, passaremos a fabricar vinho. Observamos também que além dessa iniciativa existe no município, na hora presente, grande interesse pela cultura da Videira, que será sem duvida nenhuma, no futuro, um veículo de progresso e desenvolvimento material desta região.

O Prefeito Municipal desta Cidade se empenha também para que a cultura da Videira seja incrementada em larga escala entre nós, em face do que faculta os favôres ao seu alcance, às pessoas que queiram se entregar, em nosso meio, a esse rendoso trabalho. Entre outros favores o Prefeito fará concessão de terras no Município. Ante esse concu-

so do poder publico já ha varias pessoas, de outros Estados, segundo estamos informados, interessadas em se transportarem para esta cidade afim de se dedicarem á cultura da Videira, que neste municipio exige, dada a concessão prometida e a barateza do braço operario, pouco capital, em todo o seu trabalho, desde o plantio á colheita

No Instituto Agronomico de Campinas



Cultura de «Centeio» — Campo de Cooperação em Araras



CASA FLORA

SCHLICK & NOGUEIRA

Trabalhos modernos em flores para todos os fins
PLANTAS — fructíferas e ornamentaes
SEMENTES — importação directa
Ferramentas — Insecticidas — Ajardinamento

Ouvidor, 61 e Gonçalves Dias, 67 — RIO DE JANEIRO

A politica do café e suas novas directrizes

Relatorio apresentado em 19 de Abril de 1939, pelo Sr. Jayme Fernandes Guedes ao Conselho Consultivo do D. N. C.

Em obediencia ao disposto no Convenio Cafeeiro de 14 de maio de 1937, clausula decima setima, n. 2, § 1.º, letra a, acha-se presentemente reunido nesta capital o Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café, de que fazem parte representantes da lavoura dos diversos Estados productores e delegados do commercio das praças de Santos, Rio de Janeiro, Victoria e Paranaguá.

O Departamento Nacional do Café, por intermedio do seu presidente, Sr. Jayme Fernandes Guedes, em cumprimento de disposição regimental, apresentou ao Conselho um minucioso relatorio dos trabalhos do Departamento, bem como a prestação de contas do exercicio de 1938.

O Conselho Consultivo, em sessão de 26 do corrente, approvou, por unanimidade de votos, a prestação de cotnas em apreço, tendo feito consignar em acta os seus applausos á Directoria do Departamento pelos esforços dispendidos na execução da politica de amparo ao café brasileiro. Resolveu mais, o Conselho suggerir a publicação do relatorio, afim de que a lavoura e o commercio do paiz tomem conhecimento da orientação que vem sendo dada officialmente ás actividades cafeeiras do paiz.

Esse relatorio, em que, ao lado de informações de grande interesse, são debatidas varias e palpitantes theses do problema cafeeiro, está assim redigido:

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1939.

Senhores membros do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café.

Cumprindo o disposto na letra a, parágrafo primeiro da clausula decima setima do Convenio dos Estados Cafeeiros de 14 de Maio de 1937, vimos apresentar a esse Conselho, para conhecimento, o balanço geral deste Departamento, levantado em 31 de dezembro de 1938, devillamente acompanhado das demonstrações da conta de "Resultados" nos periodos comprehendidos entre 1-1-1938 — 30-6-1938 e 1-7-1938 — 31-12-1938.

ORIENTAÇÃO DA POLITICA ECONOMICA DO CAFÉ

No relatorio que tivemos oportunidade de apresentar a esse Conselho na sua primeira sessão do anno de 1938, descrevemos, em largos traços, a situação do café brasileiro no anno que antecedeu a adopção das novas directrizes politicas do café. O anno agrícola 36/37 fôra encerrado com um deficit de 2.313.661 saccas, em comparação com o anno anterior. De 15.571.542 saccas exportadas em 35/36, passamos para 13.257.881, que foi a quanto attingiu a exportação de 36/37.

Em Julho de 1937 a nossa exportação só alcançou 735.595 saccas, indice record da gravidade de nossa posição commercial.

Foi nessa alarmante conjuntura, quando, a despeito do augmento do consumo mundial, a exportação do café brasileiro declinava mez por mez, num rythmo regular e constante, que o Governo Federal delibrou dar nova orientação á politica economica do café, baixando, para isso, o decreto-lei n. 2, de 13 de Novembro de 1937.

Desde os primeiros momentos fizeram-se sentir os beneficios das novas medidas postas em pratica, robustecendo-se, em todos os espiritos, a convicção de que passavamos a palmilhar a trilha que nos conduzirá á salvação.

Iniciou-se, immediatamente, a recuperação dos mercados, attestada, de fôrma iniludível, pelo accentuado augmento de nossa exportação.

Nos dez primeiros mezes de 1937, isto é, no periodo que antecedeu a mudança da orientação da politica economica do café, a nossa exportação foi a seguinte:

ANNO DE 1937

Mezes	Saccas exportadas
Janeiro	1.314.331
Fevereiro	927.625
Março	1.157.128
Abril	970.009
Maio	912.061
Junho	909.582
Julho	723.100
Agosto	813.004
Setembro	960.642
Outubro	1.114.071
	9.801.553

A media da exportação foi, por conseguinte, de 980.155 saccas por mez.

Examinemos, agora, a exportação do anno de 1938.

ANNO DE 1938

Mezes	Saccas exportadas
Janeiro	1.562.676
Fevereiro	1.290.601
Março	1.408.961
Abril	1.481.815
Maio	1.391.291
Junho	1.581.589
Julho	1.271.083
Agosto	1.581.450
Setembro	1.413.695
Outubro	1.606.418
Novembro	1.220.149
Dezembro	1.392.360
Total	17.202.088

Temos, assim, uma media mensal de 1.433.507 saccas.

O augmento importou, em media, na expressiva cifra de 453.352 saccas por mez.

Comparemos as nossas exportações nos ultimos dez annos para que assim possamos aquilatar da ignificação do augmento verificado no anno de 1938:

EXPORTAÇÃO DO BRASIL

Annos	Saccas exportadas
1929	14.280.815
1930	15.288.409
1931	17.850.872
1932	11.935.244
1933	15.459.309
1934	14.146.879
1935	15.328.791
1936	14.185.506
1937	12.122.809
1938	17.202.088

O augmento da exportação em 1938 sobre a de 1937 foi, dest'arte, de 5.079.279 saccas.

A cifra é de tal eloquencia que justifica, plenamente, a adopção das medidas postas em pratica pelo decreto-lei n. 2, de 13 de Novembro de 1937.

Sómente uma vez conseguimos ultrapassar a exportação attingida em 1938. Isso se deu em 1931, quando a nossa exportação foi de 17.850.872 saccas. Esta cifra, porém, não representa uma exportação normal, e sim uma antecipação de embarques em virtude do augmento da taxa de 10 shillings, que já se tinha em vista e que foi realizada em 7 de Dezembro desse anno, por via do decreto 20.760 e das operações de troca de café por trigo.

Em todos os outros annos a exportação do café brasileiro sempre ficou aquém da cifra alcançada em 1938. A veracidade deste acerto pôde ser averiguada no Anuario Estatístico de 1938. A pagina 19 estão alinhadas as cifras da exportação brasileira relativas a 36 annos, e por ellas se constata que sómente a de 1931 (periodo anormal, como vimos), ultrapassas a de 1938.

Não obstante esse auspicioso resultado, obtido em um periodo verdadeiramente angustioso para o desenvolvimento do intercambio internacional — contra o qual militam as ameaças á paz, as restricções, as moedas bloqueadas, os contingenciamentos, o proteccionismo exagerado e outros impecilhos intercorrentes — alguns cafeicultores paulistas têm se dirigido, em memoriaes, ás altas autoridades administrativas da Republica, pleiteando o retorno á defesa artificial dos preços, que reputamos causa unica de todas as nossas difficuldades passadas e presentes.

Relativamente a um desses arrazoados, e com o objectivo de esclarecer a opinião publica do paiz, o Departamento Nacional do Café, em Comunicado que divulgou na imprensa metropolitana e na dos Estados cafeeiros (annexo n. 1) teve oportunidade de rebater, por infundados e improcedentes, os argumentos apresentados pelos seus signatarios e collocar a questão nos devidos termos, escolmando-a das propositadas deformações que a desfiguravam.

Pretende-se que o Governo faça a defesa de preços do café na base de £ 4-0-0 por sacca, "venda-se o que se vender". Para que se avalie o que isso representaria de funesto á economia cafeeira do paiz, é bastante des-cerrarmos, ao de leve, o véo que encobre certos factos occorridos durante os primeiros mezes da safra 1937/1938, precisamente aquella em que foi estabelecida, a par da defesa de preços, medida de maior envergadura visando restabelecer o equilibrio entre a offerta e a procura: a retirada do excesso de 18.200.000 saccas que se representava provavel, com a venda compulsoria ao Departamento Nacional do Café, de 70 % da safra 1937/1938, operação que exigia, pela sua amplitude, recursos estimados em mais de 800.000:000\$ computado o valor do frete.

Pareciam estar praticamente asseguradas, mercê dessa providencia, condições propicias para que os negocios se processassem em um ambiente de confiança e estabilidade, sendo de prever-se qu, removidos os inconvenientes da superprodução, os preços seriam mantidos e a exportação se fixaria no nivel da previsão minima, estimada em 15.000.000 de saccas. Na convicção de que os proprios factores de ordem economica e commercial assegurariam os preços então vigentes, e admitindo que qualquer baixa a verificar-se seria de caracter momentaneo, por decorrer dos artificios da especulação, acquiesceu o Departamento Nacional do Café em evitar essas oscillações, defendendo os preços com intervenções no mercado.

A consequencia foi o dispendio de vultuossissima parcella de dinheiro, applicada na compra de cafés nas praças de exportação, pois o commercio, á falta de correspondencia dos preços internos com os externos, viu-ações com o exterior e a descarregar os seus "stocks" nos órgãos da defesa, emergencia que estimulou a organização da industria de "canudos", para serem transferidos ao Departamento. E foi assim que a defesa official se viu compellida a adquirir diariamente grandes quantidades de café, havendo-se registrado, por diversas vezes, descargas que excederam de 100.000 saccas diarias, ou sejam mais de 12.000:000\$000, fazendo fdf| ô2ff maaesSHRDLU ESRIN NUNUNN com que se desviassem para essas operações todas as actividades que deveriam estar coltadas para a exportação — primordial objectivo do problema.

A despeito do enorme sacrificio suportado pela economia do paiz, o nivel da nossa exportação cahiu sensivelmente, registrando nos dez primeiros mezes de 1937 indices já-mais verificados. Era evidente, pois, que não se poderia proseguir na politica da defesa artificial de preços, que reduzia o Brasil a vender sómente a quantidade de que os concorrentes não dispunham para supprir os mercados consumidores. Verificava-se, de modo inconcusso, que o artificialismo do preço seria fatal á economia cafeeira do paiz, daí resultando a deliberação governamental de alterar a politica até então adoptada, orientando-a no sentido da concorrência e no da liberdade relativa de commercio.

Se as nossas exportações desceram aos mais baixos niveis quando se fazia a defesa de preços a menos de £ 2-0-0 por sacca, qual seria a situação do paiz se voltassemos a oriental-a em base duas vezes maior? Argu-

mentam os partidários e pleiteantes dessa providencia que o nosso café sempre foi exportado em maior escala nos annos em que mais elevado era o seu preço. Retrucaremos que essa affirmacão não encontra apoio nas estatísticas, pois os annos "records" da exportação brasileira são os de 1915, 1931 e 1938, com 17.061.398, 17.850.872 e 17.112.524, respectivamente, isto é, aquelles em que menor foi o preço do café (media de £ 1-17-9, 1-18-0 e 0-19-0 por sacca FOB, respectivamente). Não é possível encontrar-se, na estatística, um quinquenio ou um septennio em que o café tenha sido vendido seguidamente aos preços da concorrência, pois factores estranhos ao proprio interesse do product já-mais consentiram que palmilhassemos, por mais de um ano, a boa estrada. Se assim não fosse não estaríamos ás voltas, ainda hoje, com o problema cafeeiro.

Não é sem proposito que se argumenta com periodos de cinco ou sete annos, porque só assim é possível diluir-se, através de outros annos, a elevada exportação daquelles que evidenciaram o acerto da unica politica capaz, de restabelecer o predomínio absoluto do nosso café nos mercados mundiaes.

Mesmo que, para o exame da allegação feita, se admitta o passado, sem considerar os erros que nos legou, diremos que ainda assim não é possível discutir com base nelle; alguns annos abraz os preços, nos mercados consumidores, eram determinales quasi que exclusivamente pelos de vigencia interna, visto como a disponibilidade dos nossos concorrentes, pela insignificancia do seu volume, nenhuma influencia poderia sobre elles exercer. Presentemente, no entanto, isso não ocorre: a producção dos concorrentes, fundada e estimulada á sombra das nossas valorizações, alargou-se de tal forma, que ao Brasil não mais é possível impôr, como dantes, preços aos mercados consumidores, a menos que se resigne á perda constante e progressiva de substancia em sua exportação.

Contra a manutenção dos preços elevados militam factores novos, inexistentes no passado. Ha que considerar a diminuição do poder aquisitivo de quasi todos os povos,

notadamente os que habitam o continente europeu, onde, em consequencia da Grande Guerra, varias regiões que constituíam um determinado paiz foram desmembradas, passando a formar nações distinctas, mas, em geral, destituidas da potencialidade economica e financeira que possuíam quando aggregadas. As populações dos paizes que venceram na conflagração mundial não escaparam, é obvio, á reduccão de capacidade de seus meios essenciaes de subsistencia, de vez que, nestes ultimos annos, viram-se altamente tributadas pelos seus governos, forçados á adopção desse expediente drastico para attenderem aos compromissos vultosos que lhes impunha a politica do rearmamento intensivo.

Do exposto se conclue que, se reincidissemos no erro da valorização artificial do café, maximée na forma preconizada de £ 4-0-0 por sacca, sobre nos defrontarmos com os entraves que difficultam a expansão do consumo, salientados linhas acima, contribuiríamos para aggravar-os, pelo encarecimento do producto, contrariando, assim, a tendencia generalizada em todo o mundo, do barateamento dos generos alimenticios, por força da socialização das leis economicas e da directa intervenção do Estado na economia popular.

No communicado que fizemos publicar e a que nesta exposição já nos referimos, tivemos oportunidade de affirmar que a queda dos preços das *commodities* é um phenomeno mundial a que o café não poderia deixar de estar sujeito, mesmo que com isso não se conformem aquelles que não querem ver. Ilustramos nossa assertiva com um quadro comparativo dos preços vigentes nos annos de 1927, 1935 e 1936, segundo as cifras do Instituto Internacional de Agricultura de Poma e do "Survey of Current Business". Pela estatística comparativa da nossa exportação em 1937 e 1938 que a Directoria de Estatística Economica e Financeira do Ministerio da Fazenda acaba de publicar, abaixo reproduzida, evidencia-se que, dos nossos productos, o café, apesar da baixa quasi geral por elles soffrida, anda é o que, no volume total, accusou menos queda do rendimento ouro:

1938 = MAIS OU MENOS DO QUE EM 1937

	Volume	Preço Unitário	Total £8 Ouro
	o/o	o/o	o/o
1 Café	+ 41.1	- 36.6	- 9.4
2 Algodão em rama	+ 13.7	- 28.1	- 18.1
3 Couros e peles	- 18.4	- 29.1	- 42.2
4 Cacão em grão	+ 21.6	- 35.7	- 21.9
5 Laranjas	+ 10.3	- 25.0	- 22.8
6 Cera de carnaúba	+ 2.4	- 11.7	- 9.6
7 Carnes frigorificadas	- 30.3	+ 7.4	- 24.1
8 Baga de mamona	+ 4.9	- 28.2	- 24.6
9 Fumo	- 26.8	+ 12.7	- 17.6
10 Tortas oleaginosas	+ 7.7	- 20.6	- 14.4
11 Madeiras	+ 15.4	- 12.1	+ 0.1
12 Ilerva-mate	- 3.4	- 20.8	- 24.0
13 Carnes em conserva	- 0.5	+ 4.5	+ 4.2
14 Castanhas com casca	+ 82.2	- 56.1	- 20.1
15 Oleos vegetaes	+ 46.8	- 26.1	+ 8.3
16 Borracha	- 40.4	- 35.7	- 61.7
17 Productos de matadouro e caça não especificados	- 6.3	+ 16.9	+ 9.7
18 Castanhas descascadas	+ 20.7	- 49.0	- 38.4
19 Caroco de algodão	- 6.2	- 30.6	- 34.3

Um dos primeiros mercados que a valorização nos afastaria definitivamente é o francez, de cujo supprimento participamos, annualmente, com cerca de 1.500.000 saccas, contingente este que seria preenchido com cafés coloniaes, a exemplo do que acaba de verificar-se em 1938, periodo em que, protegidas pelas condições favoraveis de preço, a produção das colonias conquistou grande parte da posição anteriormente occupada por todos os outros productores que nao o Brasil.

PROCEDENCIAS	SACCAS DE 60 KILOS				
	1934	1935	1936	1937	1938
Do Brasil	1.212.898	1.514.413	1.435.200	1.359.493	1.422.822
De outros países estrangeiros	1.419.849	1.302.099	1.131.252	1.939.830	693.136
Das Colonias	305.748	325.070	541.710	668.322	981.247
Total	2.938.495	3.141.582	3.108.162	3.968.645	3.107.205

Evidencia-se que a collocação do producto é problema tão dependente da qualidade como do preço, pois do contrario os cafés centro-americanos não teriam sido aliçados do mercado francez, nem o Brasil registraria o augmento verificado em sua contribuição.

O exemplo é mercante e não comporta controversias. Revela o perigo imminente que representa, para o Brasil, a concorrência dos cafés coloniaes, não só devido à perda, que nos poderá acarretar, dos mercados das respectivas metropoles, como também

porque qualquer novo incremento ao plantio possibilitará a produção colonial competir com o Brasil, mesmo em outras nações, utilizando os contingentes que excederem às necessidades do respectivo país. E' bem de ver-se que, estabelecida a concorrência dos cafés coloniaes no sentido em que a prevemos, seria inoperante qualquer providencia do Brasil com o objectivo de removê-la ou atenuá-la: teriamos de lutar contra o poderio economico de nações fortemente organizadas, o que não acontecerá na competição com os productores americanos, a qual poderemos enfrentar com vantagem, na hypothese de vir a estabelecer-se regimen de contingenciamento por parte dos países consumidores, de vez que a expressão commercial do Brasil no intercambio com o mundo é de muito maior importancia que a dos outros productores do continente.

Além dos males já apontados, a politica de valorização dos preços determinaria, fatalmente, uma retenção annual, no Brasil, de 13.000.000 de saccas de café, approximadamente, admittindo-se uma exportação de 10.000.000 de saccas, a julgar pelos numeros accusados nos dez primeiros mezes de 1937, e uma produção annual de 23.000.000, media do ultimo quinquennio. Ao fim dos seis annos, prazo fixado para execução do plano proposto pelos preconizadores da defesa a 1-4-0-0 por sacca, haveria no Brasil um excesso de 78.000.000 de saccas, ou seja o consumo do mundo em tres annos.

E' escusado descer-se á allegação de que o regimen de concorrência de preços não evita que outros países fundem lavouras cafeeiras ou reduzam as porventura já existentes, pois os autores do plano, tentando justificar esta these, fazem a comparação entre dados referentes á produção cafeeira do Brasil e os dos demais países, tomando por base justamente o anno em que maior foi a produção brasileira (1933/1934). Em primeiro lugar diremos que não é possível estabelecer-se o confronto pretendido, porquanto é notoria a ausencia de um dos elementos comparativos — a concorrência de preços — que jámais prevaleceu no Brasil, nestes ultimos trinta annos, a não ser em um o uoutro anno, em caracter esporadico, sem a necessaria continuidade, portanto, para apresentar resultados que repercutissem na economia dos nossos concorrentes.

O systema de valorização artificial foi sempre o que dominou a politica adoptada para o café e isso é tão conhecido que até o Webster's Collegiate Dictionary, de 1933, assim define o vocabulo "valorization": "Act or process of attempting to give an arbitrary market value or price to a commodity by governmental interference, as by maintaining a purchasing fund, making loans to producers to enable them to hold their products, etc. : — used chiefly of such action by Brazil".

Contrariamente ao que se procurou evidenciar, as estatísticas demonstram que a valorização artificial de preços não só contribuiu para augmentar a nossa produção a ponto de assegurar a subsistencia da lavoura de rendimento anti-economico, como estimulou o plantio nos países concorrentes.

Assim é que a media da produção brasileira, que no quinquennio 1885-96 a 1889-90 foi de 5.317.000 saccas, elevou-se a ...

23.241.000 saccas no quinquennio 1933-34 a 1937-38. A produção dos outros países nos quinquênios citados foi, em média, de 3.982.000 e 9.540.000 de saccas. A média do consumo do mundo também nos alludidos quinquênios foi de 10.247.000 e 24.718.000 de saccas. De maneira que o augmento, em média, da produção brasileira, da dos outros países e do consumo mundial foi, respectivamente, de 17.924.000, 5.558.000 e 14.471.000 saccas. Enquanto que, em cerca de 50 annos, o Brasil augmentou a sua produção de 337 % e os outros países de 139 %, o consumo do mundo apenas se accresceu de 141 %.

No quinquennio 1885-86 a 1889-90 as entregas ao consumo mundial por todos os países productores, inclusive o Brasil, corresponderam a sua produção total. Verifica-se, porém, que no quinquennio 1933-34 a 1937-38 o Brasil apenas collocava 65,3 % da sua produção, ao passo que os nossos concorrentes vendiam ainda a totalidade de suas safras.

Fica evidenciado, por esses numeros, que o augmento da produção foi muito mais accentuado no Brasil do que nos demais países concorrentes, e que a valorização artificial dos preços se deve o facto das nossas entregas ao consumo terem cahido, em relação á nossa produção, de 100 % para 65,3 %, enquanto que os nossos competidores nada perdiam, pois sempre puderam collocar a totalidade da sua produção, valendo-se dos preços por nós sustentados.

Nada mais necessitaremos adduzir para demonstrar o absurdo do plano e suas desastrosas consequencias para a economia cafeeira do país. Poderá constituir um expediente com que os proprietarios de lavouras deficitarias contem para livrar-se de uma situação de irremediavel insolvabilidade a que porventura foram condemnados, mas que deverá ser decisiva e peremptoriamente rejeitado por aquelles que produzem economicamente e que não desejam ter o mesmo deploravel destino, para que o café possa sempre ser o propulsor do progresso e da civilização brasileira.

O unico meio de solucionar o problema nacional do café está no regimen da concorrência, que é a política salutar do presente. Para isso dispomos de todos os elementos imprescindiveis ao exito completo: menor custo de produção, maior rendimento de arvore e melhor qualidade, considerado o preço em que podemos offerer o café. O excesso actual das safras terá que ser absorvido pela recuperação dos mercados, — o que temos conseguido em escala apreciavel, como attestam as estatísticas — e pela conquista de outros nucleos de consumo mercê da propaganda racionalizada do producto.

Em muitos nucleos de consumo, actualmente alimentados por cafés de outras procedencias, em virtude dos seus centros productores se acharem muito mais proximos do que o Brasil, passarão a predominar os nossos cafés com as providencias de ordem economica que já temos tomado para collocar o nosso producto em condições de vantajosa competição o que não acontecia até agora.

Se desejamos fazer a redempção da economia cafeeira do Brasil, temos que afastar definitivamente das nossas cogitações qual-

quer devaneio de valorização artificial, regimen verdadeiramente saturnico, pois, em ultima analyse, consiste em produzir para destruir, e já agora com sacrificio da collectividade brasileira, esgotada como se acha a capacidade de tributação dos cafeicultores.

Se o café, como — certo, construiu a civilização brasileira, não é justo que, por processos caracteristicamente immediatistas e de resultados provadamente funestos, e sómente para attender aos reclamos de lavouras sabidamente deficitarias, que já deveriam ter sido abandonadas, adoptemos uma orientação que importa em decretar para o nosso producto *maier* o mesmo destino do da borraça.

Temos que vender o nosso café pelo *justo preço* determinado pela lei da offerta e da procura, afastando qualquer elemento depreciativo com medidas sãs, que deverão resumir-se na assistencia ao lavrador, commissario e exportador, pelo amparo do credito, presto e a juros modicos.

A unica defesa racional do producto consiste na resistencia que os detentores da mercadoria poderão individualmente offerecer aos que a desejarem comprar. Só por esse meio poderá ser obtido o *justo preço*, porque quando é alcançado, o café passa dos centros productores para os mercados consumidores livre do artificialismo que tanto nos tem prejudicado, a ponto de ameaçar perigosamente a hegemonia que sempre desfrutamos no mercado mundial, graças á pujança das nossas terras e ao ingente trabalho dos nossos lavradores.

LEGISLAÇÃO CAFEIRA

O Decreto-Lei n. 51, de 8 de Dezembro de 1937, veio permittir, com real vantagem para os nossos mercados, a exportação de cafés brasileiros acceptaveis nos países consumidores, mas que, por erro meramente tecnico da legislação anterior, não podiam ser exportados em virtude de prohibição legal. Como esse Decreto não estabelecesse penalidades para as suas infracções, foi expedido, em 25 de Janeiro de 1938, o *Decreto-Lei n. 201*, que dispoz não só sobre taes penalidades, como também sobre as relativas ás infracções aos principios disciplinadores do escoamento das safras e aos que instituem a entrega da Quota de Equilibrio. Neste Decreto foi regulamentada a parte processual referente a essas infracções e especificada, em seus varios caracteristicos, a acção fiscalizadora do Departamento Nacional do Café.

Dada a mudança da orientação politica relativa ao café e em face da grande redução estabelecida sobre a taxa de exportação, houve necessidade de serem convocados os *Estados Cafeeiros para uma conferencia* a realizar-se nesta Capital. Os trabalhos dessa Conferencia foram realizados de 8 a 17 de Maio de 1938, tendo sido assentadas varias medidas consequentes aos fins da convocação, que eram as seguintes:

- a) — estabelecimento de uma Quota de Equilibrio sobre a safra 1938/1939, nos termos da clausula 13.^a do *Convenio Cafeeiro* de 14 de Maio de 1937;

- b) — determinação de recursos financeiros ao Departamento Nacional do Café para attender os serviços da referida Quota;
- c) — uniformização dos impostos estaduais que pesam sobre o café.

A Conferencia dos Estados Cafeeiros foi approvada pelos seguintes Decretos: Governo Federal — Decreto-Lei n. 625, de 18-8-38; Estado de S. Paulo — Decreto n. 9.176, de 20-5-38; Estado de Minas Geraes — Decreto-Lei n. 104, de 24-5-38; Estado do Espirito Santo — Decreto n. 9.424, de 25-5-38; Estado do Rio de Janeiro — Decreto n. 426, de 23-5-38; Estado do Paraná — Decreto numero 6.961, de 1-7-38; Estado da Bahia — Decreto n. 10.803, de 27-6-38; Estado de Pernambuco — Decreto n. 117, de 24-5-38; e Estado de Goyaz — Decreto-Lei n. 829, de 11-6-38.

Expedido o Regulamento de Embarques para a safra 1938/39 (Resolução n. 387, de 19 de Maio de 1938), em que foi instituida, de accordo com a deliberação da Conferencia dos Estados Cafeeiros de 17-5-38, uma Quota de Equilibrio de 30 % para os despachos communs e 15 % para os despachos preferenciaes, paga ao preço de 2\$000 por sacca de 60,5 kilos brutos, previu-se desde logo que, em face da exiguidade do preço estabelecido, que aliás não podia ser mais elevado devido á carencia dos recursos fornecidos ao Departamento, os embarcadores iriam preferir a modalidade dos despachos "para retenção por tempo indeterminado". ra, se assim fosse, a Quota de Equilibrio imposta resultaria inefficiente, sobrevivendo, além disso, o augmento do nosso stock visível e o congestionamento dos armazens.

Foi por isso que o Governo Federal expediu o *Decreto-Lei n. 488, de 10 de Junho de 1938*, declarando que não se applica á safra cafeeira 1938/1939 o disposto no artigo 4.º *in fine*, do Decreto n. 22.121, de 22 de Novembro de 1932, sobre entrega da Quota de Equilibrio ao Departamento Nacional do Café para ser retida por tempo indeterminado e liberada quando e como fôr julgado conveniente.

Com o intuito de evitar que todos os annos houvesse necessidade de tomar-se providencias executivas quanto á isenção de impostos dos cafés da Quota de Equilibrio, foi baixado o *Decreto-Lei n. 489, de 10 de Junho de 1938*, isentando do pagamento de impostos ou taxas de qualquer natureza, estaduais e municipaes, os cafés entregues ao Departamento Nacional do Café em quotas de equilibrio na forma da legislação em vigor.

O *Decreto-Lei n. 193, de 21 de Janeiro de 1938* autorizou o Departamento Nacional do Café a alterar as percentagens estabelecidas na clausula 8.ª do *Convenio Cafeeiro de 14 de Maio de 1937*, para as entradas, nos portos de exportação, de cafés das safras nova e velha, sempre que houver necessidade de supprir os mercados internos com qualidades reclamadas pelos paizes consumidores.

A proposito desse *Decreto-Lei expedido em 3 de Fevereiro de 1938*, o nosso *Communicação n. 8/14*, nos seguintes termos:

"Afim de evitar possiveis deturpações dos objectivos que determinaram a providencia contida no *decreto-lei n. 193, de 21 de Janeiro ultimo*, apres-

sa-se esta Presidencia em tornar publico que a faculdade outorgada pelo artigo 1.º do referido decreto, de alterar as percentagens de entradas de cafés das safras nova e velha, não será erigida em norma habitual, mas utilizada em casos exceptionaes, toda a vez que comprovadamente o interesse nacional estiver sendo prejudicado. Este Departamento tem em alta conta os interesses commerciaes dos proprietarios dos cafés despachados, fará cumprir a clausula oitava do *Convenio Cafeeiro de 14 de Maio de 1937* e dessa norma não se afastará senão no caso de emergencia acima alludido".

O *Decreto-Lei n. 97, de 23 de Dezembro de 1937* estabeleceu normas tendentes a regular as vendas de letras de exportação, adoptando, ainda, outras providencias de relevante interesse para o commercio do paiz.

Dentro desse mesmo pensamento, de facilitar ao commercio e á lavoura as transacções mercantis de exportação, o *Decreto-Lei n. 172, de 21 de Janeiro de 1938*, dilatou para doze mezes o prazo para os contractos de cambio.

O *Decreto-Lei n. 165, de 5 de Janeiro de 1938* prorogou até 30 de Junho do mesmo anno o prazo estabelecido no artigo 25 do *Decreto 23.938, de 28 de Fevereiro de 1934*, que tolerava, em certas regiões, a torração de café com assucar. Estabeleceu, ainda, uma gradativa redução da percentagem de assucar admittido no acto da torração do café, impondo a prohibição absoluta de 1.º de Março de 1939 em diante.

DESPESAS

Do quadro comparativo das despesas realizadas nos annos de 1937 e 1938 (*anexo n. 2*), verifica-se que o acrescimo de certas verbas neste ultimo ano está muito aquem do consideravel augmento de actividade exigido pelo vulto, sem precedente, da Quota de Equilibrio sobre a safra 1937/1938, o que demonstra que a Administração do Departamento, fiel a orientação a que se traçou, se esforçou por comprimir tanto quanto possivel os gastos da casa, sem prejuizo da efficiencia dos serviços.

REGULAMENTO DE EMBARQUES DA SAFRA 1938/1939

Em consequencia de certas medidas adoptadas no Regulamento de Embarques da Safra 1938/1939, e da obrigatoriedade do registro prévio dos conhecimentos de transporte e certificados de entrega, conseguiu o Departamento, pela terceira vez, fiscalizar, com perfeita segurança, a entrega da Quota de Equilibrio e os despachos das correspondentes Quotas de mercado para os portos de exportação.

O *anexo n. 3* dá-nos conta do movimento de registro de conhecimentos da Quota de Equilibrio sobre a safra 1938/1939 até 31 de Dezembro de 1938. Por esse quadro, em que se mencionam os Estados de procedencia e as quantidades pertencentes a cada um delles, evidencia-se que foram registrados até essa data 5.721.561 saccas de café da Quota DNC.

EXPORTAÇÃO

Em 1927 a nossa exportação cifrava o índice de 15.115.061 saccas. Em 1937 registrava 12.122.809 saccas contra 17.112.524 em 1938. Em 1937 a nossa exportação produziu 17.886.647 libras-ouro, e em 1938 16.191.562. Houve, pois, um decréscimo de 1.695.085 libras-ouro, consequente á queda das cotações no exterior, á diminuição de 33\$000 na taxa de exportação, que de 45\$000 passou a 12\$000 e á isenção da entrega compulsora ao Banco do Brasil de parte do cambio produzido.

Em 1\$000 papel, entretanto, a exportação de 1938 produziu 136.671.000\$000 a mais do que a de 1937, segundo se verifica do anexo n. 4. Para evitar quaesquer duvidas, devemos notar que na cifra da exportação de 1938, consignada no referido anexo, só

foram incluídos os cafés que realmente produziram ouro, provindo dahi a sua divergencia com a parcella realmente exportada no mencionado anno.

PREÇO

Em 1937, a cotação interna de nossos cafés representava a média annual de 18\$285, Rio, tipo 7, por dez kilos, contra 12\$300 em 1938. O Santos, tipo 4, em 1937, accusava a media de 23\$115, contra 21\$200, egualmente por dez kilos, em 1938.

A queda havida, porém, representa pouco menos ou pouco mais que a perda da elevação verificada em 1937 para o tipo 4 Santos e tipo 7 Rio, respectivamente, segundo se verificará da comparação entre os seguintes seguintes preços medios :

Typo	1936	1937	1938	Differenças entre 1936 e 1938
Typo 4 Santos	17\$933	23\$115	21\$200	+ 3\$267
Typo 7 Rio	13\$954	18\$285	12\$300	— 1\$654

As cotações no mercado de Nova York registraram, em 1937, a media de 8 7/8 cents por libra para o tipo 7 Rio, contra 5 1/4 em 1938. O tipo 4 Santos, cotado, em media, em 10 7/8 no anno de 1937, passou a 7 1/2 em 1938. Houve, pois, pelas razões já expostas, sensível baixa nos preços de 1938 comparados com os de 1937. Tal baixa, entretanto, não será tão sensível se a comparação for feita entre os annos de 1936 e 1938, pois as referidas cotações eram, em media, naquelle anno, de 7 1/8 para o tipo 7 Rio e 8 7/8 para o tipo 4 Santos, passando a 5 1/4 e 7 1/2, respectivamente, em 1938.

Do anexo n. 5 constam as medias mensaes das cotações em Nova York nos annos de 1937 e 1938.

ENTREGAS AO CONSUMO

Em 1928, as entregas ao consumo mundial cifravam 22.678.000 saccas, das quaes 14.455.000 procediam do Brasil e 8.223.000 de outros productores.

Descrevendo uma linha ascencional, o consumo de café no mundo durante o anno de 1938 attingia o índice de entregas de 27.334.000 saccas. É grato assignalar que o índice do consumo geral do café vem mantendo esse augmento a despeito da concorrência dos succedaneos, favorecidos em quasi todos os paises pelas altas tarifas alfandegarias que incidem sobre o café.

O augmento do consumo mundial no anno de 1938 foi, em relação ao anno anterior, de 2.884. saccas.

É da mais alta significação assignalar-se que todo esse augmento foi preenchido com cafés do Brasil. Mas não somente isso. Além de termos preenchido integralmente a

cifra correspondente ao augmento do consumo mundial, ainda conquistamos terreno aos nossos concorrentes, contribuindo com o que elles deixaram de entregar ao consumo do mundo, isto é, com 1.231.000 saccas, de maneira que o augmento da contribuição brasileira foi de 4.115.000 saccas.

ENTREGAS AO CONSUMO DO MUNDO

Annos	Brasil	Total
Civis		
1938	17.210.000	27.334.000
1937	13.095.000	23.450.000
1938	4.115.000	2.884.000

PERDAS DOS CONCORRENTES NAS ENTREGAS AO CONSUMO

Annos	Outros paises
1937	11.355.000
1938	10.124.000
1938	1.231.000

PARCELLAS CONQUISTADAS PELO BRASIL

Augmento do consumo mundial	2.884.000
Quota perdida pelos outros paises	1.231.000
Total	4.115.000

Tínhamos, pois, razão, quando, ha um anno atraz affirmavamos a esse Conselho que a nova politica cafeeira viria fatalmente favorecer a posição do Brasil na competição universal.

O *annexo n. 6* esclarece devidamente o assumpto.

INCINERAÇÃO E EXISTENCIA

O *annexo n. 7* dá as quantidades de cafés incinerados, discriminando por mezes e quinzenas o anno de 1938, que elevou o total geral á cifra de 64.732.914 saccas. No anno de 1938 foram incineradas 8.004.000 saccas.

O *annexo n. 8* evidencia a quantidade de café existente em 31-12-1938 de propriedade de particulares.

DIREITOS ADUANEIROS NA IMPORTAÇÃO

Os impostos, taxas e outros onus fiscaes que incidem sobre o café importado e consumido pelos mercados importadores constituem o mais sério embaraço ao desenvolvimento do consumo.

Nada menos de 28 paizes gravam mais ou menos pesadamente a entrada de café nos respectivos mercados.

E' grato referir que o maior mercado importador de cafés brasileiros, os Estados Unidos da America do Norte, continúa a manter o regimen liberal de entrada franca e livre de café. Em identicas condições, a Hollanda, a Irlanda e a ilha de Malta.

U S I N A S

Com o objectivo de incentivar o aperfeiçoamento da qualidade dos nossos cafés, mediante um preparo cuidados do producto, o Departamento mantém o seu serviço de Usinas de despulpamento, seccagem, beneficiamento e padronização.

Proporcionando, por essa fórmula, aos cafeicultores menos providos de recursos, os necessarios meios para expurgar os seus cafés dos defeitos que os depreciam, contribue o Departamento na execução de um plano de relevante finalidade, para o incremento da nossa exportação, reconquista dos mercados consumidores e para uma expansão commercial progressiva e constante.

Durante o anno de 1938, foram acelerados os trabalhos de construção e montagem de varias dessas Usinas, de sorte que, na proxima safra, além das que já se achavam em pleno funcionamento, poderão iniciar os seus serviços as Usinas de Jaguarembé, Surucucú, Trajano de Moraes e Magdalena, no Estado do Rio; de Alegre, Colatina, Corrego Fundo, Castelol, Duas Barras, Fundão, Figueira de Santa Joanna, Siqueira Campos, Vargem Alta e Torres, no Estado do Espirito Santo; de Amargosa e Nazareth, no Estado da Bahia; e de Bonito e S. Vicente, no Estado de Pernambuco.

Os cafés preparados nas Usinas deste Departamento têm proporcionado aos seus productores um agio que varia entre \$800 a \$1000 por dez kilos, o que representa \$800 a \$6000 em sacca. Afóra essa vantagem, que diz respeito á economia do lavrador, os cafés submettidos a uma industrialização perfeita constituem a arma mais efficiente para o dominio da concorrência mundial, numa

época em que os mercados consumidores se apresentam cada vez mais exigentes e menos accessíveis.

O funcionalismo das Usinas, com os seus conhecimentos technicos aperfeiçoados pela pratica, decorrido o primeiro periodo de adaptação, vem apresentando um progressivo coeiciente de rendimento. Mercê dessa circumstancia, pudemos reduzir os funcionarios das Usinas, sem prejuizo do indice de produção de cada uma dellas, aproveitando-os em outros sectores da Casa. E foi assim que, a despeito do augmento da productividade das Usinas, as despesas com o seu funcionalismo que em 1937 foi de réis 992:579\$200, cahiu, em 1938, para 758:320\$200, tendo havido, assim, uma redução de réis 234:259\$000.

A produção de nossas Usinas, nos tres annos de seu funcionamento, foi a seguinte:

Kilos

1936	—	4.814.460
1937	—	5.289.405
1938	—	7.643.996

No anno de 1938 houve, por conseguinte, em relação ao de 1937, um augmento de produção correspondente a 2.354.591 kilos, ou sejam 44,5 %

As Usinas não foram montadas com o objectivo de lucro financeiro. No entanto, para reduzir as despesas do Departamento com o seu funcionamento, extirpando-se, ao mesmo tempo, o caracter de concorrência, os cafés preparados por essas Usinas estão sujeitos ás seguintes taxas:

Por sacca

Beneficio integral	—	2\$000
Beneficio	—	1\$200

A media das despesas das Usinas em actividade tem sido estas:

Por Usina

1936	—	63.758\$000
1937	—	59.800\$000
1938	—	58.583\$300

E' interessante notar-se que a media de despesas vem decrescendo, muito embora tenha havido augmento de productividade. A media de despesa em 1938 é inferior á de 1937 e á de 1936. No entanto, a produção de 1938 accusa um augmento de 44,5 % sobre a de 1937 e de 58,7 % sobre a de 1936.

Este Departamento, tendo sempre em vista a melhoria do producto, adquiriu na Suecia, para ser montado em sua Usina de Cambará, um modernissimo seccador "Jons-son".

E' de se esperar que dessa aquisição, feita com objectivo experimental, resultem reaes beneficios para o preparo do producto, quicá a solução do problema da secca do café.

O Departamento conseguiu ainda que a firma vendedora lhe reservasse a exclusividade na aquisição desses seccadores até seis mezes após a instalação e funcionamento

do modelo adquirilo e a tornar effectiva tal exclusividade se nos obrigarmos a comprar annualmente cinco seccadores no minimo. Destarte, conforme s resultados que forem apresentados por esse aparelho, o Brasil poderá ser o unico paiz do mundo a utilizal-o na seccagem de seus cafés.

FRETES DA QUOTA DE EQUILIBRIO

Na impossibilidade de serem os cafés da Equilibrio entregues e eliminados na propria zona de produçáo, o que demandaria uma organizaçáo fiscal dispendiosissima, com grave risco de fraudes que viessem prejudicar as finalidades da medida, que é a manutenção do equilibrio estatístico do producto, taes cafés são transportados para reguladores ou armazens, quand precedentes de localidades em que o Departamento não mantém armazem recebedor.

Está claro que esses transportes só podem ser feitos mediante o pagamento dos respectivos fretes ás empresas transportadoras.

Comprehendendo a necessidade de restringir as despesas decorrentes das retiradas dos excessos das safras, este Departamento tem se preocupado seriamente com o problema de fretes, dado o vulto das cifras despendidas em pagamentos ás Estradas de Ferro.

Não se póde negar que, á primeira vista, a instituição das Quotas de Equilibrio, evitando a descida para os portos de grande parte das safras, veio restringir as rendas das Estradas de Ferro. Mas essa impressão é falsa. As Quotas de Equilibrio não prejudicam as rendas das Estradas de Ferro porque os cafés que as constituem não seriam, de fórma alguma, transportados para os portos, pois representam excessos inexportaveis. Dahi a nossa convicção de que deviamos pleitear abatimentos nas tarifas ferroviarias para os cafés da referida Quota. E taes foram os nossos esforços nesse sentido, tão procedentes os argumentos por nós invocados, que conseguimos obter, neste particular, concessões e ajustes que estão proporcionando ao Departamento economias de relevante monta.

Obtivemos, em primeiro lugar, que as taxas *ad valorem* fossem calculadas sobre o preço real pelo qual os cafés da Quota de Equilibrio são compulsoriamente vendidos ao Departamento, e não sobre os preços de mercado como vinha sendo feito por varias Estradas. Conseguimos ainda, de quasi todas as Estradas de Ferro, redução de tarifas ferroviarias para os fretes dos cafés da Quota de Equilibrio, quer mediante o estabelecimento de um frete unico, quer mediante abatimento de 10 e 20 % sobre os totaes dos fretes devidos.

As reduções já apuradas e effectivadas até 13 do corrente, em contas já apresentada se pagas, importam em 7.899.513\$800 e as que devem ser apuradas até o final da safra, em contas que serão apresentadas, deverão abtingir a cifra de 1.966.629\$100. Teremos, assim, um total de reduções expressa na significativa parcella de 9.866.142\$900.

SERVIÇOS INTERNOS

O Departamento tem procurado aperfeiçoar, tanto quanto possível, os seus serviços internos, imprimindo-lhes a devida celeridade, sem prejuizo do exame perfeito dos assumptos e do rigoroso systema de contróle adoptado.

Os serviços são executados de maneira uniforme e precisa em todas as dependencias da Casa e em todas as suas Agencias, Sub-Agencias, Inspectorias e Escriptorias Commercias, marcê de instrucções minuciosas e detalhadas, em que são previstos todos os casos relativos ao assumpto em foco. Desta arte a Contabilidade da séde é hoje um verdadeiro espelho da vida economica da instituição, reflectindo-se nella todas as nossas operações, por menores que sejam. O contróle das Quotas de Equilibrio é perfeito, abrangendo o cyclo que vem desde a entrega até a eliminação, com o registro de todas as phases por que passa o café, como, por exemplo, o registro dos conhecimentos, a classificação, as apprehensões, as reposições, os complementos de peso, o facturamento, o pagamento, a queima e a venda da saccaria. Podemos affirmar, e isso o fazemos sem visos de vaidade, que o Departamento possui actualmente uma das mais perfeitas e grandiosas organizações contabilisticas do paiz.

O vulto do expediente interno da Séde é dos mais impressionantes. Considere-se, somente, que em 1938, o nosso movimento foi o seguinte :

Cartas recebidas	39.838
Informações e pareceres	18.864
Telegrammas e telephonemas	5.873
Cartas expedidas	27.111
Memoranda, Resoluções, Ordens de Serviço, Comunicados e Circulares	1.676
Total de Documentos	93.362

Tomando-se trezentos dias uteis para o anno civil, chegaremos á conclusão de que a nossa media diaria, durante o anno de 1938, foi de 311 documentos.

Só na sellagem da correspondencia expedida (officios, cartas, revistas, boletins, etc.), feita em machina appropriada e mediante um contróle absoluto, o Departamento despendeu, no anno em apreço, nada menos de réis 71:641\$590 !

MELHORIA DA PRODUÇÃO

Os resultados da campanha que vem sendo desenvolvida por este Departamento, objectivando a melhoria da produçáo e o aperfeiçoamento da qualidade de nssas cafés, apresentam, com o correr dos tempos, indices cada vez mais animadores.

De anon para ano, vem crescendo a percentagem de cafés de boa qualidade, produzidos no paiz, tendo, certamente, contribuido para essa auspiciosa occorrença, os ingentes esforços deste Departamento por meios directos e indirectos, dentre os quaes sobrelava notar as facilidades concedidas aos ca-

fés finos mediante a redução da percentagem da Quota de Equilíbrio e a instituição dos despachos preferenciaes.

A marcha desse augmento póde ser fa-

cilmente focalizada pelo seguinte quadro comparativo, em que tomamos por base os cafés liberados nos portos de Santos e Rio de Janeiro:

Annos civis	Liberação em Santos e Rio de Janeiro			Percentagem dos cafés 2 a 4
	Total	Typo 2 a 4	Typo 5 a 8	
1936	11.834.856	7.381.200	4.453.656	62,77 %
1937	9.743.583	6.373.583	3.374.168	65,39 %
1938	14.654.066	10.414.934	4.239.132	71,07 %

Verifica-se, pois, que 71,07 % dos cafés entrados nos portos de Santos e Rio de Janeiro são de typo 2 a 4, isto é, de cafés de qualidade. A proporção entre os cafés inferiores a 4 e o total entrado é de relevante significação, pois, num total de 14.654.066 saccas liberadas nos referidos portos no anno de 1938, a percentagem de cafés inferiores ao typo 4 foi sómente de 28,93 % !

prestar-lhes e bem certos estamos de que o estudo delles contribuirá para o perfeito e cabal desempenho da missão de que VV. SS. se acham investidos.

Estamos promptos, como de costume, a fornecer quaesquer outros esclarecimentos que porventura se tornem necessarios aos trabalhos do Conselho Consultivo.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a VV. SS. as nossas cordeaes saudações.

São estes, senhores conselheiros, os dados e informações que nos pareceu de utilidade

(a.) *Jayme Fernandes Guedes,*
presidente".

PAPELARIA MENDES

FUNDADA EM 1856

Accessorios
para arquivos
em geral

Artigos de
expediente,
desenho e
engenharia

SOBRAL, SOUZA & Cia.

RUA OUVIDOR, 60

TEL. 23-4418

RIO DE JANEIRO

Officinas de
Typographia,
Encadernação
e Pautação
Livros em
branco para
contabilidade

Esta revista foi impressa e confeccionada em nossas officinas

Prophylaxia da pullorose pelo Instituto Biologico de São Paulo

por Paulo Nobrega

Sob o ponto de vista economico a pullorose é uma das principais senão a mais importante doença das aves. Com cyclo perfeitamente determinado, no qual a transmissão através do ovo representa papel fundamental, a prophylaxia desta doença se baseia principalmente na eliminação da gallinha portadora, fonte original da infecção e a custa da qual se torna possível sua indefinida propagação. Relativamente rara em condições naturaes de reprodução, a pullorose assumiu grande importancia desde que, em consequencia do desenvolvimento sempre crescente da industria avicola houve necessidade de se proceder em larga escala á criação artificial dos pintos em chocadeiras que apresentam condições extremamente favoraveis para a sua disseminação.

Em São Paulo os primeiros focos da doença foram verificados por J. Reis em 1931 e desde então vem o Instituto Biologico fazendo uma continua e intensa propaganda para a sua irradiação, baseada sobretudo, no reconhecimento e eliminação das aves portadoras. Os resultados obtidos pelo Instituto Biologico são altamente compensadores, mas não serão completos enquanto nossas leis de policia veterinaria permittirem o trafego livre das aves dentro do paiz, o acesso nas exposições e concursos de aves não previamente examinadas quanto á presenca de pullorose e enquanto não for regulamentado o trafico internacional das aves, de modo a se impedir a formação de novos focos em consequencia da importação de reproductores contaminados. A este respeito convem lembrar que Reis e Reis encontraram num lote de aves procedentes dos Estados Unidos nada menos que 27% de portadores e posteriormente os mesmos autores e nós encontramos entre 32 perús importados da Italia 17 casos de pullorose o que representa uma elevadissima porcentagem. O Instituto Biologico de S. Paulo emprega para o reconhecimento dos portadores o processo da sero-aglutinação dando preferencia ao methodo lento, em tubo. É verdade que ha methodos mais rapidos, principalmente os

total e antigeno colorido, que apresentam resultados muito concordantes com os da agglutinação no tubo e são mais economicos e de mais facil applicação no campo. Em certos casos entretanto principalmente quando o poder agglutinante do soro é fraco, a reacção pode ser duvidosa ou negativa pelo methodo rapido e francamente positiva pelo methodo lento que se recommenda assim como um "test" ligeiramente mais sensível que o anterior. Os seguintes factores devem ser considerados para que a prova da agglutinação lenta dê os resultados que della se podem esperar:

a) **Preparação do antigeno:** Empregamos como antigeno uma unica amostra de **S. pullorum** repicada mensalmente e conservada ha seis annos no Instituto Biologico. Esta amostra é perfeitamente agglutinavel diante dum soro reconhecidamente typicas de **S. pullorum**. A preparação do antigeno é feita de accordo com as recommendações do "Meeting of State and Federal Workers in Animal Diseases" realisado em Chicago em 1931 e que são as seguintes: a Cultura do antigeno em agar, durante 24 a 48 hs. é emulsionada em agua physiologicala com 0,85% de Nabl e 0,5% de phenol, obtendo-se uma solução mãe espessa que é conservada na geladeira no momento do uso, a emulsão é diluída em agua physiologicala até que se obtenha uma concentração igual a do tubo n. 1 do nephelometro de Mc Farland, ficando o phenol numa concentração de mais ou menos 0,3%. Com o fim de se evitar as turvações do soro que prejudicam muitas vezes completamente a leitura da prova, acrescenta-se hydroxydo de sodio na proporção de 2cc. duma solução aquosa a 2% para cada 100cc. do antigeno. Seguindo estas prescripções e deixando as aves em jejum nas 24 hs. anteriores á sangria conseguimos sempre soros claros que permittem uma leitura facil da prova de agglutinação.

b) **Colheita do sangue:** O sangue é colhido por meio de seringa e agulha na veia da face interna da região humeral da asa e é recolhido em tubo secco e limpo,

que se inclina a fim de que a coagulação se dê em camada fina ao longo da parede. A quantidade de sangue recolhida é apenas de 0,5cc. devendo a seringa entre uma sangria e outra ser lavada em água formolada a 10% ou phenicada a 0,5% e mais duas vezes em água limpa. O soro que se emprega na reação deve ser limpo, não contaminado e isento de hemoglobina e por isto deve ser tão fresco quanto possível. Em São Paulo o exame é feito geralmente no dia seguinte ao da sangria, permanecendo o sangue durante a noite na geladeira. A colheita do sangue pelo processo indicado torna-se muito simples e pratica após algum treinamento; assim no Instituto Biológico temos funcionários que fazem uma sangria média diária de 700 a 800 aves. Não é necessário insistir em que cada tubo deve ter uma etiqueta onde se escreve o número da ave correspondente.

c) Técnica da reação: No Instituto Biológico empregamos uma diluição única do soro a 1:50, isto é, acrescentamos para cada loc. do antígeno diluído preparado de acordo com a técnica referida, 0,002 de soro. Os tubos são colocados na estufa a 37°C. durante 24 hs., fazendo-se então uma 1ª leitura; uma segunda é feita depois duma permanência de mais 24 hs.

à temperatura ambiente. Consideramos como positiva a agglutinação total, isto é que apresenta nitida floculação com clareamento do líquido. As agglutinações parciais são consideradas suspeitas, sendo as aves correspondentes submetidas a novos exames.

d) Necessidade de repetir a prova: A possibilidade duma ave se infectar após um primeiro exame, a ausência de agglutinas em aves recentemente infectadas e a existência de aves que apresentam reações intermitentes justificativa a necessidade de se fazer exame repetido e systemático dum lote contaminado, até que se elimine completamente a infecção. Podemos considerar como isento da infecção o lote que se mostra negativo a 2 exames consecutivos feitos com intervalo não menos de 2 meses. Uma vez conseguido este resultado, o controle da doença deve ser assignado pelo exame annual systemático de todas as aves devendo a prova ser feita quando os animais já estão em pleno período de postura.

Portadores de pullorose em São Paulo: O número de aves examinadas pelo Instituto Biológico de 1935 até 15 de Julho de 1936 sobe a 42262 assim distribuído pelos diversos annos:

ANNOS	Aves examinadas	N. de lotes	% de lotes infectadas	% de aves infectados
1931	484	3	100%	16,56%
1932	5491	37	57,67%	677%
1933	2792	8	100%	1,75%
1934	10710	54	61,11%	2,61%
1935	8774	49	79,59%	5,94%
1936 (até 15/7/36)	14011	38	89,73%	3,08%
TOTA	42262	189	—	—

Esta tabella mostra como, em virtude da propaganda continua que o Instituto faz a erradicação da pullorose, tem augmentado sensivelmente o numero de aves submetidas a exame para esse fim. A porcentagem média da infecção desceu de 16,56 em 1931 para 3,08% em 1936, resultado este que se deve ao emprego do methodo de agglutinação alliado ás seguintes medidas que são fundamentais: 1) eliminação

das aves portadores; 2) transporte dos animais sãos para lugares novos não contaminados; 3) não criar pintos em cercados já utilizados para adultos; 4) não adquirir ovos, pinto e aves adultas senão de granjas reconhecidamente indemnes da pullorose; 5) submeter aves provenientes de exposições a uma quarentena e exame de sangue; 6) controle absoluto das chocadeiras, onde não se devem absolutamente

misturar ovos de galinhas sãs com outros provenientes de galinhas cujo estado de saúde não seja conhecido. Quanto este cuidado não é observado, principalmente nos entrepostos de incubação, estes tornam-se como já temos verificado um dos focos mais perigosos de disseminação da pullorose.

Quando a prova da agglutinação é bem feita e as medidas apontadas são seguidas escrupulosamente, o problema da erradicação é grandemente simplificado e os resultados são excellentes. Os seguintes exemplos são bem demonstrativos: num lote de 595 aves examinadas 3 vezes num prazo de 10 meses a porcentagem de infecção foi respectivamente de 7,3%, 3,1% e 0%; num 2º lote de 707 aves submettidas durante 18 meses a 6 provas com intervallos variaveis de 1 a 5 meses a porcentagem de portadores foi a seguinte após cada exame: — 6,9%, 42%, 1,5%, 2,3%, 0,9%, 0% e 0% e 0%; finalmente citamos o caso duma granja de 900 aves, onde um anno demonstrou a existencia de 62 portadores ou seja 6,86%; o 2º exame feito 2 meses depois revelou 2,2% de portadores e o ultimo feito em Junho foi positivo apenas para 0,6% das aves examinadas.

Estes resultados são bastante satisfactorios o que demonstra a boa orientação que o Instituto Biologico de São Paulo vem imprimindo na sua campanha á luta contra a pullorose.

Conclusões

A campanha de erradicação da pullorose em São Paulo baseada principalmente no reconhecimento dos portadores pela prova da agglutinação lenta em tubo determinou um decrescimo da porcentagem media da infecção de 16,56% em 1931 para 3,08% em 1936.

Todas as aves importadas deveriam ser submettidas a um exame geral que comportasse principalmente a verificação da existencia de portadores de pullorose; no caso do Estado de São Paulo este exame poderia ser feito na cidade de Santos onde deveria ser creado um lazareto e um serviço de fiscalização animal que abranja o exame das aves importadas, que constituem muitas vezes perigosos focos de disseminação de doenças as mais diversas.

Internamente a campanha contra a pullorose deveria estar apoiada em leis de defesa sanitaria animal que estabelecendo grandes vantagens aos productos provenientes de granjas absolutamente indemnes controladas pelo Estado, restringissem o quanto possivel a venda de ovos, pintos e aves adultas provenientes de granjas cujo estado de saúde não seja conhecido.

(These apresentada á II Conf. Naac. de Pecuaria).

ABELHAS

De diversas raças em nucleos, RAINHAS SELECIONADAS: italianas e carniolas (de Agosto em diante). Colmeias: Langstrath (n. americana) Emilio Schenk (nacional) Dadant-Blatt (typo verticaes) Layens e Ucrانيا (typos horizontaes) Cera moldada e cilindrada. Centrifugas. Fumigadores e outros apetrechos de Apicultura

MEL CENTRIFUGADO «LARANJEIRA», typo exportação

MONTAGEM DE APIARIOS — Offerece: Michael Perelmiter, technico apicultor (instructor no Ministerio da Agricultura em 1932) — 33, Rua Pedro Americo n. 84, Rio — Tel. 42-0372

O COOPERATIVISMO

Arthur Torres Filho
Vice-Presidente, em exercício, da S. N. A.)

Sempre fui adepto fervoroso da aplicação do Cooperativismo no meio brasileiro, porque se trata de uma fórmula de redenção econômico-social aceita por todos os povos civilizados, dentro dos seus princípios a que deve obedecer, não servindo de instrumento na luta de classes e despojado de quaisquer ideologias. Na agricultura, precisamente, é onde pode encontrar condições mais favoráveis para seu desenvolvimento, desempenhando um complexo de funções econômicas em proveito da iniciativa particular e no do superior interesse da Nação. Para se ajuizar dessa afirmativa bastará que se atente na estrutura características e eficiência do cooperativismo na organização agrária de todos os países modernos de vez que se acomode ao senso realístico das necessidades da agricultura e da economia nacional. Cabe às cooperativas solidarizarem interesses individuais no interesse da coletividade e o lucro restituído aos produtores e consumidores **livremente associados**. Por isso mesmo, foi que Verga-nini disse que elas, suprimindo o ganho ilícito, criam uma **economia nova**. É o sistema que pode apresentar base econômica sólida **"em face do caos econômico presente, um meio eficaz de superar a crise e impedir desastres"**.

A Dinamarca, onde as sociedades cooperativas constituem fatores decisivos de organização agrícola, pode servir de exemplo, justificando perfeitamente o título do livro de Mrs. Agnes Rothery: — **Dinamarca, reino do juízo**".

Os sitiantes dinamarquêses vestem-se e alimentam-se bem e têm boa instrução e não são apenas capazes de viver, mas **também de economizar**, mesmo numa propriedade de quatro hectares.

No Brasil não obstante a precariedade dos meios de trabalho pela falta de aparelhamento material e de organização econômica, do esforço do agricultor vive a Nação. Nesse trabalho penoso e muitas vezes injustamente apreciado, estão mais de nove milhões de brasileiros com suas famílias. Temos de valorizar esse trabalho e nunca impedir que possa o agricultor auferir as vantagens dele oriundas.

A organização dos mercados para os produtos da agricultura será a chave do problema, para tanto carecemos melhorar

os métodos de produção, agremiando os agricultores em cooperativas de produção, venda e crédito, modificando-se os métodos de distribuição e venda. O crédito agrícola terá influência decisiva na obra de reforma agrária que necessitamos empreender.

Representa o cooperativismo, acima de tudo, uma fórmula de justiça social, que a todos deve amparar indistintamente, como povo em diversos graus de enriquecimento econômico principalmente no meio rural não pode e não deve ficar o cooperativismo subordinado ao espírito de classe. Será com a fragmentação da propriedade rural, como felizmente se está processando em várias regiões do país, auxiliada pelo cooperativismo, que poderemos criar no Brasil uma economia nova, sem os abalos sociais observados em outras nações. Restará sabermos traçar por legislação adequada os rumos de inteligente política agrária, escoimada de sectarismo doutrinário, fazendo-a presidir de espírito de unidade para estabelecer a disciplina econômica sob a égide do Estado.

A obra cooperativista, para alcançarmos o sistema econômico exigido pela nossa agricultura, terá de se desenvolver, portanto, dentro de moldes universalmente aceitos. Os problemas econômicos e comerciais relacionados com a agricultura para serem resolvidos não poderão prescindir do auxílio desse sistema. Embora os saís, como disse, eles exigem o preparo do ambiente, principalmente pela educação do povo. Nunca poderá ser obra de imposição do Poder Público que, quando muito, poderá orientá-lo e fiscalizá-lo, dentro de normas preestabelecidas. Exemplos já temos, e bem sugestivos, no Brasil, onde verificamos o sucesso do cooperativismo justamente quando surge sem bafejos materiais do Estado, toda vez que a massa trabalhadora especialmente no regime da pequena propriedade agrícola, se acha preparada a recebê-lo pelo espírito de solidariedade.

Os homens que lutam com as mesmas dificuldades econômicas são levados a reconhecer que têm necessidades comuns e buscam sua salvação na associação dos esforços e na aplicação de meios comuns. Encontra-se essa comunidade de condições na base de toda criação cooperativista.

Há os que negam a praticabilidade nos meios rurais brasileiros, mas eu não participo desse negativismo, e de que tenho razão ali estão as provas da vitória do sistema em inúmeras regiões agrícolas do país: em toda zona colonial do Rio Grande do Sul, preparando ali uma economia nova sem exemplo na América do Sul; em Santa Catarina; no Paraíba; em São Paulo; no Ceará; no Rio Grande do Norte e em outros Estados. Isso demonstra a difusão da idéia e a grande vantagem que os seus adeptos anunciam.

Si com o sindicalismo unitário da Constituição de 10 de Novembro procura evitar a destruição e a luta de classes, buscando-se a colaboração, bem se pode compreender o papel do cooperativismo. A cooperativa é uma sociedade de pessoas, unidas por livre vontade e que, sob a base da igualdade, transferem algumas de suas funções econômicas a uma empresa comum. Não pode ser acimada de finalidade puramente materialista porque assegura a prática do auxílio mútuo, desenvolvendo-se entre pobres, afastando a miséria criando uma comunidade enobrecida pelo amor ao próximo.

"O cooperativismo aparenta com o socialismo pelo fato de, como esse, visar a transformação da ordem econômica existente, que lhe parece não somente injusta, mas, mas anti-econômica, isto é, preñhe de delapidações e de explorações. O cooperativismo difere do socialismo quando considera que explorado é o consumidor e não o assalariado e o fim vizado é a abolição do lucro e a eliminação de toda majoração sobre o custo da produção, ou, em outras palavras, o estabelecimento do justo preço" (Charles Gide e Rist — História das doutrinas econômicas).

Quatro princípios básicos caracterizam a cooperativa: é uma união de fracos, é uma instituição de caráter econômico é uma iniciativa popular de reivindicação social, não é corporação de ofício. Extendendo sua esfera de ação e seus benefícios a todos os homens de boa vontade, o cooperativismo não arrasta á luta de classes. Pelo contrário, procura eliminá-la pela solidariedade, e por essa mesma representa o sistema econômico-social mais aceito universalmente, o mais perfeito e o que mais eficazmente pode contribuir para a solução da questão social.

Abrange a cooperação grande número de espécies de cooperativas, que surgem de acordo com a prática e para fins diversos em cada país. Vemos na Inglaterra, em maior número as de consumo; na

França as de produção; na Alemanha as de crédito na Dinamarca as rurais nos Estados Unidos as de crédito; embora nesses países vingam e prosperem as de outros tipos.

Segundo o professor Fábio Luzzatto citado por D. Borcá no seu notável tratado de cooperação: "a legislação não é um instrumento de relojoaria, e a elasticidade deve ser uma das suas qualidades essenciais principalmente quando deve adaptar-se a uma extrema variedade de objetos, de pessoas e lugares de tempo e de mercado, como sucede com as associações econômicas em geral e para a atividade cooperativa em particular".

O cooperativismo, que hoje congrega mais de 200 milhões de seres humanos, nada tem a ver com as lutas de classes e nem se lhe pode aplicar fronteiras classistas. A obra que se está realizando no país da sindicalização, deverá obedecer ao espírito da unidade sindical para os fins de corporativismo, podendo encontrar forte apoio do cooperativismo livre, como fórmula pacífica de defesa de interesse de caráter econômico.

Pode-se assim compreender a alta Getúlio Vargas nas suas declarações feitas á imprensa em São Lourenço: "Numa época em que se reconhece, sem discrepâncias, o primado do interesse social sobre o individual, a organização cooperativista tem essencial relêvo". E disse mais S. Ex.: "Cogita-se de ampliar e dar nova estrutura ás cédulas da nossa organização econômica para amparo dos produtores".

Dentro, portanto, das finalidades justas do cooperativismo, não deve haver doutrinas, mas sim a preocupação sincera e patriótica de colaborar na solução pacífica da defesa dos nossos mais lídimos interesses econômicos.

"La cooperación solo puede triunfar paulatinamente, de manera gradual, porque la instrucción, y la educación y la conciencia cooperativa se forman mediante la persuasión y con imposiciones".

Precisamos abrir horizontes claros á grandeza econômica do Brasil, traçando rumos de inteligente política agrária, de modo a tornar mais eficiente a defesa dos mercados internos e a garantia dos externos na luta da competição comercial. E para tanto conseguirmos temos de ir decisivamente ao encontro da classe rural, preservando-a de agitações e organizando-a para solidarizar-se com os supremos interesses do Estado.

RIQUEZAS NATURAIS

Humberto Rodrigues de Andrade

Na distribuição da flora útil, a Natureza foi generosa para com as plagas brasileiras.

Podemos mesmo nos ufanar dessa riqueza.

Nas magestosas florestas equatoriais do extremo norte, a castanha, a borracha, a sapucaia, o timbó e as numerosas espécies oleaginosas, como o pataúá, a bacaba, a andiroba, o murumuré, o camaru, a baunilha, o jupatí e outras constituem a fonte principal de vida do grande vale amazônico; no meio norte — Maranhão e Piauí, os infundáveis "cocais" de babassú são o perene manancial da fortuna pública e particular a caranaú-beira e a oiticica, no nordeste, são o precioso privilégio da região das secas em Pernambuco, o caruá fornece excelente fibra para cordoaria; na Baía, a piassava, com avultada produção em Mato Grosso, o quebraxo, valioso tanífero; no sul, formando extensas e lindas matas, a araucaria e a herva mate.

Claro é que na relação supra se acham apenas vegetais úteis que, pela densidade em que se encontram espontaneamente, servem de base a indústrias extrativas de importância econômica. Si fossemos citar espécies úteis em geral, a lista seria enorme, exorbitando, de muito, aos limites desta coluna.

Mas, não nos cabe ficar contemplativos, ou quedar na rotina enervante, ante o que nos oferece graciosamente a prodiga Natureza. Tão regia oferta deve ser, sobretudo, o estímulo para que intensifiquemos a riqueza nativa, adaptando-a às condições do trabalho do civilizado, pela racionalização da exploração dessas essências preciosas.

Isso, primeiro porque o trabalho extrativo opera-se entre mil dificuldades, que surgem, a cada passo, no seio da mata virgem — deficiência de transporte, falta de conforto, e higiene, feras, insetos transmissores de moléstias.

O fruto de semelhante labor não oferece, por isso mesmo, garantia ao desenvolvimento e à prosperidade da indústria.

Tem o homem que, levando a apreciável vantagem do ambiente — clima e solo favoráveis, ampliar, completar e aperfeiçoar o que a Natureza lhe propicia.

É a industrialização do trabalho, com o cultivo metódico da planta, com o aparelhamento mecânico adequado.

Ademais, temos a considerar que outros povos procurarão apoderar-se desses vegetais, sendo praticamente impossível vedar-se a sua disseminação no mundo.

Aí está o exemplo bem característico da borracha, de que já possuímos monopólio de produção, hoje usurpado pelas culturas das Índias e outros países do Oriente. Como exemplo mais recente podemos citar o mate, que está sendo cultivado intensivamente na Argentina, a ponto de, dentro em pouco, deixar aquele país de abastecer-se nos mercados nacionais.

Tais considerações veem a propósito do descaso do nordestino, em relação às suas principais riquezas nativas.

Podemos dizer que a cêra de carnaúba, desde remotas eras, é o ouro da região semi-árida.

A carnaúbeira, de que se aproveita todas as partes — estipe, folhas, frutos, pecíolos, raízes, nos dá, mesmo como indústria extrativa absolutamente rotineira, produto cujo valor está colocado em segundo lugar na exportação cearense.

Conforme o Boletim Estatístico da Federação das Associações de Comércio e Indústria do Ceará, a exportação de algodão pelo porto de Fortaleza, em 1938, orçou em 58.539:042\$000, valor comercial, e a da cêra, em 42.036:000\$000. As saídas pelos portos de Camocim e Aracati não alteram essa posição.

Numa produção geral, por ano, de 10 milhões de quilos de cêra, no valor aproximado de 100 mil contos de reis, cabem ao Ceará mais de 50%.

Dos 22 países compradores dos produtos cearenses, 19 o são de cêra, sendo esta matéria-prima a que está em primeiro plano a esse respeito. Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França são os maiores freguezes.

Entretanto, o que temos feito em favor da carnaúba, para incrementar e melhorar a sua produção, assegurando-nos a detenção dessa riqueza?

Nada ou quase nada.

Não possuímos carnaúbaís, provenientes de culturas, nem tampouco aperfeiçoamos os processos de preparo da cêra. Limitamo-nos, tão somente, a explorar as palmeiras nativas, de maneira empírica, frequentemente prejudicial à vitalidade do vegetal.

Nestes últimos anos, alguns agricultores ensaiam timidamente pequenas plantações, contudo, para demonstrar ser a bela palmeira de fácil cultivo.

Quanto aos meios de extração da cêra, usam-se os aprendidos pelo indígena analfabeto.

Semanaes da Sociedade Nacional de Agricultura

Sessão de 15-VI-39

Pão Mixto — Alcool Motor — Cooperativismo em Pernambuco — Abastecimento da Capital — Sericicultura

Como de costume, realizou-se a semanal da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, cujos trabalhos foram presididos pelo Sr. Arthur Torres Filho.

O Sr. Secretario, Dr. Arruda Camara, leu o expediente, dentre cujos papeis destacamos telegramma do Sr. Interventor de Pernambuco, delegando poderes ao Sr. Apolonio Peres para represental-o na reunião.

Notava-se tambem a presença do Sr. Netto Campello, representando as cooperativas daquelle Estado.

E' lida uma carta do Dr. João Baptista de Castro, lembrando á Sociedade a conveniencia de apurar a respeito do paradeiro do archivo da primeira Escola Agricola, fundada em Juiz de Fora pelo preclaro mineiro Mariano Procopio, como um dos mais valiosos repositórios para a historia da agricultura brasileira.

O Sr. Torres Filho accede e determina officiar-se ao Museu Mariano Procopio, cuja direcção, por certo, não terá deixado perder-se o referido archivo.

A proposito do Dr. Baptista de Castro, tem o Sr. Torres Filho palavras de elogio, assignalando o facto de que, apesar de já ultrapassar os 90 annos, não deixa um só momento de cuidar das cousas da nossa agricultura. Foi um dos precusores do movimento no Brasil por uma agricultura racional, pois, tendo estudado na Belgica de lá nos trouxe as idéas de progresso que têm constituído durante toda a sua vida um verdadeiro ideal.

A esse respeito merece menção especial o que está fazendo a Companhia Johnson, desta Capital.

Os organizadores dessa empresa brasileira tomaram aos hombros a iniciativa de estudar a exploração racional da carnaúbeira no nordeste. Fizeram custosas instalações, em sua propriedade rural no municipio de Maranguape, para secagem das palmas e extração do pó cerífero.

Ao mesmo passo que cuida da parte propriamente fabril, fazem extensas culturas da palmeira.

Nesse ehpreeendimento não tem poupado esforço e gastos avultados, porquanto teve a

A syndicalização e o cooperativismo foram, por outro lado, objectivos constantes da sua acção dentro e fóra da Sociedade, em cujas directorias, por muitos annos, collaborou.

Antes de entrar na ordem do dia, o Sr. Torres Filho chama a attenção da casa para alguns factos que julga de grande importancia para a nossa vida economica: dentre esses, é de salientar as medidas que vêm de ser tomadas pelo Sr. Ministro da Agricultura quanto á utilização do pão mixto em todo o territorio nacional. Como é sabido — continúa o Sr. Torres Filho — essa campanha pelo uso do pão mixto é antiga na Sociedade. Pode-se mesmo dizer que partiu della a iniciativa. Com a generalização da medida, poder-se-á operar no Brasil uma grande transformação na vida rural e, ao mesmo tempo, concorrer para a melhoria da situação financeira do paiz. A Sociedade preconizava a necessidade, que havia, da utilização das feculas nacionaes no fabrico do pão, diante da situação em que se encontrava o Brasil como tributario do estrangeiro. Emquanto se discutia se o trigo dava ou não no Brasil, a medida se impunha, porque, o objectivo era justamente a libertação de uma dependencia do estrangeiro por todos os titulos desagradavel e injusta. O Brasil, paiz tropical, com grandes reservas de substancias amilaceas, não era admissivel que ficassemos de braços cruzados quando poderíamos lançar mão desses recursos. Esta a razão por que o Sr. Miguel Calmon se bateu ardorosamente pelo fabrico do pão mixto, sem que pudesse ver coroados de exito os seus esforços. Recordo o Sr. Torres Filho que illustre bahiano, quando Ministro da Agricultura, continuando a sua campanha iniciada quando presidente da Sociedade, tomou varias iniciativas visando o emprego da

Companhia que projetar e construir pelos seus engenheiros, aparelhamento mecanico original, para a secagem e extração do pó.

Centenas de milhares de carnaúbeiras se ostentarão, futuramente, em terras da empresa.

Tudo sem alarde e reclames, mas conciente do que se realiza. Ergue-se, des'arte, em solo patrio, obra verdadeiramente brasileira.

Estudar e realizar serviços de amparo e defesa ás nossas fontes d riqueza constituem o meio eficaz de nos mantermos na posição de fornecedores de produtos originariamente nossos. Mas, estudos que cheguem a conclusões serias, e obras de verdade.

fecula da mandioca no fabrico do pão. Organizou no Ministerio uma padaria experimental, organizou inqueritos economicos e experimentaes, mas, por falta de uma legislação adequada, os seus esforços não lograram, naquella occasião, o éxito almejado. Mas ficou o exemplo e o ideal. Nos ultimos annos, a Sociedade reencetou a campanha e, desta vez, com successo. E, graças á clarividencia do Presidente Getulio Vargas, foi o assumpto levado ao debate no Conselho Federal de Commercio Exterior, que o remeteu estudado á extincta Camara dos Deputados, onde, infelizmente, não logrou ultimação. Foi, finalmente, no regime instaurado a 10 de Novembro, que o caso do pão mixto e da sua adopção obrigatoria se tornou lei no paiz. A medida está sendo posta em pratica e a opposição que se lhe deparava, vencida aos poucos. O Sr. Ministro Fernando Costa, na sua acção multiplice, tem, por sua vez, imprimido ao caso do pão mixto a energia que todos lhe reconhecem, cujo éco se vem fazendo sentir sobretudo nos meios productores dos materiaes necessarios á mistura com o trigo. E' que, aos poucos, vem sendo comprehendida exactamente a expressão que poderá ter o pão mixto na economia do paiz. Tenho, para mim, que essa é uma das medidas revolucionarias do dominio economico mais importantes que o Brasil tem adoptado nos ultimos tempos.

Agora, o que é de notavel é que o Sr. Ministro da Agricultura entende — e nesse sentido tomou as necessarias providencias — que não devemos ficar limitados ao fabrico ou á producção da fecula de mandioca, mas, tambem, á addição — e consequente augmen-

to da producção — da farinha de milho e do arroz, fazendo realizar, a respeito, as necessarias experiencias, de modo a que a panificação não venha a soffrer com a addição dessas duas farinhas. Portanto — observa o Sr. Torres Filho — estamos diante de um facto digno de registo no panorama da nossa evolução economica. E' por isso que não pode deixar sem uma referencia especial essa intelligente providencia do Sr. Ministro Fernando Costa.

Refere-se ainda o Sr. Torres Filho á questão do alcool motor, cuja acceitação e emprego generalizado não constitue mais objecto de controversias. E' hoje uma industria prospera, que caminha ao lado da do assucar, como uma solução ao equilibrio desta industria e ao provimento da questão do combustivel liquido necessario aos nossos motores. Tambem nasceu na Sociedade essa idéa, com uma exposição e um congresso realiadoe em 1903. Coube tambem ao actual Governo tornal-a realidade.

Usa a seguir da palavra o Sr. Apolonio Salles, que faz um breve relato da situação do cooperativismo em Pernambuco, cuja palestra pôde ser resumida nos seguintes resultados apresentados:

O financiamento á pequena lavoura em Pernambuco, vem se exercitando através das Cooperativas.

Já existe uma Cooperativa em a quasi totalidade dos municipios do Estado.

O movimento tomou vulto extraordinario no ultimo anno, especialmente no sector do credito ao pequeno productor.

A prova mais evidente é dictada pelas cifras.

Resumo do movimento geral das Cooperativas registradas no D. A. C. em Março de 1939

PERNAMBUCO

DATA	NUMERO		CAPITAL		FINANCIAMENTO		
	Coop.	Ass.	Subscripto	Realizado e reserva	Auxilio do Governo	Movimento	Capital
31/12/37	20	3.937	353:844\$000	266:124\$660	1.204:400\$000	3.927:247\$101	4,25
31/ 3/38	23	5.518	811:474\$000	461:663\$400	1.735:153\$000	6.816:034\$091	3,76
30/ 6/38	35	7.875	1.258:001\$000	722:549\$600	2.224:118\$000	7.819:128\$979	3,08
30/ 9/38	38	8.051	1.352:008\$000	920:623\$400	2.581:188\$000	8.887:299\$750	2,80
31/12/38	52	9.269	1.790:123\$000	1.155:602\$800	2.848:914\$800	10.303:816\$802	2,47
31/ 3/39	57	11.240	2.220:556\$000	1.680:765\$000	3.232:231\$200	11.187:705\$100	2,04

As cooperativas movimentam, além do seu capital, o auxilio do Governo, fornecido pela Caixa de Credito, com audiência do Departamento de Assistencia ás Cooperativas, cujo Director intégra o Conselho de Administração da mesma.

Preferindo os empréstimos de menor vulto e a prazos de colheita, têm ellas conseguido rigorosa pontualidade no cumprimento de seus deveres por parte dos associados.

Assim, as cooperativas têm podido, sem sacrificios, satisfazer os seus compromissos.

O Sindicato dos Plantadores de Canna, conseguiu um credito do I. A. A. para financiamento aos plantadores banguzeiros por intermedio das organizações cooperativas. Dez foram as beneficiadas no anno passado e 13 no corrente.

Com antecedencia de um mez, o total do emprestimo 509:000\$000 já estava depositado pelos devedores, na Caixa de Credito Mobiliario e Caixa Economica, o que teve conhecimento o Instituto do Assucar e Alcool por intermedio do Departamento de Assistencia ás Cooperativas.

Actualmente as Cooperativas são financiadas com o producto da taxa de 020 por kilo de algodão, emprestimo do I. A. A. para banguzeiros e depositos effectuados na Caixa de Credito.

O Departamento de Assistencia ás Cooperativas representa uma das iniciativas do Interventor Agamenon Magalhães e do espirito realizador de Apolonio Salles, Secretario de Agricultura.

Foi creado em Janeiro e regulamentado em Fevereiro de 1938.

Eram 20 as cooperativas existentes no Estado em Dezembro de 1938, representando uma grande somma de iniciativas particulares, desdobradas desordenadamente.

O Departamento iniciou sua actividade procurando reorganizar as existentes e attendido simultaneamente aos interessados em novas associações. Esteve presente á fundação das 36 ultimas assistindo-as não somente na constituição legal de todos os actos até o reconhecimento pelo Ministerio da Agricultura, como auxiliando e orientando a administração, para o que dispõe de technicos de reconhecida capacidade.

O Departamento de Assistencia ás Cooperativas, da Secretaria de Agricultura, também Delegado do Serviço de Economia Rural, não só exerce função de assistencia fiscalizadora, de acordo com a lei e contracto com o Ministerio da Agricultura, como orienta as organizações instruindo os gerentes que devem dirigi-las, auxiliando-as ainda com 2:000\$000 para sua installação.

Este movimento, que vem approximando os productores das diversas zonas do Estado, por um motivo de ordem economica, tem o grande sentido de crear a confiança reciproca, o grande alicerce da organização cooperativista do Estado.

E não ficam na classe dos productores. Em cada grupo Escolar do Recife, Gymnasio Pernambucano, e alguns collegios particulares, ha uma cooperativa de consumo, dirigida pelos proprios meninos que se movimentam de modo surpreendente.

Movimentando a principio sua secção de credito, as cooperativas — mixtas —

além do seu capital proprio recebem um auxilio do Governo em dinheiro, até 30:000\$000 sem juros.

De accordo com o productor, o Governo creou uma taxa de \$020 por kilo de algodão arrecadada pelo Estado e distribuida através da Caixa de Credito com as cooperativas assistidas pelo D. A. C. com previa audiencia deste, cujo Director integra o Conselho de Administração da mesma.

E' de justiça salientar e difficil resumir o que tem feito o Governo em beneficio do cooperativismo no Estado.

Não será tudo dizer que attende o que lhe é solicitado.

Organizou o D. A. C. em Fevereiro e reconhecendo os seus serviços, ampliou-o, dotando-o de uma verba de 250:000\$000 annuaes.

Todas as cooperativas remetem mensalmente ao D. A. C. seus balancetes, relação de emprestimos, etc., até 10 do mez seguinte.

Quando solicitado, comparece immediatamente a qualquer uma, resolvendo todas as pendencias.

Para possibilitar a vida da cooperativa de lacticinios, o Estado concluiu a Uzina Hygienizadora do Leite, iniciada em 1935, dependendo cerca de 500 contos, deu a cooperativa, que representava bem os productores, exclusivamente na venda do leite em Recife, todo hygienizado, além de uma subvenção de 500:000\$000 para complemento de seu capital.

A de horticultores proporcionou pavilhão especial no Mercado de Magdalena e vae dar installação no Bangi, com fabrica de conservas e frigorificos, serviço já iniciado, devendo terminar dentro de 30 dias.

O D. A. C. tem um agronomo para assistir tecnicamente aos horticultores.

O auxilio financeiro recebido, permittiu á Cooperativa iniciar um serviço de distribuição em carrocinhas apropriadas conduzidas por um homem, satisfazendo todos os requisitos de hygiene. Cogita a Cooperativa de augmentar o numero dellas e melhorar-las para tracção animal, servindo aos pontos mais distantes.

Empresta ainda a Cooperativa aos seus associados auxilios financeiros, sem juros, mecanica.

Dispõe ainda de uma boa contabilidade

Não seria demais lembrar que o productor de hortaliças estava anteriormente subordinado a uma classe de intermediarios desalmados que os exploravam.

O atravessador, como é conhecido o intermediario, abriu luta com o productor filiado á Cooperativa, resultando a victoria desta, graças á accção decidida do Governo.

Para a dos Plantadores de Mandioca, construiu em 1938 a Fabrica de Farinha Pa-

nificavel do Ibura, já ampliada para o duplo de sua capacidade afim de attender as exigencias do productor associado a Cooperativa dos Plantadores de Mandioca e do mercado”.

O Sr. Torres Filho agradece a contribuição do Estado de Pernambuco á solução desse velho problema — que é afinal a propria organização economica da maior classe trabalhadora do Brasil, que não pôde estar sujeita, na organização da sua economia profissional, a sectarismos e nem a pontos de vista pessoas, mas deve obedecer a normas geraes condizentes com os interesses, também geraes, do Brasil.

E' essa comprehensão que nos veio trazer as informações do Sr. Secretario da Agricultura de Pernambuco.

O Sr. Adamastor Lima propõe, com acceitação geral, um voto de congratulações com o Sr. Agamemnon Magalhães.

O Sr. Torres Filho faz, ainda, uma allusão ao que vem fazendo o Sr. Fernando Costa no que se refere ao abastecimento da Capital, promovendo a venda directa dos productos aos consumidores. Com tal pratica, evitam-se as medidas coercitivas que os tabellamentos arbitrarios nos têm dado. Mostra o Sr. Torres Filho, com dados obtidos nos ultimos dias, que a população carioca “tem fome” de generos de pequena lavoura e que a sua má distribuição é a causa da falta á população o que, por outro lado, cerceia e não dá ensanchas ao augmento e melhoramento da producção. Não será, talvez, diz o Sr. Torres Filho, uma orientação definitiva essa da venda de productos em caminhões, mas será, talvez, o embrião de um systema de distribuição que terá nos entrepósitos o seu mais util elemento.

O Sr. Mario Vilhena, tecnico da Estação Sericícola de Barbacena, actualmente em função na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, onde organizou e está leccionando em cursos rapidos, a sericicultura aos lavradores do Districto Federal, faz, perante a sessão, um breve relato das suas actividades e do programma a desenvolver, abrangendo não só os actuaes cursos na referida Escola, como, também, em outros sectores, visando a diffusão do conhecimento da sericicultura pratica no Districto Federal e Baixada Fluminense.

O Sr. Creso Braga, Presidente da Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Ruraes, communica a realização, por iniciativa daquella instituição, de uma serie de palestras pelo radio. Convida para collaborar na iniciativa os technicos da Sociedade e informa estar de partida para S. Paulo. Despede-se dos seus amigos da Sociedade e offerece a esta os seus prestimos naquelle Estado.

Estiveram presentes á sessão, além de directores e technicos da Sociedade, os representantes da Cooperativa Agro-Pecuaria de Nazareth, da Cooperativa Agro-Pecuaria de Goyanna e da Cooperativa Agro-Pecuaria de Barreiros, todas de Pernambuco.

Encerra-se a sessão.

Sessão de 29 VI-39

As Riquezas Naturaes do Norte — O Linho no Rio Grande do Sul — A Posição do Brasil no Mercado Internacional do Algodão — Abastecimento do Leite á Capital Federal

Como de costume, reuniram-se, em sessão conjuncta, a Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira, tendo sido os respectivos trabalhos presididos pelo Sr. Torres Filho.

O Sr. Arruda Camara, Secretario, procedeu á leitura do expediente, dentre cujos papeis mereceu especial destaque uma comunicação do Sr. Humberto Rodrigues de Andrade, a respeito das riquezas naturaes do Brasil.

Detende-se especialmente na carnaúba, declara S. S.:

“Podemos dizer que a cera da carnaúba, desde remotas éras, é o ouro da região semi-árida. A carnaubeira, de que se aproveitam todas as partes — estipe, folhas, fructos, peciolo, raizes, dá-nos, mesmo como industria extractiva absolutamente rotineira, producto cujo valor está collocado em segundo lugar na exportação cearense. Conforme o Boletim Estatístico da Federação das Associações de Commercio e Industria do Ceará, a exportação de algodão pelo porto de Fortaleza, em 1938, orçou em 58.539.042\$000, valor commercial, e a da cera, em réis 42.036.000\$000. As sahidas pelos portos de Camocim e Aracaty não alteram essa posição. Numa producção geral, por anno, de 10 milhões de kilos de cera, no valor approximado de 100 mil contos de réis, cabem ao Ceará mais de 50%. Dos 22 paizes compradores de productos cearenses, 19 o são de cera, sendo esta materia prima a que está em primeiro lugar a este respeito. Estados Unidos, Inglaterra, Allemanha e França são os maiores freguezes. Entretanto, o que temos feito em favor da carnaúba, para incrementar e melhorar a sua producção, assegurando-nos a detenção dessa riqueza? Nada ou quasi nada. Não possuímos carnaubae adultos, provenientes de culturas, nem tampouco aperfeiçoamos os processos de preparo da cera. Limitamo-nos, tão somente, a explorar as palmeiras nativas, de maneira empirica, frequentemente prejudicial á vitalidade do vegetal. — Nestes ultimos annos, alguns agricultores en-

saíam timidamente pequenas plantações ainda sem expressão económica, servindo, contudo para demonstrar ser a bella palmaceia de facil cultivo. Quanto aos meios de extracção da cera, usam-se ainda os aprendidos pelo indigena analfabeto. A esse respeito merece menção especial o que está fazendo a Companhia Johnson, de Fortaleza. Os organizadores dessa empresa brasileira tomaram aos hombros a iniciativa de estudar a exploração racional da carnaubeira no nordeste. Fizeram custosas installações em sua propriedade rural no municipio de Maranguape, para seccagem da palma e extracção do pó cerífero”.

Depois de outras considerações, termina o Sr. Humberto Andrade:

“Estudar e realizar serviços de amparo e defesa ás nossas fontes de riqueza constitue meio efficaz de nos mantermos na posição de fornecedores de productos originariamente nossos. Mas, estudos que cheguem a conclusões serias, e obras de verdade”.

O Sr. Torres Filho declara que a exposição feita pelo Sr. Humberto de Andrade versa materia de grande interesse para a nossa economia, porque trata justamente de productos que, no momento, são objecto de industria extractiva em vastas zonas do territorio nacional. Exigem um grande trabalho de racionalização para que não fiquem sujeitas a fluctuações, como tem acontecido. Por outro lado, trata-se de productos de regiões tropicaes, requerendo da nossa parte cuidados especiaes por constituírem fontes de vida de enormes regiões, que vão desde o Nordeste até o Amazonas, e dentre os principaes, sobressahem, como se sabe, a castanha, o babassú, a carnaúba e outras plantas ceríferas, resinosas e oleíferas. Todos esses productos, que estão hoje incorporados á vida económica do Brasil, não constituem comtudo uma garantia segura de riqueza, porque sua exploração ainda se encontra numa phase empirica, exigindo um grande trabalho de systematização, tanto de factores de ordem económica como financeira. No momento actual, a nossa preocupação deverá ser justamente dar a essas explorações um cunho mais racional. São, portanto, de grande oportunidade as considerações do Sr. Humberto de Andrade, cuja interessante comunicação será divulgada na integra pela “A LAVOURA”.

Informa o Sr. Torres Filho que ainda tem sobre a mesa uma comunicação, procedente do Rio Grande do Sul, relativamente á crise por que vem passando naquelle Estado a cultura do linho. Essa cultura é uma daquellas que podem ter no Brasil um grande desenvolvimento, principalmente nos Estados do Sul, constituindo para o Brasil uma grande fonte de riqueza, a exemplo do que se passa na Argentina e em outros paizes que

se dedicam e amparam a sua cultura. O Governo — diz — não tem sido extranho ao desenvolvimento da cultura do linho e já possuímos um campo de sementes em S. Paulo o qual está prestando bons serviços. Entretanto, a nossa producção, que aliás tem sempre aumentado, está sujeita ainda a certas influencias do mercado de sementes, cuja importação se faz para attender ao funcionamento das fabricas de oleo desta Capital e de outros Estados e, ainda, de paizes americanos. A producção do Rio Grande do Sul, que alcança a 12.000 toneladas, não é sufficiente ao abastecimento do mercado riograndense e muito menos ao do Brasil. O estudo dessa exploração deve merecer todo o cuidado porque se trata de uma cultura muito favoravel ao paiz, devendo justamente o Governo impetrar que por uma queda brusca do preço se possa arreferecer o animo dos productores. Este assumpto — conclue o Sr. Torres Filho — está sendo objecto de exame por parte do Conselho Federal de Commercio Exterior tendo-lhe cabido relatar a materia.

Sem deixar a palavra, diz o Sr. Torres Filho que, antes de entrar na ordem do dia, desejava fazer uma referencia muito especial ás condições do Brasil no ponto de vista da exploração algodoeira. Todos sabemos que o algodão, no momento, constitue um dos factores decisivos da nossa vida agricola, contribuindo poderosamente tambem para a nossa balança commercial, bastando referir que essa fibra deu á nossa exportação mais de 7 milhões de libras.

E” uma cultura que se acha integrada na vida brasileira desde o periodo colonial. A historia regista a sua exploração desde o anno de 1555, influindo, dahi para cá, fortemente, na nossa civilização, sendo tambem a materia prima que mais contribuiu para o desenvolvimento da industria manufactureira do paiz. Posteriormente, essa cultura soffreu oscillações, de maior ou menor expressão económica, de accordo com as condições do mercado internacional. Devo, a proposito — continúa o Sr. Torres Filho — lembrar o que occorreu com a nossa cultura do algodão por ocasião da guerra da secessão nos Estados Unidos: por essa ocasião, houve um decrescimo sensível nas safras daquelle paiz, dando lugar a que a America do Norte, utilizando de methodos mais aperfeiçoados, sobretudo nos processos agronomicos obtidos através das estações experimentaes, desenvolvesse a tal ponto alli a cultura algodoeira que esta passou a constituir para os americanos uma riqueza agricola de tão grande expressão como é o café para os brasileiros.

Por seu turno, o Brasil apresenta condições extremamente favoraveis á cultura do algodão: clima — o que vale dizer condições de meio — salarios dos trabalhadores ruraes,

rendimento de terras também mais favoráveis, dependendo entretanto a posição do Brasil no mercado internacional de se empregar na exploração algodoeira os mesmos processos technicos que eram adoptados na America do Norte.

Mas a evolução da sciencia agronomica e a sua applicação a uma determinada cultura não constitúe por si só o exito de um empreendimento agricola: faz-se mister que a technica intervenha fazendo com que, ao lado do rendimento agricola, exista também o conveniente beneficiamento e preparo do producto do ponto de vista do seu valor commercial, de maneira que, levada á industria essa materia prima, de revista de condições taes que facilitem a manufactura do productos industrial. Por isso, são indispensaveis a uniformidade da materia prima, a produção em massa e de outros requisitos que constituem garantia indispensavel para que a industria possa lançar mão da materia prima com a maior segurança possível. E' este um dos pontos mais serios que tivemos de vencer e do qual nos descuidamos a ponto tal que a exploração algodoeira ficou relegada a um plano secundario. Esta situação não passou despercebida a alguns homens do paiz, economistas e patriotas e, nesta mesma Sociedade, o assumpto foi ventilado, debatido e aconselhadas as medidas mais consentaneas com o problema. Por parte de varios dos seus presidentes, houve sempre a preocupação de reerguer a cultura algodoeira, de trazel-a para o plano que ella deveria occupar na vida economica brasileira. A este respeito, bastará que se faça uma referencia aos grandes esforços do Presidente Miguel Calmon, promovendo a 1.^a Conferencia Nacional Algodoeira, em 1916 e a 1.^a Conferencia Internacional do Algodão, em 1922 e chamando para a tribuna da Sociedade, numa constante batalha em prol da melhoria dos processos de trabalho no campo e na preparação do producto industriavel. Nessa campanha, foi seguido, dentro outros, pelo Presidente Lyra Castro e pelo Presidente Simões Lopes — todos Ministros da Agricultura — e cuja acção administrativa constituiu justamente uma pratica daquillo que sempre aconselharam. Nesse rol de integros brasileiros deve ser incluído o nome de Pandiá Calogeras, que quando Ministro da Agricultura revelou uma acção energica e proficiente. E' de citar também a acção e o trabalho dos nossos technicos e da collaboração de alguns profissionaes estrangeiros que vieram para o Brasil justamente para organizar a cultura do algodão. Uma das medidas mais salutaras adoptadas pelo nosso governo, desde então, foi aquella de se enviarem profissionaes sahidos das nossas escolas de agronomia ao estrangeiro, principalmente no tempo do Minis-

tro Pereira Lima, seguida depois por outros titulares e infelizmente interrompida. Foi assim que pudemos enviar á America do Norte a outros paizes algumas turmas de rapazes sahidos das nossas Escolas Agronomicas e o exito obtido está hoje patenteado nas transformações operadas em nossos methodos agromonicos, sobretudo no que se refere ao algodão, cujo desenvolvimento é um padrão de gloria da nossa technica agricola. Isto comprova que somos capazes de assimilar tudo aquillo que os outros povos de civilização mais adeantada tenham posto em pratica. Em virtude de acção desses technicos, da collaboração de alguns estrangeiros e de circunstancias especiaes do mercado mundial é que assistimos, principalmente de 1933 para cá, o apparecimento do Brasil como um dos mais fortes concorrentes ao mercado mundial do algodão, passamos de 284.604 toneladas de produção para 448.704 toneladas em 1938, isto é, o Brasil pasou a occupar o quarto lugar no mundo entre os paizes algodoeiros. E' de se salientar, neste ramo da actividade agricola, o concurso de São Paulo, cujo progresso nesse sector coincidiu com as quedas do preço do café. A" medida que se se accentúa a crise deste producto, augmenta de uma maneira notavel a produção e, o que é mais para admirar — melhoram na mesma proporção os methodos culturaes e de preparo. 813.627 toneladas, no valor de 1.545.564:000\$000 (1938), tudo fazendo acreditar que este anno essa produção ainda seja maior porque, com a crise americana, em que vemos a produção dos Estados Unidos ser dominada no mercado internacional, isto é, em que vemos a queda da exportação daquelle paiz de 7 milhões para pouco mais de quatro milhões de fardos, ha a coincidência com o augmento sempre crescente da exportação brasileira. Esse facto, certamente, estimulará uma produção ainda maior do que este anno e todas as previsões autorizam a consideral-a nesse ascendentes.

Não se diga que é um ou dois mercados, apenas, que solicitam e acceitam o algodão brasileiro. Elle está tendo a mais franca acceitação muito principalmente o paulista, em todos os mercados mundiaes, com uma preferencia accentuada por parte do apão, bastando-se dizer que, de uma exportação em 1934 para aquelle paiz, de 1.696 toneladas, passamos, em 1938, a 60.159 e este anno a exportação será ainda maior. O mesmo se dá com o mercado allemão, no qual a exportação pasou de 21.442 para 82.803 toneladas. O algodão paulista é um algodão que, pela sua fibra, encontra uma acceitação muito grande: tem de 28 a 30 mm., o que constitue um tamanho ideal para quasi todas as industrias. Em relação ao algodão do norte, de fi-

bra mais longa, é também muito preferido, mas tem contra si, até certo ponto, a falta de um beneficiamento mais cuidado. Como está necessárias garantias á industria e tudo indica que, não só na parte cultura, como no do beneficiamento, se lhe dê uma assistência mais efficiente, pois, como vimos em São Paulo, um controle bem feito, desde á semente á embalagem, pode operar milagres. Ha, aliás, um grande movimento naquella região com esse objectivo e é de se acreditar que, com o concurso dos technicos — que já se faz sentir — o algodão de fibra longa do norte passe a constituir um elemento de forte equilibrio no computo geral da exportação brasileira. Nesta ligeira exposição — continúa o Sr. Torres Filho — e na qual fiz resaltar a importancia economica do algodão no scenario da vida brasileira, quero deixar bem patente a acção desenvolvida pela Sociedade Nacional de Agricultura em mais de 20 anno em favor da cultura do algodão e, também, o interesse que a Sociedade tem em que esse desenvolvimento — fructo de tanto trabalho e de tanto dispendio — não venha a soffrer qualquer embaraço e, muito pelo contrario, possa o Brasil encontrar na sua produção algodoeira, como é licito se espere, um dos elementos decisivos do seu engrandecimento economico e financeiro. Como me cabe, no momento, dirigir a Sociedade Nacional de Agricultura, desejo fazer este registo, lembrando a sua acção incansavel para o objectivo algodoeiro, afinal e m grande parte attingido. Nesse registo e nese voto — continúa o Sr. Torres Filho — estou certo de que a Sociedade interpreta o pensamento da classe rural do paiz, votos e sentimentos esses que são os mais legitimos, porque partem justamente daqueles que trabalharam e ainda trabalham, deve constituir para a Patria o mais digno labor, empregando a sua vida em um mistér que bor, o mais decisivo concurso para o seu engrandecimento.

O Sr. Torres Filho dá, a seguir, a palavra ao Sr. Otto Frensel, que faz uma interessante comunicação a respeito do actual abastecimento de leite do Rio de Janeiro. Como seria impossivel resumir esse trabalho, a sua divulgação será feita separadamente.

Communica ainda o Sr. Presidente, attendendo a uma solicitação do Secretario da Agricultura do Estado do Rio, que a Sociedade attenderá ao pedido feito para que envie tres alumnos da Escola de Horticultura Wenceslau Bello para demonstrações practicas de enxertia e multiplicação vegetal na Semana Ruralista a se realizar, brevemente, em taperuna, sob os auspícios do Governo daquelle Estado.

O Sr. Ribeiro unqueira, em nome da Sociedade Rural de Leopoldina, convida o Presidente e demais Directores da Sociedade para

participarem do acto inaugural da Exposição de Animaes que se realizou naquella importante cidade mineira. Communica, a proposito, que é a terceira que foi já organizada e que, nesta, se realizará talvez o maior concurso de vacas leiteiras já operado no Brasil.

O Sr. Torres Filho agradece e promete comparecer. Desde logo, porém, como uma demonstração dos applausos da Sociedade ao commettimento, institue um premio para ser disputado entre os animaes concorrentes a esse concurso. Trata-se de um artistico bronze, com um plaqueta de ouro com a seguinte inscripção: "A" melhor productora de leite da Exposição Pecuaria de Leopoldina. — Premio Sociedade Nacional de Agricultura".

O Sr. Dr. Edmundo Berchen offerece á hdee Sociedade tres magnificos exemplares de uma variedade de milho, cultivada ha cerca de sessenta annos em Pelotas, a qual desperta grande interesse, não só pela belleza e tamanho das espigas, como pela uniformidade do grão. Essas espigas — de que as variedades branca e vermelha — têm sempre mais de 1.100 grãos cada uma e o Sr. Torres Filho pede licença para as offerecer ao Sr. Ministro da Agricultura, como uma variedade digna de ser diffundida ou pelo menos estudada, justamente no momento em que se procura desenvolver a cultura desse cereal no Brasil.

Encerram-se os trabalhos.

Sessão de 13-VII-39

A produção de Milho na Argentina — A Riqueza Oleífera da Bahia — Padronização de Couros e Pelles — Credito Agrícola — Os Cursos Rápidos da Escola de Horticultura "Wenceslau Bello"

Em sessão semanal e conjuncta, como de habito, reuniram-se as directorias da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira, sendo os trabalhos presididos pelo Sr. Arthur Torres Filho.

O expediente foi lido pelo Sr. Arruda Camara, Secretario, dentre cujos papeis se destacam: telegramma dos Srs. Presidente da Republica e Interventor em Pernambuco, aquelle agradecendo a remessa da summula da ultima reunião e, este, as congratulações enviadas pela Sociedade em face do surto cooperativista no Estado carta do Sr. Luiz G. Presser, a proposito da campanha de socios; idem, do Sr. Luiz Fossati, pedindo informações para fazer parte do quadro social; telegramma do Sr. Costa Rego, agradecendo a inserção em acta de um voto de louvor; telegramma do Director do Departamento de Industria Animal, convidando a Sociedade para comparecer ao acto inaugural da proxima exposição de Pecuaria; officio do Director

da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, comunicando a próxima realização da "Semana do Fazendeiro (11ª)"; officio da Confederação Nacional da Industria comunicando a eleição e posse da sua nova Directoria; carta do Director do Banco Mineiro da Produção, chamando a atenção para dados relativos ao credito agricola, em suas operações, mediante contractos de penhor agricola. O Sr. Torres Filho faz alguns commentarios favoraveis a essa orientação do Banco Mineiro e o Sr. Adamastor Lima sugere que se peça á sua direcção uma minuta do contracto — que, a seu ver, seria interessante divulgar entre os lavradores. E' tambem lida uma carta do Capitão Medico Dr. Cambetta Perissé, a proposito de um processo seu de combate e extincção da saúva. Essa carta, que é longa, será divulgada pela "A LAVOURA", para conhecimento dos interessados.

São, depois, compulsados alguns dados officiaes relativos ás exportações, produção, commercio e valor do milho argentino, na corrente safra. Por esses dados, verifica-se que a área cultivada diminuiu de 6.199.100 para 5.300.000 hectares, augmentando comtudo a área de colheita de 2.957.300 para 3.500.000 de hectares, o mesmo succedendo ao valor, que subiu de 4.424.000 para 5.400.000. De 1 de Janeiro a 10 de unho deste anno, a exportação foi de 1.296.999 toneladas, sendo o saldo exportavel nessa data de 2.934.407.

Foi, tambem, objecto de commentarios do Sr. Presidente uma carta do Dr. Gregorio Bondar, a respeito de palmeiras do Nordeste. Diz aquelle estudioso da nossa flora que, "investigando, ultimamente, as palmeiras bahianas, sou um grande entusiasta desta orientação (a da criação do Instituto Agronomico do Nordeste). Nas fructas das palmeiras temos grandes reservas de oleaginosos, de materia prima para o fabrico de carvão activo, de combustivel de primeira ordem para os motores a gasogenio. Nas folhas, temos as ceras, as rezinas e uma inesgotavel fonte de materia prima para o fabrico, em vasta escala, de papelões. O palmito poderá ser tambem industrializado para exportação em vasta escala para os mercados estrangeiros. Basta que se aproveitem as palmeiras que annualmente se derrubam á tóa e se façam plantações industriaes. Ha, ainda, especies que não entraram em nossa litteratura".

E se estende S. S. em outras considerações e termina demonstrando a necessidade de se estabelecer um programma de estudo dessa immensa riqueza quasi inexplorada no paiz, visando tornal-a um elemento de vida na nossa vida economica.

O Sr. Torres Filho determina que se faça a divulgação do interessante estudo enviado pelas columnas da "A LAVOURA".

São propostos e acceitos para socios os seguintes: Manuel Dantas, Dr. Pedro Paulo Paz de Carvalho, Luiz Antonio Pimenta Bueno, Dr. Antonio Cordeiro de Miranda, João Nunes, Dr. Athanagildo Leite Ferraz, Synval Rodrigues Machado, Dr. Geraldo Goulart da Silveira e José de Borja Peregrino.

O Sr. Presidente, a seguir, communica que relatou, como representante da lavoura, perante o Conselho Federal do Commercio Exterior, um parecer a respeito do commercio de couros e pelles brasileiras, suscitado por uma informação do Consulado do Brasil em New York.

Como solução para o assumpto, sugeriu, no parecer em apreço, a adopção immediata das seguintes suggestões:

a) — solicitar do Ministerio da Agricultura bases para a regulamentação do Decreto Lei n. 334, de 15 de Março de 1938, na parte referente ao commercio de couros e pelles;

b) — encarecer ao Ministerio da Agricultura a elaboração de um programma de acção objectivando o combate ás causas da desvalorização dos couros e das pelles;

c) — obtenção por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores de elementos sobre o assumpto em todos os paizes importadores como sejam: Allemanha, Estados Unidos, Africa do Sul, Hollanda, Italia, etc., onde a industria de couros e pelles estão em progresso maior que o Brasil.

Adeanta o Sr. Torres Filho que esse parecer foi aprovado pela Camara de Produção, Consumo e Transportes, e que esse assumpto já havia preocupado a Sociedade, tanto que, na ultima Conferencia de Pecuaria, foi incluido na agenda como uma das theses a serem estudadas, chegando a Conferencia a conclusões a respeito.

Trata-se de um producto que contribue para a nossa balança commercial com mais de 300.000 contos annuaes e, se devidamente padronizado, poderá alcançar muito mais. Ultimamente, o Ministerio da Agricultura tomou providencias muitos salutareis — através de um decreto regulando a marcação e a esfolia, afim de impedir a depreciação do producto, em virtude, mesmo, das conclusões da Conferencia de Pecuaria. Felizmente, já disposto n. 334, de 15 de Março do anno passado, dronização de todos os productos para fazer a pá exportação. Portanto, seria opportuno submeter as pelles e os couros a esse regime, como já se vem fazendo em relação a outros productos exportaveis. Da parte dos technicos do Departamento da Produção Animal, onde já se têm feito estudos, e onde já existia a fiscalização sanitaria dos productos animados, da parte desses technicos ha o pensamento e o desejo que o Governo promova a

regulamentação dessa exportação. Por outro lado, sabemos, também que da parte dos frigoríficos e mesmo das xarqueadas, o trabalho da padronização dos couros vai já bastante avançado e segundo opinião transmittida em palestra a um dos directores da Sociedade por um dos directores do Cortume Carioca — um dos maiores estabelecimentos de cortume no paiz, os frigoríficos, quando preparam os couros salgados já o fazem de uma forma que facilita uma padronização muito approximada da perfeição, o que não acontece, entretanto, quanto aos matadouros existentes nas cidades em que não ha technicos que presidam ao esfolamento dos animaes. Faz-se mister adoptar uma legislação uniforme para todo o paiz. Em todo o caso, já se pôde dizer que muita coisa já está feita e é muito grato á Sociedade assignalal-o, por ter sido aqui uma das tribunas onde mais se tem debatido o assumpto.

Ainda com a palavra, o Sr. Torres Filho faz referencia a um outro assumpto que reputa de grande interesse para a economia nacional: as instrucções baixadas pelo Banco do Brasil regulando varios decretos legislativos sobre a applicação das notas hypothecarias para liquidação dos debitos dos agricultores até 31 de Dezembro de 1937. O Governo da classe agricola tem ultimamente tose refere ao credito agricola, com a criação da carteira agricola naquelle estabelecimento, que no momento atravessa uma phase experimental. Se não se pôde ainda dizer que esse credito está sendo distribuido de uma maneira perfeita em beneficio da maior classe do Brasil, em todo o caso já entramos no bom caminho, sendo de esperar que tenhamos em breve todas as formas de credito capazes de attender de modo cabal ás necessidades e ás aspirações da lavoura.

Refere o Sr. Presidente que, na Argentina e também nos Estados Unidos o credito agricola não foi implantado de chofre. O periodo de experiencias, como aqui, foi imprescindível até chegar-se ao ponto em que se encontram aquellas duas nações.

O Sr. Arruda Camara faz referencias aos cursos de Melhoramentos de Plantas, e ao de Sericicultura que, na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, vêm sendo ministrados. Não tendo ainda terminado, ha já um grande numero de pedidos para que se inicie um outro de Sericicultura e, neste caso, solicita autorização da Directoria. Submettida a proposta á Casa, é esta de parecer que não ha inconveniente em se abrir um novo Curso de Sericicultura. Aproveita o ensejo, o Sr. Arruda Camara, para salientar o exito que vêm tendo esses cursos rapidos, que já enco-

rajaram outras iniciativas, inclusive em departamentos officiaes, nesse genero de ensino, tão util quanto pratico.

O Sr. Otto Frensel faz a seguinte comunicação:

VIII Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados

Como já é do conhecimento de todos, realiza-se de 15 a 23 do corrente na rua Matta Machado este grande certame nacional. Para a Comissão de Leite e Derivados foram designados pelo Sr. Ministro da Agricultura os senhores Luiz Gonçalves Vieira e Otto Frensel. A secção de Leite e Lactinios promette ter lactinios de todo o paiz. Entre elles muitos montarão importantes e interessantes "stands", já estando empenhados nas respectivas installações a Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. Ltd., Gonçalves, Salles & Cia., Alves, Azevedo & Cia. Industrias Renard Ltda., Cia. Leitaria Leopoldinense, Cia. de Lactinios "Alberto Bocke" S. A. e muitos outros. Certames, como este, merecem a visita de todos, sejam productores ou consumidores, pois, oferecem comprovantes do progresso presente e das possibilidades futuras as quaes, num paiz essencialmente agro-pecuario, como o Brasil, são formidaveis.

Visita de Technicos Brasileiros á Australia

Em recente visita aqui no Brasil, o Ministro da Agricultura da Australia, convidou os technicos brasileiros a visitarem aquelle prospero paiz. Este convite tem interesse especial para a industria brasileira de lactinios, pois, a Australia e a Nova Zeelandia, possuem uma industria de lactinios deveras desenvolvida. Basta lembrar a sua formidavel industria de manteiga que abastece os enormes mercados inglezes e que são, simultaneamente, os mais exigentes do mundo. Naquelles paizes foram resolvidos importantes problemas com os quaes a industria brasileira de lactinios se debate justamente agora. Referimo-nos especialmente á producção, transporte e conservação dos cremes, problemas da maior importancia. Permitto-me lembrar que a Sociedade Nacional de Agricultura suggira ao Sr. Ministro da Agricultura a ida o quanto antes de um ou mais dos nossos competentes technicos para aquelles paizes, em attenção ao honroso convite que nos foi feito. A lei que instituiu a recente Taxa de Inspeção de Leite e Derivados, prevê, aliás, iniciativas dessa natureza, cujo financiamento seria feito justamente com uma parte da referida taxa.

O Leite na Panificação

Pretendo apresentar em breve um interessante trabalho sobre esta momentosa ques-

tão. O excesso de leite desnatado que se verifica annualmente, causando grandes perdas à economia nacional, não pôde encontrar melhor emprego do que justamente na panificação. Trata-se, aliás, de uma feliz solução já applicada por muitos outros paizes adiantados. Principalmente como elemento de melhoria da fermentação do pão e do enriquecimento alimentar do pão mixto, o accrescimento de leite desnatado tem significação especial. Contendo a maioria dos saes mineraes do leite, entre os quaes se destaca o tão necessario calcio, a applicação do leite desnatado na panificação será um verdadeiro acto de melhoria da alimentação e da saude do Povo Brasileiro. Além disto dará ao nosso pão um paladar muito agradável e, dada a sua assignalada influencia benefica na fermentação, o tornará de facil digestibilidade. Si, realmente, conforme recente declaração na Imprensa, o pão mixto tem o seu valor alimentar diminuído, este pode ser, não plenamente recuperado, mas até muito melhorado, graças ao emprego do leite desnatado. Pretendemos em breve falar mais detalhadamente sobre este assumpto, mas entendemos que desde já as autoridades competentes se deveriam interessar seriamente por elle. Elle se nos apresenta sob dois aspectos de transcendente interesse nacional: a melhoria da alimentação publica e a melhoria da situação economica do productor.

A seguir, o agronomo Mario Vilhena, zootechnista do Ministerio da Agricultura faz algumas considerações sobre um dos aspectos mais importantes do problema sericicola nacional, que é a falta de agronomos especializados em sericultura.

Propoz aquelle tecnico, na sua communição, que a Sociedade Nacional de Agricultura suggerisse ao Sr. Ministro da Agri-

cultura a criação de um curso para a formação de technicos em sericultura na Escola Nacional de Agronomia, emquanto não se inaugura o novo e grande estabelecimento de ensino agronomico do Ministerio da Agricultura, o qual, segundo se sabe, possuirá um moderno instituto sericicola, que deverá comandar, tambem, o que parece acertado ao orador, a acção do governo federal em proveito da industria serica em todo o paiz.

O curso em jogo, accrescentou o Sr. Mariorio Vilhena, realizar-se-ia quasi sem augmento de despesas para o Ministerio da Agricultura, pois poderia nascer de uma acção conjugada entre a Escola Nacional de Agronomia e a Inspectoria Regional de Sericultura em Barbacena, a exemplo do que se fez na Escola Superior de Agricultura e Veterinaria de Viçosa, com exito integral.

Pensa o agronomo Vilhena que a suggestão não deixaria de ser bem acolhida pelo Sr. Fernando Costa, cujo entusiasmo pela sericultura é bem conhecido, e que aos alumnos da Escola Nacional de Agronomia se possibilitaria assim a obtenção de uma especialização que actualmente não é dada nas escolas agricolas do paiz.

Sem a formação de um corpo de technicos em sericultura, isto é, de agronomos de especialidade, concluiu o orador, não será possível dedicados a essa empolgante e complexa espedaço Brasil tomar-se um dos grandes productores de seda do mundo, aproveitando as ingualaveis condições naturaes que para isso possui.

O Sr. Presidente submette a votos a proposta do Sr. Mario Vilhena, a qual é approvada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

PROPONHA um seu amigo, lavrador ou criador, para socio da Sociedade Nacional de Agricultura
Utilize a formula destacavel, appensa a este numero.



Contribuição ao estudo das plantas forrageiras no Estado do Paraná

(These apresentada á II Conferencia Nacional de Pecuaria pelo Engenheiro Agrônomo José Sotero Angelo)

a) — O Edafismo de Flahault e o melhoramento natural dos Campos do Estado do Paraná

A vegetação varia de conformidade com o regime dos ventos, a temperatura, a chuva e umidade do sólo.

O campos do Paraná mais abrigados da insolação e dos ventos que resecam o sólo, principalmente, os situados no 3.º planalto na região Palmense e Guarapuaviana, que se acham hipsometricamente, acima de 1.100 metros do nível do mar, apresentam melhores forrageiras nativas.

A bovinotécnia, nessa região, vem se desenvolvendo há muitos anos com resultados economicos compensativos, em virtude da excelencia de suas terras e pastagens.

Ao contrario se verifica nas zonas dos campos gerais, encravadas no 2º planalto que se estendem de Serrinha até a divisa de São Paulo, em Itararé, e cachoeirinha no ramal do Paranapanema. Situadas como estão, numa altitude que varia de 900 a 1.000 metros acima da costa marítima, expostas aos ventos, a insolação, — além do mais as queimas periodicas, que devastam as coberturas ou vestimentas naturais, as quais vêem aniquilando o coeficiente arboreo tão necessario, — tornando-as por isso, multiissimo inferiores as primeiras, e eivadas de plantas nocivas.

Já é tempo de se procurar imprimir orientação segura, na resolução do problema do melhoramento dos campos do Estado, mormente, quando se dispõe de conhecimentos científicos, que poderá modificar em pouco tempo, o complexo climato-biotico a que se referia Setchell.

Se a vegetação é reflexo do clima como afirma Euburger, segue-se que o regime da chuva ou precipitação pluviométrica, parece decidir o tipo de vegetação campestre ou florestal.

Dai decorre que, a vida vegetal seria impossível num ambiente onde predomi-

nasse a excessiva evaporação e forte radiação solar aumentada pelo desequilibrio do meio telúrico.

E' o que está ocorrendo nas zonas dos campos gerais, de alguns anos a esta parte. A decadencia da vegetação campestre, o empobrecimento do sólo, o deperhecimento das gramineas úteis, a infestação dos pastos pelaservas nocivas, — representa o quadro desolador, reclamando uma urgente medida de proteção e amparo, ao aniquilamento prematuro do patrimonio de reservas florestais e campestres, que significa para o Estado uma fonte de renda e da sua economia interna, que se esgota e não se restaura.

O ritmo perfeito da temperatura e das precipitações pluviais, fornecem elementos propícios a vegetação, é o que há demonstrado o estudo da atmometria de Berg.

Nos campos do Paraná, onde existem ainda capões de mato, haverá possibilidade de uma lenta expansão da cobertura florestal, na bórda destes campos.

Vanderyst, ensina que as transformações se fazem por processos biológicos que consistem na invasão do sólo pelas plantas umbrófilas de pequeno porte.

Estas umbrófilas na sua **função-écran** poderão sombrear a vegetação campestre estiolando as plantas fotófilas ou amigas da luz solar.

A "função-écran" ou protetora de Chodat, transforma ecologicamente o meio, por que a planta possui á sua atmosfera foliar que se denomina filósfera e uma outra radicular, ou rizósfera. A progressividade das essenciais florestais no terreno campestre, segundo o **EDAFISMO DE FLAHAULT**, ou unidade do sólo, facilita á germinação de plantas silvestres mais exigentes, consideradas os tipos biológicos de Raunkier.

O cultivo das umbrófilas, o processo das migrações multicentricas, ou das transplantações de gramineas e plantas úteis adventícias, seriam inevitavelmente, os fato-

res iniciais do melhoramento natural, para os campos desabrigados do 2º planalto paranaense.

Ocorre, entretanto, desde já uma necessidade inadiável, tendo-se em vista promover um plano geral de melhoramento e estudo das possibilidades locais, — que consiste: —

I) — Formação de prados artificiais, com gramineas de verão como o capim *milinis minutiflora*, *chloris guayanensis*, já experimentalmente ensaiados anos consecutivos na Fazenda E. de Criação em P. Grossa;

II) — Proibição formal, da queima periodica dos campos, a não ser de dois em dois anos;

III) — Passar a ceifadeira na macega, ao invés de atear-lhe fogo;

IV) — Dividir as invernadas, para a formação dos prados artificiais, em pequenas areas de 20 a 30 hectares;

V) — Sendo os terrenos do 2º planalto muito acidos e pauperrimos em calcio,

distribuir após passar a ceifadeira na macega duas ou tres toneladas de cal, com uma distribuidora de adubos;

VI) — Extirpar aservas daninhas e plantas nocivas; reservar alguns hectares para semear o tojo;

VII) — Sendo o tojo uma leguminosa, que se alastra como verdadeira praga nos terrenos do 2º planalto e não sendo exigente, vegeta admiravelmente, tanto no inverno como no verão nas terras as mais ordinarias, estando por isto em condições de resolver o problema da alimentação do gado nos Campos do Paraná; proibir a devastação nas margens dos rios;

VIII) — Sustar a devastação florestal nas bordas dos campos, plantar umbrófilas de pequeno porte, eis o problema resolvido.

b) — Dispersão das forrageiras úteis e nocivas no Territorio do Estado — Area geografica — predominancia dos tipos

A dispersão das forrageiras úteis e nocivas no territorio do Estado, compreende as seguinte Zonas:

a) forrageiras úteis	Dispersão geografica:	Predominancia dos tipos	Gramineas
I) — ZONA:	Zona do litoral, abrange toda a orla do litoral, até a serra do mar, atingindo ao 1.º planalto, que se estende da serra do MAR até a serra de S. LUIZ DO PURANÁ, no segundo planalto paranaense		<i>Milinis minutiflora</i> (Capim gordura) <i>Axonopus Comp Beauv</i> (Copim grama) <i>Paspalum Urvillei Steud</i> (capim de roça) <i>Cynodon dactylon Kuntze</i> (capim de burro) (<i>Panicum maximum</i>) (capim milhã)
I) — ZONA:	Zona do litoral até a serra de S. Luiz do Puraná	Predominancia dos tipos	Leguminosas: <i>Desmodium Leiocarpum</i> (carrapicho de beigo de boi)
I) — ZONA:	Zona do litoral até a serra de S. Luiz do Puraná	Predominancia dos tipos	Planta nocivas: <i>Aspila setosa-Griseb</i> <i>Vervesina Glabrata Hook</i> <i>Pterocaulum virgatum</i> <i>Gnaphalium purpureum</i>

b) forragei- ras úteis: II) — ZONO:	A Zona do segundo planalto paranaense abrange de serrinha até a serra da Esperança (campos gerais)	Predomi- nância dos tipos	Leguminosas: Tojo (junco selvagem)
III) — D	Dispersão geográfica		Gramineas: L. mucronata Kunth (capim flechinha) Aristida Palens (capim barba de bóde) Panicum Spect. Nees (capim fino) Plantas nocivas) Carqueija (baccharis Genistoloides) Mio-Mio Chusquea oligophylla Elephantopus Scaber
c) forragei- ras úteis:	Zona do 3º planalto compreende os campos que vai da serra da Esperança, até os campos do Condoy e Laranjeiras, no município de Guarapuava. A Zona do 3.º planalto também está constituída, pelos campos de Palmas, Clevelandia, que vai da serra do Yratim ao Rio Chopin e cujos terrenos e pastagens são considerados como ótimos		Gramineas: Panicum Capillaceum (capim mimoso) Cenchrus tribuloides (capim roseta) Andropogon virginicus (Capim membéca) Andropogo Schoenatus (capim limão) Trilostachya Petrosa Doll (Capim barba de bóde) Chloris Spec. (graminha) Panicum Spectabile Nees (capim fino) grama larga Leguminosas Trevo nativo (Lolium pratenses)
d) plantas no- civas	No planalto de Guarapuava existe o mio-mio, planta nociva, responsável pela grande mortandade de bovinos que vinham de Mato Grosso, invernar nos campos de Guarapuava. O mal era tido como "peste de Guarapuava.		Mio-Mio

c) — Tipo ecológico Sub-xerófilo dominante dos nossos campos — Solo eluvial, coluvial e aluvial

A feição geomorfológica da região do planalto paranaense, na zona dos campos gerais, com afloramento de rochas, grandes chapadões, terreno ondulado, com áreas de vegetação agreste e raquítica, onde a infiltração das águas pluviais não é regulada, se escorre rapidamente para as baixadas, — e a campestre, em razão do solo eluvial em que repousa a vegetação das chapadas e sub-solo silico-argiloso, ao mesmo tempo, que os brejos, ou banhados que lhe alternam a configuração, ornadas de plantas humíferas, são solos aluviais.

Quanto à larga distribuição das forrageiras, cujo estudo exige alguns anos de observação, para se estabelecer o aproveitamento, concienzoso dos nossos campos, a espera de quem deseje mostrar o seu valor.

Nas ravinas dos campos e baixadas, por entre os sulcos que águas pluviais, vão

abrindo, surgem por entre a "cumulose" grandes macegas de gramineas onde se encontra a *Erriochrysis cayanensis* eBauv., considerada uma planta de grande valor nutritivo para os animais.

O terceiro planalto paranaense, na zona de Palmas, Clevelandia, Guarapua e campos do Candoy, a razão da sua superioridade, reside no solo profundo, e rico onde existe um trevo nativo, que se consorcia com a vegetação reptante, gramineas, facultando-lhes uma reserva de azoto notável, pela fixação deste elemento, nas nodosidades das raízes destas leguminosas espontaneas, que vegetam abundantemente naquela região.

d) — Associação de Plantas Úteis-Biocenose — Forrageiras por metro quadrado

Iniciando uma exploração para conhecimento da associação do numero de forrageiras existentes nos campos, que de alguma forma possam servir de base para um melhoramento racional, dos pastos do Estado, verifiquei a existencia das que se seguem:

Gramineas	Leguminosas	Plantas que não servem para forragem	Total por metro quadrado
4	2	5	11

e) — Coeficiente dos elementos minerais de varios pastos em comparação com os nossos pastos tropicais e sub-tropicais.

ELEMENTOS MINERAIS	Pastos Europeus	Pastos Indianos	Pastos Australianos	Pastos Africanos	Pastos Nigerianos	Pastos Brasileiros
Nitrogenio	2,82	0,55	1,50	0,43	0,85	1,07
Potassa	2,60	—	—	0,41	—	0,88
Fosforo	0,73	0,21	0,15	0,65	0,34	0,72
Calcio	1,00	—	—	—	—	0,94

**f) — Sistematização agrostológica das forragens determinação do poder nutritivo das plantas úteis
Metodos classicos**

Análises do capim gordura (melinis minutiflora) procedida nos laboratorios do

Instituto de Química da Faculdade de Engenharia do Paraná, pelo autor:

Nº de análises	Em 100 partes de substância verde				Em vjs parte de substância						
					Total das Substancias digestíveis						
	agua	protei.	M. gra.	M. H.	Composição das cinzas em 100 partes					Celulose	Relação nutritiva
2	%	%	%	%	CO2	SiO2	CaO	KO2	P2O5		
Antes da Flor .	87,91	4,18	1,38	34,89	1,3	36,5	13,8	33,8	4,6	24,30	1:9,2
Depois da Flor .	65,60	2,26	0,78	35,60	2,4	37,6	10,8	45,7	3,5	32,8	1:6,2

Metodos recentes; pesquisa de amino-ácidos-triptofano-histidina — processos histoquímicos e microdosagem dos albuminóides:

Quando Bergeim, procurando determinar o coeficiente de digestibilidade dos alimentos, lançou mão duma substância inerte, que incorporada aos alimentos ingeridos, cuja digestibilidade se pretendia estudar, esta substância se encontrava misturada proporcionalmente, á substância organica nas fezes, do animal em experiencia, — não fez mais Bergeim, do que praticar o metodo das "**cargas sensíveis ou da concentração de Volhard**", tão em voga hoje, na medicina, para exploração da insuficiência renal, ou da oxidação dos cromógenos.

A principio, Bergeim, applicou uma substância ingesta, como o óxido de ferro. Mais tarde, Wills e Gallup, introduziram pequena modificação, usando j silica.

Na utilização do cálcio e ácido fosfórico pelos animais domesticos, Greenwalde e Gross, serviram-se do mesmo metodo, para os seus estudos, com resultados surpreendentes. Wiedt, também utilisou-se do processo aludido, para determinação da digestibilidade de varios alimentos nos ovínos.

Apesar disto, este metodo, ainda apresenta falhas, em virtude de não se prevêr a capacidade de assimilação da substância considerada inerte, pelo organismo animal, facto que se observa constantemente, nas experiencias que se fizeram a respeito.

A substancia pode ser ingesta em determinadas condições, porém, o organis-

mo animal não deixa de lhe imprimir certas modificações, e quicá, até desdobramento imperceptíveis, que dificultam a exatidão da experiencia, — fazendo-se sempre aproximações, o que não deixa de ser um tanto empirico.

Os conhecimentos da bioquímica, e da fisiologia da digestão, não autorizam tais processos, os quais são tidos como grosseiros e antiquados.

As descobertas dos Néos-bios de Ide, Vilesterinas, corpos carolinóides pelo desdobramento da substancia albuminoide nos organismos animais, que se alimentam das plantas, as investigações das antocianinas, — que constituem a base da pigmentação vegetal, tudo isso, não permite que nos abstenhamos das pesquisas que se fazem mistér, das determinações analíticas possuidoras de certo cunho de exactidão absoluta.

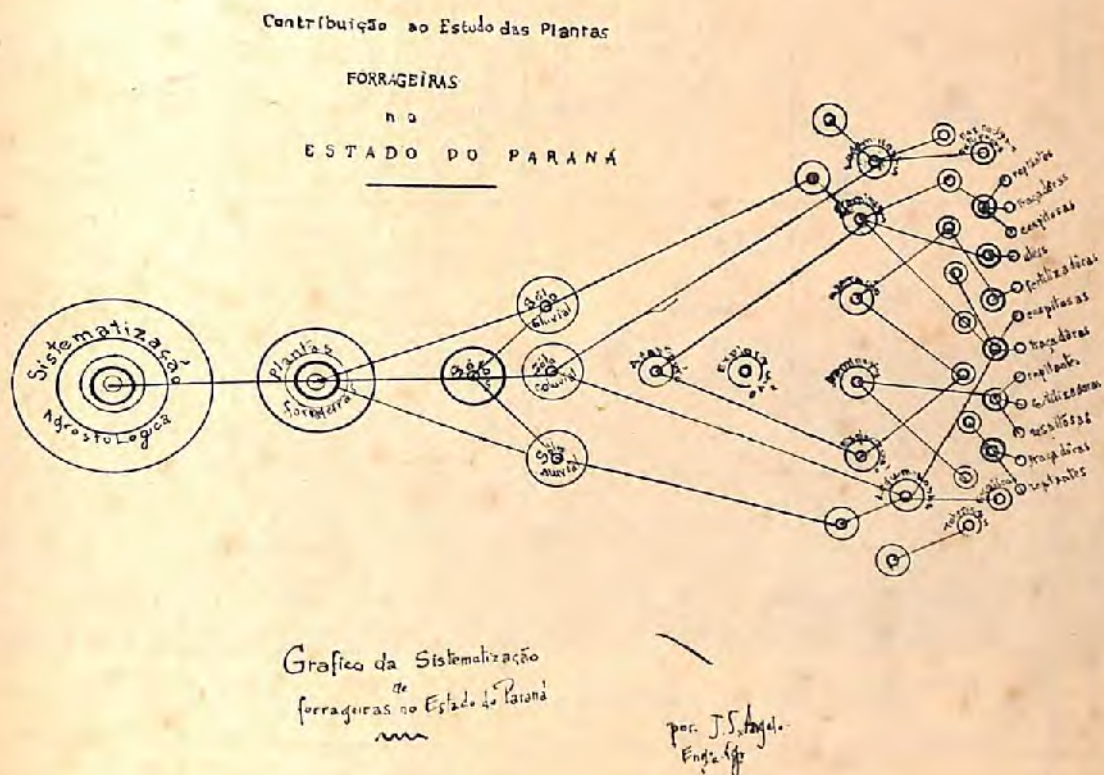
Assim para a pesquisa dos amino-ácidos, seguiremos os metodos de reacção xantoproteica de Becher, micrometodo de Crecelius-Seifert, microdosagem de Selon e Bang.

O fundamento da reacção xantoproteica, está nos corpos aromaticos derivados do benzol e do indol, os quais se nitrificam quando aquecidos com ácido acetico e nítrico, apresentando uma coloração amarelo intensa, se o meio é alcalino, e amarelo descorado se a reacção é ácida.

Segundo Morris e Macleod, há um coeficiente de nitrogenio residual dos desdobramentos das substancias albuminóides nos organismos que corresponde ao seguinte:

a) Nitrogenio dos amino-ácidos livres	15 mg. por 100
b) Nitrogenio dos amino-ácidos combinados	3,5 mg. por 100
c) Nitrogenio da creatina	1,5 mg. por 100
d) Nitrogenio amoniacal combinado	7,0 mg. por 100
e) Nitrogenio de corpos complexos	0,5 mg. por 100
f) Nitrogenio ureico	1,5 mg. por 100
Total	29,0 mg. por 100

Adicionam-se 0,5cc., de ácido nítrico concentrado, se aquece até dar-se a emissão de vapor, fazendo-se ferver durante 30 segundos. Esfria-se colocando-se o tubo de concentrado, se aquece até dar-se a emissão de vapor de um jorro de água de torneira, ajuntando-se 1,5 cc., de lixívia de



Tomam-se 5 cc., de uma solução concentrada da planta, que se colocou previamente, em álcool de 90°, devidamente pul-

I) — eite de cal;
II) — A'gua destilada;

- III) — Solução alcoólica de fenoltalena
 IV) — Solução N/50 de soda;
 V) — Solução N/50 de formol neutralizado.

Técnica reação — Dosagem:

Tomam-se 5 cc., de uma solução eter-

numa capsula de porcelana de 50 cc., de capacidade. Leva-se a capsula ao Banho-maria, durante 1 ou 2 horas, até completa evaporação. Após o resfriamento, diluir o residuo existente na capsula com água destilada privada de gaz carbonico. Colocar num vidro de Erlenmeyer de 100 cc., e



alcoólica da planta, que se deseja determinar o nitrogenio aminado. Previamente, submete-se a planta durante dois dias, bem pulverizada, a uma solução de 20cc., de eter sulfurico e 30 cc., de alcool de 90.

Ajuntam-se aos 5 cc., da solução, mais 5 cc., de leite de cal, colocando-se tudo

completar o volume para 55 cc. Filtrar e tomar 50 cc., do filtrado, que se coloca num Becker para titulação. Ajuntar algumas gotas da solução alcoólica de fenoltalena, e de ácido acetico a 1/110, até o desaparecimento da coloração vermelha. Tem-se um ligeiro excesso de acidez. Nel-

tralizado. Por meio de uma bureta de Soda N/50, e adicionar 5 cc., de formol neutraliza-se exatamente com a solução de Mohr ou da micro-bureta de Bang, proceder uma nova neutralização, com hidrato de soda N/50. O numero de cc., gastos, multiplicar por 0,00028 e por 200.

k) — Técnica da microdasagem dos amino-ácidos pelo Metodo de Selon e Bang

CALCULO: $N = n \times 0,00028 \times 200$
 = % de nitrogenio aminado.

Se se quizer o resultado dos amino-ácidos expressos em nitroge-amoniacal, basta multiplicar o numero de cc., gastos

ções infinitesimais de nitrogenio, que escapa mesmo até a ultrasensibilidade da balança de Bang. Não cabe nos moldes desta humilde contribuição a descrição sumaria deste metodo. Foi este metodo que me serviu por determinar nalgumas plantas que estudei, e ainda estou procedendo a investigações científicas, que não autorizam divulgação.

Técnica dos amino-ácidos pelo metodo de Folin e Wu:

Reativos indispensaveis:

I — Solução de carbonato de sódio cristalizado a 2,5 %;

II) — Solução tipo de glicocóla, con-



Gado holandês pastando no 2.º planalto — campos gerais

para titulação pelo coeficiente 0,0034 e por 200.

l) — Técnica da microdasagem do nitrogenio albuminoide e dos Colesteroes.

Bang conseguiu uma técnica para dosagem do nitrogenio albuminoide muito mais perfeita, excluindo toda fonte de erro dos macrometodos.

A dosagem é feita no **microkjeldahl**, aparelho descoberto por Bang, para destilação do amoniaco. A titulação é feita por iodometria, com a solução do hipossulfito de sodio N/200, numa microbureta de Bang, excluindo dessa forma toda possibilidade de erro, obtendo-se por este metodo fra-

tenod 0,1 mg. de nitrogenio por cc., para o qual se dissolvem 0,0536 gr. de glicocóla em 100 100cc., de solução decinormal de ácido clorídrico;

III — Solução desinormal de ácido clorídrico;

IV) — Solução de ácido naftoquinon-sulfonico de Feolin e Wu, que se prepara: **dissolvendo 100 miligramas de ácido naftoquinonsulfônico** em 20 cc., de agua destilada. Esta solução deverá ser conservada em lugar fresco e recempreparada;

V) — Permutita em pó; (a permutita é um composto zeolitico, preparado por Gans, silicoaluminato de sodio, formado pela fusão do $SiO_2 \times AL_2O_3 \times Na_2O$ em proporções equimoleculares;

VI) — Solução aceto-acética (que se prepara, tomando-se 100 cc., de ácido acético, a 50% que mesclam com 100 cc., de solução de acetato de sódio a 5 %;)

VII) — Solução de hiposulfito de sodio a 4%.

m) — Técnica do metodo de Folin e Wu

Opera-se sobre uma solução muito diluída da planta verde, que se colocou em

Solução problema proveta n. 1:

- I) — Solução padrão de glicófila
- II) — Solução da planta
- III) — Solução decinormal
- IV) — Solução de carbonato de sodio
- V) — Agua
- VI) Solução de ácido naftoquinonsulfônico

maceração, cortada em pequenos pedaços, dentro do alcool de 90°, durante 48 horas.

Tomam-se 10 cc., da solução diluída, e deposita-se num tubo de ensaio, adicionando-se 1 grama de permutita, agita-se fortemente, para desprender o amoniaco e filtra-se. Em seguida, opera-se sobre 2 provetas graduadas, de 25 cc., cada uma, da maneira que se segue:

Para testemunha, proveta n.º 2:

.....	3cc.
5 cc.	—
1 cc.	—
1 cc.	3cc.
3 cc.	4cc.
5 cc.	5cc.



Grupo de bovinos poled-angus

Guardam-se os provetas durante 24 horas, em lugar obscuro e se ajuntam em cada proveta:

Solução aceto-acética	1 cc.
Solução de hiposulfito de sodio	5 cc.
Agua	25 cc.

Mesclam-se bem, e se passa para observação colorimetrica. A fórmula: —

$$(S = C1 \times \frac{S1}{S}) \text{ dará a quanti-}$$

dade de amino-ácidos. Sendo "C1" a quantidade de amino-ácido da solução controle (0,3) mg., e "S1" e "S" a altura das colunas do liquido problema e o liquido tipo. O re-

sultado deverá ser multiplicado, pela diluição a que se submeteu a solução da planta.

Exemplo: Se a solução da planta que tenha diluido em água destilada, na leitura colorimetrica encontramos S1 = 30 (solução tipo) e S = 20 (solução problema), a a quantidade de amino-ácido nitrogenio, contido nos 5cc., examinados, será:

$$0,3 \times \frac{30}{20} = 0,45 \text{ mg. em 2,5cc.}$$

Em 100 cc., de solução da planta, teremos $0,45 \times 40 = 18$ mg. de nitrogenio aminado.

n) — Determinação das substancias graxas e da colessterina:

A dosagem das graxas neutras repousa sobre a maneira porque Windous conseguiu que a colessterina fosse precipitada por uma solução de digitonina.



Capim Kikuo vegetando no 2.º planalto
Fazenda do Dr. Carlos Macêdo

Emprega-se para esse fim 130 mg., no maximo da solução da planta, que se embebe num papel mergulhado num papel filtro de Schleich & Schull, deixa-se secar ao ar livre e em seguida, coloca-se este papel mergulhado num balão de Soxhlet de capacidade de 25 cc., e adicionar-se 10 cc., de éter de petroleo.

Deixa-se repousar 24 horas, para que toda a graxa neutra e a colessterina fique difundida. Destila-se o conteúdo do balão e se recolhe 1cc., do destilado.



Feijão Mucuna — Fazenda do Dr. Carlos Macêdo

Ajunta-se 1cc. de digitonina a 1/2% e es aquece novamente em banho de areia. Recolhe-se numa bóla de bromo, ou funil de decantação, deixa-se repousar algumas horas e se filtra o éter de petroleo num pequeno funil, recebendo o filtrado numa pequena capsula tarada. Adicionam-se 1 cc., de lixívia de soda a 1%. Evapora-se o filtrado a banho de areia até o desaparecimento do odor. Ajunta-se 1cc de ácido

cromico, e após um momento de repouso, mais 55cc. de ácido sulfurico concentrado. A digitonina de colessterina e a digitonina não combinada, são insolúveis no éter de petroleo.

Dosagem: Determina-se a colessterina por diferença entre o valor obtido pelas



Cultura de mandioca no 3.º planalto
Palmas — Fazenda do Sr. Antonio Araujo

graxas totais e mais colessterina e o valor das graxas neutras. . .

Exemplo: — O peso do papel embebido é de 70 mg., a solução da planta e o papel pesam 165 mg. Utilizou-se apenas 1 cc., de ácido crômico. Para titulação 10 cc., de hiposulfito de sodio, que reduziu os 090 de ácido crômico.

A quantidade de graxa neutra é igual:

$$Q = \frac{6 \quad 0,85}{2,45} = 0,347 \text{ mgr.}$$



Cultura de milho forrageiro no 3.º planalto
Palmas — Fazenda do Sr. Elpidio Araujo

Fundamento: Os lipoides graxos, e a colessterina, sendo submergidos em éter de petroleo, uma folha de papel absorvente, cuidadosamente preparada de modo a conter lipoides, ou substancias graxas, das plantas, o éter separa por dissolução a colessterina, sendo submergidos em éter de petroleo, uma folha de papel absorvente, digo, e as graxas neutras. O alcool extrai

em troca os fosfatídios e esterres da colestérina. A determinação de sua quantidade poder-se-á afetar por uma ação redutora do ácido crômico, titulando-se logo com o hipossulfito de sódio.

o) — Determinação das substancias graxas e da colestérina Semicrometodo de Folin e Wu

Os reativos são:

I) — Solução de soda a 1%;



Cultura de Ulla — Campos Gerais

II) — Solução normal de ácido sulfúrico;

III) — Solução normal de soda;

IV) — Solução decinormal de ácido crômico (que se prepara, dissolvendo-se um 4,9083 gr. de bicromato amarelo de potássio, ajustando o volume para um litro de água destilada);

V) — Solução decinormal de hipossulfito de sódio;

VI) — Solução alcoólica de digitonina



Vegetação sub-xerófila do 2.º planalto

na 1/2% (que se deve aquecer ligeiramente antes de utilizá-la, porque ao frio poderá precipitar a digitonina, a qual para se redissolver basta aquecê-la novamente);

VII) — Solução de 5% de iodureto de potássio;

VIII) — Alcool de 93°;

IX) — Solução a 1% de amido;

X) — Ácido sulfúrico concentrado;

XI) — Eter de petróleo.

Pode-se cingir a técnica de Bang e Selon, ou o modo de operar de Folin e Wu, os quais não cabem nos moldes desta contribuição, em face da sua aparelhagem complexa, sendo usado o extrator de Soxhlet modificado por Bang, e o aparelho de destilação de Folin antes da titulação. O eter de petróleo também deverá ser destilado em solução alcalina. Para determi-



Capim barba de bode — Campos Gerais

nação dos lipídeos, está muito em voga, o método nefelométrico de Bloor.

O nosso desejo seria deixar bem especificado todo o assunto das determinações dos corpos complexos nitrogenados, encontrados nas plantas, o que constituirá o objeto do complemento de outro trabalho já em andamento. Quando operamos sobre 90 mg., de solução da planta embebida em papel absorvente, de acordo com



Pasto de Kikúio em Palmas — Fazenda do Sr. A. Martins

a técnica de Folin, verificamos que para reduzir estes 90 mgr., gastamos 2 cc., exatamente de ácido crômico em solução decinormal e para obter a viragem na titulação, são necessários 0,85 cc., de solução decinormal de hipossulfito.



Vegetação em sólo aluvial — Campos Gerais
Capim do banhado



Capim fino do 3.º planalto, Palmas — Fazenda
do Sr. Amílcar Saporito



Mio-Mio -- Planta venenosa do 2.º e 3.º planaltos



Pasto de Kikuio em Palmas — Fazenda
do Sr. A. Martins



Bovinos holandeses nos pastos dos Campos Gerais

p) — Principios nutritivos existentes nas plantas forrageiras do 1.º, 2.º e 3.º planalto do Estado do Paraná, e o seu aproveitamento na alimentação dos animais —
Análises procedidas pelo autor:

Nomes das plantas	Em 100 partes da substancia secca contem:					Substancias minerais				Nitrogenio
			M. H.	Celu-	Acido	K02	Ca0	P205	Si02	amoniacal
	M. A.	M. G.	C.	lose	Gluco					
	sami-	co								
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
Capim fino . . .	10,71	1,8	43,87	32,61	—	3,09	10,5	1,1	5,3	5 mgr.
Capim flexinha.	8,5	2,0	48,57	32,93	0,7	3,5	0,3	0,1	4,0	8 mgr.
Capim de roça .	9,6	4,3	44,56	29,60	—	4,3	0,9	0,3	6,2	2 mgr.
Capim barba de bode	7,4	1,7	49,6	38,60	0,5	1,5	0,2	0,1	3,0	5 mgr.
Capim milhã . .	11,5	5,0	41,5	30,10	0,4	2,0	1,0	2,3	4,8	0,5 mgr.
Capim membéca .	10,30	6,1	40,8	35,70	1,5	3,5	1,8	0,9	1,0	0,3 mgr.
Capim roseta . .	9,4	5,3	37,9	32,40	0,8	5,3	2,5	1,8	5,4	0,8 mgr.
Capim mimoso .	12,5	6,9	35,7	29,70	2,0	4,6	1,9	1,0	7,5	0,9 mgr.
Graminha	10,50	7,0	36,3	28,45	1,0	8,5	3,7	2,0	3,7	0,03 mgr.
Trevo encarnado nativo em Pal- mas	13,5	10,0	33,8	25,20	4,0	4,1	2,6	1,8	3,5	2 mgr.

PESQUISA DE CORPOS COMPLEOS, NITROGENIO-AMINO-ACIDO TRIPTOFANO ERGOSTEROES:

Capim fino . . .	—	—	—	—	—	—	—	Triptefano 1,5 mgr.	Ergosterol traços
Capim flechinha .	—	—	—	—	—	—	—	0,1 mgr.	traços
Capim barba de bode . . .	—	—	—	—	—	—	—	0,3 mgr.	traços
Capim milhã . .	—	—	—	—	—	—	—	0,005 mgr.	0,001
Capim de roça .	—	—	—	—	—	—	—	0,05 mgr.	0,001
Capim roseta . .	—	—	—	—	—	—	—	0,3 mgr.	0,003
Capim membéca .	—	—	—	—	—	—	—	0,8 mgr.	0,0005
Capim mimoso .	—	—	—	—	—	—	—	0,9 mgr.	0,01
Graminha . . .	—	—	—	—	—	—	—	1,0 mgr.	0,01
Trevo encarnado nativo em Palmas . . .	—	—	—	—	—	—	—	2 mgr.	0,1

q) — O problema do verde para os bovinos em periodo de lactação

No Estado do Paraná, o problema da alimentação para os animais bovinos no periodo de lactação no inverno, já está perfeitamente resolvido, pelas experiencias consecutivas que se hão feito nas zonas dos campos gerais e em Palmas, cultivando-se as seguintes forrageiras:

- I) — Fulva;
- II) — Ulka;
- III) — Esperguta;
- IV) — Azevem;
- V) — Aveia;
- VI) — Centeio.

Para um trabalho de sistematização agrostologica racional, exige-se o cultivo de forrageiras exóticas, no 2.º e 3.º planalto do Estado o que já vem sendo ensaiadas experimentalmente, com resultados mui promissores.

Na Fazenda do Sr. Elpidio Araujo, em Palmas, e no Posto Experimental de Criação daquele hinterland paranaense, se fizeram culturas de Aveia, alfafa, Ulka, cen-

teio, kikuio, espargula gigante, azevem, com aproveitamento bastante animador.

Alem das inumeras forrageiras nativas excelentes que o Estado possui, convem que os criadores, principalmente dos campos gerais, cujas forrageiras são deficientes, estabeleçam desde já um programa de trabalho, para melhorar as pastagens nativas desta zona.

Assim o Paraná entrará numa fase de renovação, cujos resultados para o desenvolvimento agro-pecuario, serão necessariamente fecundissimos.

A sua economia interna se fundamenta em parte nesta iniciativa, que os seus homens publicos já vislumbraram.

Nesta contribuição se esboça os rudimentos do trabalho a ser executado dentro em breve.

Dar-me-ei por satisfeito, se a colaboração obscura que venho de trazer possa despertar o entusiasmo, o interesse, naquelles que desejam o engrandecimento do Estado e do Brasil.

Curitiba — Março de 1936 — **Sotero Angelo.**

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 16 de Janeiro 1897

Reconhecida de utilidade publica pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918



Presidente perpetuo

Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

DIRECTORIA GERAL

Presidente — Ildefonso Simões Lopes
1.º Vice-Presidente — Arthur Torres Filho
2.º » » — Edgard Teixeira Leite
3.º » » — Fabio de Azevedo Sodré
1.º Secretario — Antonio de Arruda Camara
2.º » — Luiz Simões Lopes
3.º » — Altino de Azevedo Sodré
4.º » — Eurico Santos
1.º Thesoureiro — Kurt Repsold
2.º » — Domingos de Faria

DIRECTORIA TECHNICA

Frederico Murtinho Fraga
Humberto Rod. de Andrade
Joaquim B. de Moraes Carvalho
José Maria Fernandes
José Sampaio Fernandes
Luiz de Oliveira Mendes
Hilario Leitão
Otto Frensel
Ottoni Soares de Freitas
Virginio Werneck Campello

CONSELHO SUPERIOR

Alcides de Oliveira Franco
Alvaro Simões Lopes
Antonio F. Magarinos Torres
Archimedes de Lima Camara
Bemvindo Novaes
Carlos de Souza Duarte
Celso Machado
Conde de São Mamede
Eduardo Claudio da Silva
Euvaldo Lodi
Euzebio de Queiroz C. Mattoso Camara
Fidelis Reis
Filogonio Peixoto
Franklin de Almeida
Francisco Leite Alves Costa
F. J. Teixeira Leite
Humberto Bruno

J. C. Belo Lisboa
João Baptista de Castro
João Gonçalves Pereira Lima
João Mauricio de Medeiros
João Simplicio Alves de Carvalho
Julio Cesar Lutterbach
Julio Eduardo da Silva Araujo
José Eduardo de Macedo Soares
José Monteiro Ribeiro Junqueira
José Mattoso Sampaio Corrêa
Landulpho Alves de Almeida
Lauro Passos
M. Paulo Filho
Odilon Braga
Ormeu Junqueira Botelho
Ricardo Machado
Waldomiro Barros Magalhães
Wenceslau Braz Pereira Gomes

Escola de Horticultura Wenceslau Bello

(MANTIDA PELA S. N. DE AGRICULTURA NO ANTIGO HORTO FRUCTICOLA DA PENHA)

RECONHECIDA E FISCALIZADA PELO GOVERNO DA NAÇÃO

PENHA - RIO - E. F. LEOPOLDINA

- Mudas e Enxertos de plantas frutíferas próprias ao clima do Districto Federal.
- Optimos exemplares de plantas ornamentaes.
- Laranjeiras — Typo exportação.
- Mangueiras das melhores variedades
- Abatimentos aos socios da S. N. de Agricultura.

Solicite informações á

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

— Largo de São Francisco, 3-2.º - Salas 202/6 —

TEL. 22-6241

Caixa Postal 1245 — Endereço Telegraphico "Agricultura"